



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
INSTITUTO DE LETRAS | PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTUDOS DA LINGUAGEM  
LINHA DE PESQUISA: LINGUÍSTICA APLICADA

ALANA FRIES

**IDEOLOGIAS DE LINGUAGEM NA MODERNIDADE RECENTE:  
O QUE DIZEM ESTUDANTES MULTILÍNGUES DE UMA  
UNIVERSIDADE NO SUL DO BRASIL**

PORTO ALEGRE  
2020

ALANA FRIES

**IDEOLOGIAS DE LINGUAGEM NA MODERNIDADE RECENTE:  
O QUE DIZEM ESTUDANTES MULTILÍNGUES DE UMA  
UNIVERSIDADE NO SUL DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de mestra em Letras.

Orientação: Pedro de Moraes Garcez, Ph.D.

PORTO ALEGRE  
2020

### CIP - Catalogação na Publicação

Fries, Alana  
IDEOLOGIAS DE LINGUAGEM NA MODERNIDADE RECENTE: O  
QUE DIZEM ESTUDANTES MULTILÍNGUES DE UMA UNIVERSIDADE  
NO SUL DO BRASIL / Alana Fries. -- 2020.  
153 f.  
Orientador: Pedro de Moraes Garcez.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de  
Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. multilinguismo. 2. ideologias de linguagem. 3.  
modernidade recente. I. Garcez, Pedro de Moraes,  
orient. II. Título.

ALANA FRIES

IDEOLOGIAS DE LINGUAGEM NA MODERNIDADE RECENTE:  
O QUE DIZEM ESTUDANTES MULTILÍNGUES DE UMA  
UNIVERSIDADE NO SUL DO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de mestra em Letras.

BANCA EXAMINADORA:

Luciene Juliano Simões

Programa de Pós-Graduação em Letras

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Ceres Gomes Víctora

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Daniel do Nascimento e Silva

Programa de Pós-Graduação em Linguística

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

PORTO ALEGRE, 22 DE OUTUBRO DE 2019

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço sobretudo aos POVOS BRASILEIROS, pelo custeio de mais de duas décadas de educação pública e gratuita; e à LEI DE COTAS, por ter viabilizado meu ingresso no ensino superior público em 2008. Também à CAPES, que garantiu, através de bolsa de estudos, que eu pudesse me dedicar exclusivamente à minha formação e à pesquisa sem maiores perrengues. Reconheço e sou grata pelo privilégio que me foi concedido — mais um de tantos outros que já carrego comigo. Mais ainda nesse momento em que enfrentamos o criminoso desmonte da educação superior pública e da pesquisa brasileira. Espero não ter sido parte da última geração a usufruir dessas oportunidades e espero que elas não se tornem privilégio cada vez maior de cada vez menos estudantes.

Agradeço às minhas INTERLOCUTORAS e aos meus INTERLOCUTORES, a quem o Comitê de Ética chama participantes. Agradeço pelo tempo que disponibilizaram e por me lembrarem sempre, a cada contato, explicitamente ou não, de que confiar a mim suas experiências e trajetórias exigia a imensa responsabilidade de trazê-las a este trabalho com respeito e com propósito. Agradeço às INTERMEDIÁRIAS e aos INTERMEDIÁRIOS que facilitaram contatos com pessoas que vieram (ou não) a participar desta pesquisa.

Agradeço ao meu orientador, PEDRO DE MORAES GARCEZ, pela sempre imediata disponibilidade, pela interlocução sincera, por compreender as minhas limitações e pelo muito bem-vindo e raro rigor com que me guiou durante todas as etapas dessa empreitada. Agradeço também às pesquisadoras que conheci durante o mestrado e que contribuíram em etapas diversas da experiência: CECÍLIA, GIANA, MARGARETE, NATÁLIA, SVENJA.

## RESUMO

Na modernidade recente, ideologias de linguagem de monolinguismo em operação desde o estabelecimento do estado-nação moderno estão em tensionamento com novas ideologias de linguagem de valorização do multilinguismo. Desde uma perspectiva contemporânea crítica encontrada em investigações identificadas com a Linguística Aplicada, a Sociolinguística e a Antropologia da Linguagem, procura-se responder às seguintes perguntas de pesquisa: (1) O que revelam a respeito de suas concepções de multilinguismo os discursos sobre as práticas de linguagem próprias e de outros produzidos por pessoas com repertórios linguísticos multilíngues que circulam em uma universidade do Sul do Brasil?; (2) Quais ideologias de linguagem podem ser identificadas nas construções discursivas dessas pessoas a respeito da manutenção e do uso das línguas não majoritárias que compõem seus repertórios? A noção de repertórios linguísticos no lugar de línguas nomeadas (BLACKLEDGE, CREESE, 2017; BLOMMAERT, BACKUS, 2013); o aparato conceitual de ideologias de linguagem (KROSKRITY, 2004) e a ideia de centralidade da linguagem na nova economia globalizada (HELLER, 2010; URCIUOLI, 2016) norteiam a investigação. Discute-se também a “retórica da diversidade linguística” como um espaço contraditório de produção ideológica de linguagem. A investigação foi desenhada qualitativamente e filia-se ao paradigma interpretativo de pesquisa (BLAIKIE, 2000; MASON, 2002). Os dados foram gerados em entrevistas semiestruturadas com onze estudantes com repertórios linguísticos multilíngues de uma universidade no Sul do Brasil. A análise dos dados é de natureza interpretativa e esteve baseada numa perspectiva interacional sobre a produção de sentidos e discursos (GARCEZ; BULLA; LODER, 2014). Argumenta-se que as concepções de multilinguismo depreendidas dos discursos dos cidadãos multilíngues entrevistados apontam para a validade da perspectiva de repertórios linguísticos como pouco previsíveis, multifacetados e impermanentes; e que a valorização hiperbólica da diversidade linguística pode apagar desigualdades sociolinguísticas e ofuscar facetas deletérias pelas quais a condição multilíngue pode ser experienciada. Aponta-se que, no universo da pesquisa, circulam ideologias de linguagem de mercantilização de repertórios linguísticos. Por fim, propõe-se que discursos de orgulho (HELLER; DUCHÊNE, 2012), na modernidade recente superdiversa (VERTOVEC, 2007), ganham novas nuances.

**PALAVRAS-CHAVE:** multilinguismo; ideologias de linguagem; modernidade recente.

## ABSTRACT

Language ideologies of monolingualism are in place since the development of the modern nation-state, but in late modernity they are in competition with language ideologies that promote the value of multilingualism. Based in a contemporary perspective found in research endeavours in the fields of Applied Linguistics, Sociolinguistics and Linguistic Anthropology, we aim to answer the following research questions: (1) What do the discourses of people with multilingual linguistic repertoires from a Southern Brazilian university about their own and other's language practices reveal about their conceptualizations of multilingualism?; (2) Which language ideologies can be identified in discourses about the maintenance and use of non-majoritary languages which are parts of their repertoires? The discussion's foundation is laid by the notion of linguistic repertoires rather than named languages (BLACKLEDGE, CREESE, 2017; BLOMMAERT, BACKUS, 2013); the conceptual apparatus of language ideologies (KROSKRITY, 2004) and the idea of the centrality of language in the globalized new economy (HELLER, 2010; URCIUOLI, 2016). We also discuss the "rhetorics of linguistic diversity" as a contradictory site of language ideological production. This research was designed qualitatively and subscribes to the interpretive paradigm (BLAIKIE, 2000; MASON, 2002). Research data was generated in semi-structures interviews with eleven students with multilingual linguistic repertoires from a Southern Brazilian university. The analysis was conducted interpretively and from an interactional perspective about the making of meanings and discourses (GARCEZ; BULLA; LODER, 2014). We argue that conceptualizations of multilingualism deduced from interviewed multilingual citizens' discourses point to the validity of the linguistic repertoires approach, according to which repertoires are unpredictable, multifaceted and transitory. Furthermore, we argue that the hyperbolic valorization of linguistic diversity might erase sociolinguistic inequalities and overshadow deleterious facets of the multilingual experience. We point out language ideologies of mercantilization of linguistic repertoires are present in the research universe. At last we propose discourses of pride (HELLER; DUCHÊNE, 2012) acquire new nuances in the super-diverse (VERTOVEC, 2007) late modernity.

**KEYWORDS:** multilingualism; language ideologies; late modernity.

## **APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
1.1 ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO .....	12
1.2 NOTAS SOBRE ESCOLHAS TERMINOLÓGICAS.....	15
<b>2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS</b> .....	<b>18</b>
2.1 MODERNIDADE RECENTE E GLOBALIZAÇÃO .....	18
2.2 O ESTUDO DA LINGUAGEM NA MODERNIDADE RECENTE .....	23
2.3 IDEOLOGIAS DE LINGUAGEM.....	37
2.3.1 As cinco dimensões das ideologias de linguagem .....	40
2.3.2 Produção recente em ideologias de linguagem no Brasil.....	43
2.4 IDEOLOGIAS DE LINGUAGEM NA MODERNIDADE RECENTE .....	46
2.4.1 A retórica da diversidade linguística .....	48
2.4.2 Linguagem na nova economia globalizada .....	57
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>60</b>
3.1 SOBRE ENTREVISTAS COMO MÉTODO .....	62
3.2 ETAPAS PRELIMINARES, RECRUTAMENTO DOS PARTICIPANTES E ARRANJOS DAS ENTREVISTAS.....	65
3.3 O TRABALHO DE CAMPO .....	74
3.4 TRATAMENTO DOS DADOS .....	84
3.4.1 Segmentação, indexação e análise.....	87
3.4.2 Redação do relatório .....	88
3.5 PROCEDIMENTOS DE ÉTICA EM PESQUISA.....	92
<b>4 AS IDEOLOGIAS DE LINGUAGEM DE ESTUDANTES MULTILÍNGUES DA UFESUL</b> .....	<b>94</b>
4.1 CONCEPÇÕES DE MULTILINGUISMO .....	95
4.2 “NO MERCADO DE TRABALHO O MEU FILHO TÁ NA TUA FRENTE”: IDEOLOGIAS DE MERCANTILIZAÇÃO DE REPERTÓRIOS .....	109
4.3 <i>DISCURSOS DE ORGULHO</i> NA MODERNIDADE RECENTE .....	118

**5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....127**

**REFERÊNCIAS.....136**

**APÊNDICE A** LISTA DE DISSERTAÇÕES E TESES PERTINENTES AO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO EM IDEOLOGIAS DE LINGUAGEM DEFENDIDAS EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIROS DESDE 2014 ..... 147

**APÊNDICE B** ROTEIRO DAS ENTREVISTAS..... 151

**APÊNDICE C** TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO..... 152

## 1 INTRODUÇÃO

Sob a égide modernista dos estados-nações, o monolinguismo foi projeto político-ideológico dominante. A criação do estado-nação como entidade arregimentadora de pessoas, territórios e mercados significou o surgimento de uma configuração geo-sociopolítica que se tornaria dominante e que produziria a ideia de “unidade linguística” como “ingrediente fundamental da unidade e da identificação nacional” (FARACO, 2016, p. 30). Foi assim que, durante o século XIX e parte do século XX, o nacionalismo promoveu, junto à defesa do monolinguismo, a inferiorização de línguas regionais e a transformação de questões de língua em assunto estatal (FARACO, 2016, p. 34), pois a homogeneização de repertórios e práticas linguísticas foi percebida como condição de eficácia do projeto nacional. Desse contexto advém a *concepção moderna de língua*; isto é, a concepção de “língua” como um conjunto determinável de itens e cujas fronteiras poderiam ser objetivamente delimitadas. Vimos, contemporaneamente, chamando os entes que essa concepção produziu de *línguas nomeadas*.

Nesse enquadramento — e até recentemente —, predominavam discursos que exaltavam a relação entre línguas nomeadas, grupos de pessoas e territórios, o que dava margem à criação de estreitas equivalências identitárias. Essa ideologia de linguagem foi útil à criação de um *nós*; isto é, um senso de coletividade necessário a um que arregimentou grupos de pessoas cujas lealdades e narrativas históricas estiveram alinhadas a centros de poder diversos: repertórios linguísticos tornavam-se emblemas do sentimento de orgulho de pertencer a uma nação. Talvez mais útil ainda tenha sido como ferramenta de exclusão.

Com base na concepção moderna da “língua” e em novas ideologias de padronização e normatividade, práticas de linguagem que não corroboravam os limites delimitados para o que passava a ser entendido como uma *língua nacional* passaram a ser concebidas como desvio. Logo, criou-se uma medida que poderia ser usada para justificar o fato de que nem todos aqueles arregimentados alcançariam uma cidadania plena, tampouco condições de usufruir dos benefícios que a organização geo-sociopolítica do mundo em estados-nações prometia.

Em contrapartida, numa contemporaneidade pós-nacional, o *multilinguismo* em seu sentido mais estrito vem sendo cada vez mais, e em cada vez mais arenas políticas e discursivas, percebido como “recurso”, “vantagem” e “patrimônio”.

Ideologias de monolinguismo até recentemente predominantes no enquadramento dos estados nacionais vêm passando a conviver com novas ideologias de linguagem que contemplam repertórios linguísticos mais amplos em meio à nova economia globalizada e às novas políticas de identidade de uma contemporaneidade superdiversa (HELLER, DUCHÊNE, 2012; VERTOVEC, 2007).

Assim, num cenário internacional de expansão das iniciativas de “promoção da diversidade linguística”, no qual “recursos linguísticos anteriormente estigmatizados são agora valorizados”<sup>1</sup> (HELLER; PIETIKÄINEN; PUJOLAR, 2018, p. 7), tendência à qual o Brasil também responde (e.g. CAVALCANTI, MAHER, 2018a; SEVERO, 2016), é “fundamental que as pessoas — cujas línguas são alvo das políticas de preservação — sejam indagadas a respeito dos significados locais que elas atribuem a direitos linguísticos” (SEVERO, 2016, p. 201). Esta investigação, de natureza qualitativa interpretativa, sobre práticas sociais de linguagem situadas procurou, portanto, realizar isso ao privilegiar uma compreensão da questão que parte da perspectiva dos atores sociais relevantes.

O projeto de pesquisa aqui relatado procurou responder às seguintes perguntas de pesquisa:

(1) O que revelam a respeito de suas concepções de multilinguismo os discursos sobre as práticas de linguagem próprias e de outros produzidos por pessoas com repertórios linguísticos multilíngues que circulam em uma universidade do Sul do Brasil?;

(2) Quais ideologias de linguagem podem ser identificadas nas construções discursivas dessas pessoas a respeito da manutenção e do uso das línguas não majoritárias que compõem seus repertórios?

A pesquisa teve como objetivo primário compilar autorrelatos de práticas de linguagem de pessoas com repertórios linguísticos multilíngues na contemporaneidade, visando à produção de compreensões sobre ideologias de linguagem de cidadãos multilíngues. Os objetivos secundários foram: (a) descobrir as representações sobre o multilinguismo que se observa no discurso dos atores

---

<sup>1</sup> *formerly stigmatized linguistic resources are now valued*

sociais entrevistados, contrastando-as às reproduzidas na literatura acadêmica, no discurso público e no âmbito estatal; (b) observar a existência ou não de traços de mercantilização de repertórios linguísticos nesses autorrelatos; (c) desvelar potenciais tópicos relevantes para aprofundamento em investigações posteriores.

## 1.1 ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO

Este primeiro capítulo, de caráter introdutório, apresenta o problema e as perguntas de pesquisa; e também traz à leitora breves comentários sobre escolhas terminológicas.

O segundo capítulo deste relatório trata dos pressupostos teóricos com os quais operei. Está dividido em quatro subseções que configuram dois momentos. *Modernidade recente e globalização* e *O estudo da linguagem na modernidade recente* tratam de localizar a investigação num conjunto de esforços contemporâneos que vêm propondo uma revisão crítica de noções cristalizadas dos estudos da linguagem com o objetivo de construir abordagens mais sensíveis aos fenômenos e às realidades linguísticas da modernidade recente. Abordo a ideia de que “línguas” são unidades determinadas sociopoliticamente, conformando categorias que remontam à emergência do estado-nação moderno e à expansão colonialista europeia (HELLER, McELHINNY, 2017; MAKONI, PENNYCOOK, 2005; WEBER, HORNER, 2012). Em contraposição à concepção moderna de “língua”, apresento a abordagem de *repertórios linguísticos*: conjuntos de recursos linguísticos, semióticos e socioculturais dos quais as pessoas dispõem para agir no mundo (BLACKLEDGE, CREESE, 2017; BLOMMAERT, BACKUS, 2013; BLOMMAERT, RAMPTON, 2011). Coloco em pauta, ainda, a ideia de superdiversidade (VERTOVEC, 2007) e discuto como é possível ou não trabalhar, dentro dessa perspectiva, com o conceito de *comunidade*, considerando novos aspectos das relações sociais contemporâneas (WEI, 2018).

As duas seções seguintes, *Ideologias de linguagem* e *Ideologias de linguagem na modernidade recente*, são construídas já tendo como pressuposta a abordagem apresentada nas duas seções anteriores. Depois de apresentar alguns marcos históricos da constituição de *ideologias de linguagem* como um campo independente de investigação, introduzo a noção de *ideologias de linguagem* —

“concepções culturais sobre linguagem, sua natureza, estrutura e uso, e sobre o lugar do comportamento comunicativo na vida social”<sup>2</sup> (GAL, 2006, p. 179) — e a proposta de Kroskrity (2004) de que o conceito está conformado por cinco dimensões distintas e interligadas. No enquadre da modernidade recente, proponho uma discussão a respeito da *retórica da diversidade linguística*: conjuntos de discursos e de ações localizados no bojo da promoção de direitos linguísticos, e da salvaguarda, revitalização e patrimonialização de algo entendido como “diversidade linguística” de modo genérico e universalista. Por fim, trato da linguagem na nova economia globalizada, apresentando possíveis precedentes do surgimento de ideologias de linguagem de mercantilização de repertórios linguísticos.

O terceiro capítulo apresenta os pressupostos metodológicos desta investigação, que está identificada com as premissas da sociolinguística crítica (HELLER; PIETIKÄINEN; PUJOLAR, 2018), e partiu do princípio de que *a linguagem importa* porque é um recurso relevante à construção de diferenças sociais, que estão “atadas a processos pelos quais nós produzimos e racionalizamos a desigualdade”<sup>3</sup> (HELLER; PIETIKÄINEN; PUJOLAR, 2018, p. 1). A investigação foi desenhada qualitativamente e está orientada pelo paradigma interpretativo (BLAIKIE, 2000; GARCEZ, BULLA, LODER, 2014; MASON, 2002). Os dados foram gerados em trabalho de campo através de entrevistas de tipo semiestruturadas. A seleção da entrevista como método principal de geração de dados teve em vista um posicionamento interacional. Foram realizadas onze entrevistas com participantes de entre 20 e 36 anos, distribuídos não equitativamente entre mulheres e homens, e entre dois perfis contendo três subperfis cada um. As entrevistas tiveram duração entre aproximadamente 40 e 140 minutos, totalizando 14h26m28s de gravação em áudio.

Como universo de pesquisa, elegi uma instituição pública de ensino superior no Sul do Brasil, a que denominei Universidade Federal do Sul do Brasil (UFESUL). O começo do século XXI no Brasil foi marcado pelas primeiras ações concretas em direção à democratização do acesso ao ensino superior público, primeiro na forma de iniciativas estaduais e, posteriormente, em 2012, na forma da promulgação e subsequente regulamentação, da chamada Lei de Cotas (12.711/12), que

---

<sup>2</sup> *cultural conceptions about language, its nature, structure and use, and about the place of communicative behavior in social life*

<sup>3</sup> *bound up with processes through which we make and rationalize inequality*

determinou que a reserva de 50% das vagas de cada processo seletivo a pessoas oriundas do sistema público de educação, com renda inferior a um salário-mínimo e meio, autodeclaradas pretas, pardas e indígenas e pessoas com deficiência (item incluído posteriormente pela Lei 13.409/16), distribuídas proporcionalmente com base no perfil demográfico da população da unidade federativa na qual se encontra a instituição (BRASIL, 2012, 2016). Outro viés dessa democratização do acesso foram as políticas de expansão e interiorização do ensino superior público (CAMARGO; ARAÚJO, 2018). Nesse mesmo contexto histórico, intensificam-se políticas de internacionalização das universidades públicas, notadamente a construção de esforços de cooperação entre instituições de países do Sul Global (BIZON, CAVALCANTI, 2018; SCHLATTER, GARCEZ, 2018). Mais recentemente, em virtude da inserção do Brasil como destino de acolhimento no panorama da crise migratória global (BAENINGER; PERES, 2017), têm ocorrido processos seletivos específicos voltados ao ingresso no ensino superior público de pessoas migrantes em condição de refúgio ou portadoras de visto humanitário (UFPR..., 2018; UFSCAR..., 2014). Assim, entendo que o ensino superior público é um espaço no qual estão reunidos em torno de objetivos semelhantes pessoas que se identificam com as mais diversas comunidades de práticas, constituindo um universo de pesquisa fértil e relevante.

No quarto capítulo está apresentada a análise dos dados, que observa as recomendações de Potter e Hepburn (2012) acerca da apresentação de dados de entrevistas com vistas a permitir que a leitora seja coanalista dos dados. O capítulo está dividido em três seções que se concentram em concepções de multilinguismo, ideologias de linguagem de mercantilização e na ressignificação de *discursos de orgulho* (HELLER; DUCHÊNE, 2012) na modernidade recente. A partir da construção de uma análise interpretativa-argumentativa, busquei afirmar que, no contexto de ideologias de linguagem de valorização do multilinguismo, os sentidos que os participantes atribuem a suas práticas de linguagem e a seus repertórios linguísticos multilíngues se aproximam da ideia de repertórios e tornam opacas ideologias de linguagem nacionalistas que equalizam “um povo”, “um território” e “uma língua”. Ainda assim, há espaços em que o multilinguismo pode ser experienciado por viéses deletérios. Em relação ao contexto do universo da pesquisa, pode-se dizer que, sim, circulam ideologias de linguagem que favorecem o enquadramento de repertórios linguísticos em termos explicitamente econômicos —

nos termos de Heller e Duchêne (2012), em *discursos de lucro*<sup>4</sup> —, ainda que esses não substituam por completo o acionamento de ideologias de linguagem relacionadas a *discursos de orgulho* (HELLER; DUCHÊNE, 2012). Proponho, ainda, que ideologias de linguagem de mercantilização podem guardar estreita relação com o gerenciamento da composição de repertórios e a manutenção de conjuntos de itens *marcados* nos repertórios (URCIUOLI, 2016). Por fim, argumento que num contexto de super-diversidade (VERTOVEC, 2007), a mobilização de *discursos de orgulho* pode servir a propósitos diferentes daqueles historicamente associados ao surgimento de um mundo predominantemente organizado em estados-nações e baseado na rigidez de fronteiras territoriais, étnico-culturais e linguísticas, como a produção discursiva de *não pertencimento* e a produção de autenticidade e distinção como avalizadoras de ideologias de linguagem de mercantilização.

## 1.2 NOTAS SOBRE ESCOLHAS TERMINOLÓGICAS

Se quem me lê é pessoa familiarizada com o campo da Linguística Aplicada no Brasil, há grande chance de que a minha escolha por trabalhar com o termo *modernidade recente*, anunciada já no título da investigação, remeta imediatamente a Luiz Paulo da Moita Lopes. Antes de qualquer coisa, o termo é a minha opção em língua portuguesa para fazer referência às condições sociais contemporâneas frequentemente designadas por pesquisadoras(es) que mobilizo através do termo anglófono *late modernity*. A escolha foi necessária, no mínimo, porque as minhas leituras e a bibliografia utilizada na pesquisa são quase que em totalidade de material produzido em língua inglesa.

Também reconhecendo as minhas limitações como pesquisadora do ramo de estudos da linguagem formada numa tradição em que estamos quase que totalmente alheios ao que se produz nos demais espaços das Ciências Humanas e Sociais, utilizar *modernidade recente* foi o meio que encontrei para evitar manifestar inadvertidamente filiação a algum ramo da teoria social cujas implicações eu desconheça. Considerando que alguma relação qualquer um dos termos possíveis

---

<sup>4</sup> Utilizarei neste texto *discursos de lucro* e *discursos de orgulho* como equivalentes aos termos propostos por Heller e Duchêne (2012): *discourses of profit* e *discourses of pride*.

projetaria, percebi que uma com os trabalhos reunidos em volumes que se organizam a partir da noção de *modernidade recente* (e. g., MOITA LOPES, 2006, 2013a) contemplaria melhor o que esta investigação representa: um esforço de localizar práticas sociais de linguagem num mundo em transformação e de reconhecer que o estudo da linguagem demanda, sim, e possivelmente cada vez mais, que olhemos para o todo da experiência social, não apenas para os códigos linguísticos e nem mesmo para práticas sociais de linguagem situadas como se alheias de tudo o que nos cerca.

Dito isso, quando o termo *modernidade* aparece neste texto não é como sinônimo de *modernidade recente*. Pelo contrário, ele designa um momento histórico precedente, cujo início remonta à Revolução Industrial e à transição ao capitalismo — nos termos de Ulrich Beck (BECK; WILLMS, 2004), a quem a leitora será apresentada no segundo capítulo, a *primeira modernidade*. Logo, por derivação, a leitora deve ter em mente que o adjetivo *moderno* não é utilizado como sinônimo de *contemporâneo*.

Também conforme anunciado já no título da investigação, opero com o termo *multilinguismo*. Dentro do conjunto de esforços de revisão dos pressupostos com que os estudos da linguagem vêm operando, aos quais a leitora também será apresentada no capítulo seguinte, o termo é ocasionalmente criticado por mobilizar uma dimensão de enumeração de conjuntos convencionados de códigos que um falante teria à disposição (e.g., JØRGENSEN et al., 2011); uma dimensão que as perspectivas conceituais aqui mobilizadas buscam desconstruir ao empiricamente destituí-la de centralidade. Numa abordagem contemporânea dos comportamentos comunicativos multilíngues, como alternativas às tradicionais noções de *monolinguismo* (um código), *bilinguismo* (dois códigos) e *multilinguismo* (múltiplos códigos), alguns novos conceitos vêm sendo propostos. *Polylinguaging*, *translinguaging*, *linguaging*, *translingualism*, *crossing*, *transidiomatic practices* e *metrolingualism*<sup>5</sup> seriam noções:

menos interessadas em a quais códigos distintos as pessoas recorrem e a quais afiliações esses códigos fazem referências do que em como diferentes recursos comunicativos são empregados para criar significado e

---

<sup>5</sup> Para uma revisão em detalhe dos conceitos mencionados, ver Blommaert (2016) e Pennycook (2016).

o que essa prática heteroglóssica de linguagem significa para os falantes.<sup>6</sup>  
(BUSCH, 2012, p. 3)

Neste trabalho, fundamentado primordialmente nas perspectivas investigativas que vêm produzindo essa nova leva terminológica, optei ainda assim por manter o termo mais convencional, *multilinguismo*, que aqui é entendido não como o acúmulo de competências monolíngues distintas, mas como o exercício da natureza multilíngue dos repertórios comunicativos. Entendo que o termo, certamente mobilizado também por empreitadas investigativas orientadas por percursos epistemológicos distintos, ainda comporta expansão. Obras como a recente *Multilingual Brazil* [Brasil multilíngue], organizada por Cavalcanti e Maher (2018a), carrega sua derivação adjetiva no título sem deixar de reunir relatos de investigações cujas abordagens encontram-se no bojo da renovação que menciono. Não me parece haver incoerência em privilegiar um termo cuja capilaridade pode produzir diálogos mais amplos do que a nova terminologia, ainda em desenvolvimento e ainda por comprovar suas relevâncias. Ainda que alguns percebam-no inadequado à abordagem aqui proposta, cumpre mencionar que a opção foi deliberada.

Por fim, advirto a leitora de que, neste trabalho, a noção de *língua* aparece por convenção entre aspas. Entendo que ela se refere ao que se entende aqui — não isoladamente (BLOMMAERT, RAMPTON, 2011; OTHEGUY, GARCÍA, REID, 2015) — como *língua nomeada*, e se equaliza à concepção moderna de “língua” enquanto um código relativamente estável cujas fronteiras seriam delimitadas normativamente; fronteiras essas que não são necessariamente relevantes quando se trabalha com práticas de linguagem globais multilíngues. No mesmo sentido, quando uma *língua nomeada* é mencionada (português, japonês, espanhol, árabe etc.), a leitora deve ter em mente que me refiro a um conjunto não fixo de itens que são por convenção e experiência identificados como pertencentes a determinada “língua”, e que a demarcação de limites entre umas e outras, quando relevante, se dá nas práticas de linguagem situadas em orientação a ideologias de linguagem diversas.

---

<sup>6</sup> *less interested in what distinct codes people fall back on and what affiliations these codes refer to than in how different communicative resources are employed to create meaning and what such a heteroglossic language practice means to speakers.*

## 2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Este capítulo está organizado em quatro seções. As duas primeiras apresentam um conjunto de propostas para o estudo da linguagem na modernidade recente que conforma a perspectiva adotada por esta investigação — que dialoga com pesquisas em multilinguismo e práticas sociais de linguagem que vêm sendo desenvolvidas nas áreas de Sociolinguística, Antropologia da Linguagem e Linguística Aplicada. Na primeira seção, apresento o paradigma da modernidade recente e trato da relevância dos produtos da globalização para o estudo da linguagem. A seguir, na segunda, mobilizo um corpo de investigações contemporâneas que vêm questionando noções cristalizadas no campo de estudos da linguagem e propondo novas abordagens para o tratamento de fenômenos linguísticos contemporâneos. A terceira seção do capítulo introduz o aparato conceitual de *ideologias de linguagem*. A quarta seção do capítulo, intitulada *Ideologias de linguagem na modernidade recente*, está construída já sobre os pressupostos que as seções anteriores estabeleceram. Nela, os articulo à temática da investigação, demonstrando as contradições das ideologias de linguagem encontradas no âmbito do que chamo de *retórica da diversidade linguística* e a centralidade de aspectos da nova economia globalizada para o estudo de ideologias de linguagem contemporaneamente.

### 2.1 MODERNIDADE RECENTE E GLOBALIZAÇÃO

Em Melo e Moita Lopes (2014), uma nota de rodapé define *modernidade recente*, que aparece já na primeira frase do texto:

Na literatura, encontramos outros termos que se referem à ideia de Segunda Modernidade. Giddens (1991) faz uso do termo Modernidade Reflexiva, em referência às transformações do mundo atual e ao momento de reflexão e reinvenção da vida contemporânea. Em relação às mesmas mudanças, Bauman (2001) emprega também o termo Modernidade Líquida e Rampton (2006) Modernidade Tardia. (MELO; MOITA LOPES, 2014, p. 541)

Modernidade recente é, então, sinônimo das modernidades reflexiva, líquida e tardia? Não necessariamente.

A ideia de *segunda modernidade* foi proposta pelo sociólogo Ulrich Beck como uma “designação guarda-chuva” para a etapa da modernidade que estamos experienciando, um produto da *primeira modernidade*, a que costumeiramente designamos apenas *modernidade*. Ponto central dessa proposta é estar em oposição à perspectiva que argumenta que a modernidade foi superada, isto é, o momento atual, produto da plena ruptura com as estruturas modernas, entendido como *pós-modernidade*. Para Beck, as estruturas modernas não desapareceram, mas foram desestabilizadas por um processo de *modernização reflexiva*, a “autoconfrontação da modernidade, sua confrontação com os efeitos colaterais de seu próprio sucesso”<sup>7</sup> (BECK; WILLMS, 2004, p. 33). A transição da primeira para a segunda modernidade é “algo que está ocorrendo em muitas escalas temporais distintas desde a metade do século XX”<sup>8</sup> (BECK; WILLMS, 2004, p. 30), mas não de maneira linear ou potencialmente evolucionária. A competição entre uma nova “lógica de fluxos” com a “lógica de estruturas” típica do momento anterior (BECK; WILLMS, 2004, p. 27) produz continuidades e descontinuidades; produz tensões e não simplesmente rupturas.

Contemporaneamente, na perspectiva da segunda modernidade, estamos assistindo à desorganização das certezas modernas. A globalização desconcerta a noção de sociedade como plenamente organizada em termos de estados-nações correspondentes a “sociedades delimitadas e opostas, cada uma em seu próprio contêiner, e cada uma com sua própria cultura, sua própria economia, sua própria identidade e controle sobre o destino de seu próprio povo”<sup>9</sup> (BECK; WILLMS, 2004, p. 16). A percepção de que as pessoas se conformam em identidades coletivas pré-determinadas “que são concedidas por um pequeno número de grandes agrupamentos tem cada vez menos relevância empírica para uma sociedade que tem sido estruturalmente transformada pelo contínuo processo de individualização”<sup>10</sup> (BECK; WILLMS, 2004, p. 30). O paradigma da sociedade do pleno emprego — no qual “o trabalho assalariado estaria disponível para todas as pessoas normais, e

---

<sup>7</sup> *self-confrontation of modernity, its confrontation with the side effects of its own success.*

<sup>8</sup> *something that happens all at once, but rather something that has been happening on several different time scales since the middle of the twentieth century.*

<sup>9</sup> *bounded and opposed societies, each in its own container, and each with its own culture, its own economy, its own identity, and control over the destiny of its own people.*

<sup>10</sup> *that are provided by a small number of large collective groups has less and less empirical relevance to a society that has been structurally transformed by the ongoing process of individualization*

peças normais seriam definidas como as que participam [desse arranjo]”<sup>11</sup> (BECK; WILLMS, 2004, p. 30) — é confrontado pela fragmentação do mercado de trabalho, pela crescente variabilidade de vínculos empregatícios e pelo surgimento de cada vez mais formas “não normais” de geração de renda. A proliferação de riscos globais abala a confiança na racionalidade técnica weberiana, que permitia previsibilidade e controle sobre os efeitos da industrialização. A nítida separação entre natureza e sociedade, na qual natureza é uma entidade externa com a função primordial de fornecer à sociedade infinitos recursos, fica fragilizada diante da crise ambiental global, e também diante de desenvolvimentos tecnológicos em áreas como a engenharia genética.

Para Beck,

não estamos simplesmente em meio a duas perspectivas [a moderna e uma outra, “nova”]. Nós estamos envolvidos em uma transição de uma perspectiva para várias perspectivas simultâneas. Há uma pluralização de modernidades em desenvolvimento.<sup>12</sup> (BECK; WILLMS, 2004, p. 26)

Nesse sentido, as modernidades *reflexiva*, *líquida* ou *tardia* são interpretações complementares, não excludentes, pois produzir sentidos das tensões e contradições da segunda modernidade, ou modernidade recente, é um esforço coletivo. Falar em *modernidade recente* é, portanto, colocar em pauta as tensões, contradições e profundas modificações contemporaneamente experienciadas nos campos das relações sociais e de trabalho, da organização política, social e identitária, dos modelos de desenvolvimento econômico, das ciências e tecnologias.

Conforme Coupland (2010, p. 05-06), “muitas das condições-chave associadas à modernidade recente [...] são mais facilmente contempladas se as situarmos nas dinâmicas de um mundo mais globalmente conectado.”<sup>13</sup> Se *globalização* faz referência a “fluxos intensificados de capital, mercadorias, pessoas, imagens e discursos ao redor do globo”<sup>14</sup> (BLOMMAERT, 2010, p. 13), enquanto fenômeno amplo, não é exatamente recente: embora existam argumentos que apontem que está em curso desde muito antes, é frequentemente associada ao advento da era moderna, no final do século XV. Segundo Coupland (2010), o fato de

<sup>11</sup> *paid labor is supposed to be available for all normal people, and people are defined as normal by participating*

<sup>12</sup> *we are not simply between two perspectives. We are involved in a transition from one perspective to several simultaneous perspectives. There is a pluralization of modernities in the making.*

<sup>13</sup> *many of the key conditions associated with late modernity [...] are much easier to appreciate if we situate them in the dynamics of a more globally connected world.*

<sup>14</sup> *intensified flows of capital, goods, people, images and discourses around the globe*

não se tratar de um processo característico exclusivamente da modernidade recente é argumento para alguns que entendem que pensar seus efeitos na investigação social contemporânea teria pouca relevância, uma vez que se estaria tratando de um processo já consolidado: o mundo está globalizado e ponto.

Outros (e.g. BLOMMAERT, 2010; COUPLAND, 2010) entendem, contudo, que a noção não perdeu relevância, pois “se os processos que chamamos de *globalização* não são novos em substância, eles são novos em intensidade, escopo e escala”<sup>15</sup> (BLOMMAERT, 2010, p. 1). Quando se tem em conta o caso da comunicação em massa, por exemplo, não se vê novidades em *substância*, já que o telégrafo, o telefone, o rádio e a televisão produziram em outras épocas “sentimentos semelhantes de novidade revolucionária”<sup>16</sup> (BLOMMAERT, 2010, p. 14) aos que temos agora em relação ao estabelecimento, por exemplo, de redes digitais; e igualmente afetaram profundamente a maneira como as pessoas se comunicavam, se organizavam, pensavam e agiam. A ideia de que, se não em termos de substância, a atual fase da globalização é certamente diferente de períodos anteriores em termos de intensidade, escopo e escala é frequentemente corroborada (e.g. GIDDENS, SUTHON (2017[2014]); KUMARAVADIVELU, 2006) e:

debates contemporâneos se originam de uma verificada aceleração da globalização a partir da década de 1970, provocada pelo crescimento e poder de corporações multinacionais, preocupações com o declínio do Estado-nação, ascensão de blocos comerciais supranacionais, entidades econômicas e políticas regionais (como a União Europeia), viagens de turismo mais baratas disseminando a migração e o turismo internacional e o advento da internet possibilitando a rápida comunicação global. Na década de 1990, o conceito de globalização se tornou tendência sociológica, impactando todos os campos de especialidades da disciplina. (GIDDENS; SUTHON, 2017[2014], p. 17-18)

Cabe lembrar, contudo, que a globalização é “não linear, bem como *não* é uniformemente e (ironicamente) *não* é universalmente e *não* é globalmente experienciada”<sup>17</sup> (COUPLAND, 2010, p. 5). Daí deriva o argumento, encontrado em Blommaert (2010), de que ignorar as dinâmicas da globalização como parte de olhar para a modernidade recente, pressupondo os fenômenos correlatos como absolutamente inerentes à condição social contemporânea, pode produzir a transformação discursiva da globalização em “um projeto político, econômico,

<sup>15</sup> *if the processes we call globalization are not new in substance, they are new in intensity, scope and scale.*

<sup>16</sup> *similar feelings of revolutionary newness*

<sup>17</sup> *non-linear, just as it is not uniformly and (ironically enough) not universally and not globally experienced.*

cultural e intelectual aparentemente autônomo”<sup>18</sup> (BLOMMAERT, 2010, p. 1). Conforme essa visão autonomista, neutra e linear, os processos da globalização seriam experienciados da mesma maneira no mundo todo, independentemente de classe, raça, gênero, etnia, nacionalidade, repertório linguístico etc.:

A maioria das pessoas no mundo ainda não tem acesso às novas tecnologias de comunicação que oferecem atalhos à globalização, elas vivem, por assim dizer, vidas desglobalizadas; mas as elites em seus países têm tal acesso e utilizam-no na busca por poder e oportunidades -- uma busca que afeta sim as vidas dos cidadãos ‘desglobalizados’. A migração das ‘zonas de pobreza’ para sociedades europeias [...] promoveu ou alimentou a ascensão de grupos de direita reacionários, racistas ou fascistas e [...] também mudou a face do multilinguismo, [...] criando novos e complexos mercados para recursos linguísticos e comunicativos. Tais mercados naturalmente incluem vencedores e perdedores, e hoje em dia muitas pessoas descobrem que seus recursos linguísticos têm um valor muito baixo em ambientes globalizados. [...] A globalização, portanto, é, como todo desenvolvimento do sistema em que vivemos, algo que produz tanto oportunidades quanto restrições, tanto novas possibilidades quanto novos problemas, tanto progresso quanto retrocesso. Uma abordagem crítica deve no mínimo fornecer um diagnóstico correto para essas questões.<sup>19</sup> (BLOMMAERT, 2010, p. 3-4)

Essas breves considerações acerca de algumas dimensões das condições sociais contemporâneas são o ponto de partida para a demonstração de que as transformações que vimos experienciando vêm também provocando, não surpreendentemente, uma “lenta, irregular e mesmo assim muito significativa revisão de suposições básicas nas Humanidades e Ciências Sociais, geralmente caracterizadas como pós-estruturalismo”<sup>20</sup> (RAMPTON, 2006, p. 4). No campo dos estudos de linguagem, isso se traduz numa:

revisão de ideias fundamentais (a) sobre línguas, (b) sobre grupos linguísticos e falantes, e (c) sobre comunicação. Em vez de homogeneidade, estabilidade e circunscrição como pontos de partida, mobilidade, mistura, dinâmicas políticas e enquadramento histórico são

<sup>18</sup> *seemingly autonomous political, economic, cultural and intellectual project.*

<sup>19</sup> *Most people in the world still have no access to the new communication technologies that offer shortcuts to globalization, they live, so to speak, fundamentally un-globalized lives; but the elites in their countries have such access and use it in the pursuit of power and opportunities – a pursuit which does affect the lives of the ‘un-globalized’ citizens. Migration from the ‘zones of poverty’ into European societies [...] has prompted or fuelled the rise of reactionary, racist or fascist right-wing groups and [...] has also changed the face of multilingualism, [...] creating new and complex markets for linguistic and communicative resources. Such markets naturally include winners and losers, and many people nowadays find their linguistic resources to be of very low value in globalized environments. [...] Globalization, thus, is like every development of the system in which we live, something that produces opportunities as well as constraints, new possibilities as well as new problems, progress as well as regression. A critical approach must at least provide an accurate diagnostic of these issues.*

<sup>20</sup> *slow, uneven but nevertheless very consequential reworking of basic assumptions in the humanities and social sciences, often characterised as post-structuralism.*

agora preocupações centrais no estudo de línguas, grupos linguísticos e comunicação.<sup>21</sup> (BLOMMAERT; RAMPTON, 2011, p. 3)

Nessas revisões se concentra a seção seguinte.

## 2.2 O ESTUDO DA LINGUAGEM NA MODERNIDADE RECENTE

O ano era 2003, e o *Journal of Sociolinguistics* publicava um número especial dedicado à interseção entre Sociolinguística e globalização. Nikolas Coupland, organizador do volume, comentava, na introdução, que os linguistas estavam “chegando atrasados na festa”. O chiste alude ao fato de que, mesmo a globalização já se mostrando um tema maduro na teoria social e nos estudos culturais, a Sociolinguística ainda estava por teorizar-se “em termos mais explicitamente globais”<sup>22</sup> (COUPLAND, 2003, p. 470). No mesmo texto, Coupland asseverava — quem sabe já antecipando críticas? — que não se tratava de a Sociolinguística se preocupar em produzir dados empíricos para corroborar generalizações teóricas alheias, mas, isto sim, de admitir que a atenção às prioridades da disciplina — “dados linguísticos em contextos sociais, compromisso com questões de valor social na variação linguística, e crítica às bases linguísticas e discursivas da desigualdade social”<sup>23</sup> (COUPLAND, 2003, p. 465-466) — necessitava cada vez mais da construção de relações entre circunstâncias locais e processos globais:

As qualidades da experiência social mediada linguisticamente que definem o “local” – habitação de relações sociais, identidades sociais, sentidos de intimidade e comunidade, diferenciações de poder e controle – todas potencialmente carregam uma marca das cambiantes estruturas e relações globais.<sup>24</sup> (COUPLAND, 2003, p. 466)

Mais do que adicionar uma porção de processos globais ao que já vinha sendo produzido, a virada do século assistiu a uma intensa renovação das práticas de investigação em linguagem. Para Martin-Jones, Backledge e Creese (2012), as

<sup>21</sup> *revision of fundamental ideas (a) about languages, (b) about language groups and speakers, and (c) about communication. Rather than working with homogeneity, stability and boundedness as the starting assumptions, mobility, mixing, political dynamics and historical embedding are now central concerns in the study of languages, language groups and communication.*

<sup>22</sup> *in more explicitly global terms*

<sup>23</sup> *language data in social environments, pursuing issues of social value in language variation, and critiquing the linguistic and discursive bases of social inequality.*

<sup>24</sup> *The qualities of linguistically mediated social experience that define ‘local’ – inhabitation of social networks, social identities, senses of intimacy and community, differentials of power and control – all potentially carry an imprint from shifting global structures and relationships.*

tradições descritiva, dialetológica e variacionista da Linguística e da Sociolinguística vêm perdendo espaço para abordagens críticas, transdisciplinares, pós-estruturalistas e de natureza interpretativa e etnográfica, que ampliam os contextos de pesquisa e incorporam desenvolvimentos contemporâneos da teoria social. Blommaert (2016, p. 245) atribui essa renovação, em grande parte, ao campo de investigação em multilinguismo, por ser onde se observam “fenômenos sociolinguísticos altamente complexos, ‘bagunçados’ e híbridos que desafiam categorias estabelecidas.”<sup>25</sup> Essa movimentação tem recebido denominações diversas: “Linguística da prática comunicativa” (RAMPTON, 2006), “Sociolinguística da globalização” (BLOMMAERT, 2010), “Sociolinguística crítica etnográfica” (MARTIN-JONES; BLACKLEDGE; CREESE, 2012), “abordagem social do multilinguismo” (WEBER; HORNER, 2012), “Sociolinguística dos recursos” (BLOMMAERT, 2010).

Blommaert (2016) propõe que se pense em termos de transição de um paradigma de *estabilidade* para um paradigma de *mobilidade*. Inerente a essa visão, e em várias medidas também às demais mencionadas acima, está a perturbação de uma tradição na qual “linguagem, junto com outros atributos sociais e culturais das pessoas, era predominantemente imaginada como relativamente fixa no tempo e no espaço, como sedentária, por assim dizer”<sup>26</sup> (p. 245). Existe um entendimento de que a vida social contemporânea, e dentro dela os fenômenos sociolinguísticos, demanda atenção particular a questões de mobilidades: “precisamos considerar a linguagem como um complexo de recursos móveis, modelado e desenvolvido tanto *por causa* da mobilidade, por pessoas se movimentando, quando *para* a mobilidade, para permitir que as pessoas se movimentem”<sup>27</sup> (BLACKLEDGE; CREESE, 2017, p. 32).

Um passo nesse sentido, percebido em várias propostas de reinterpretação dos paradigmas da investigação em linguagem na contemporaneidade, é o questionamento do muito estabelecido foco analítico em “representações abstraídas e idealizadas (ou ideologizadas)”<sup>28</sup> (BLOMMAERT, 2010, p. 102) dos recursos comunicativos de que as pessoas dispõem, isto é, exclusivamente em *línguas*

<sup>25</sup> *highly complex, “messy,” and hybrid sociolinguistic phenomena that defy established categories.*

<sup>26</sup> *language, along with other social and cultural features of people, was primarily imagined as relatively fixed in time and space, as sedentary, so to speak.*

<sup>27</sup> *we need to consider language as a complex of mobile resources, shaped and developed both because of mobility, by people moving around, and for mobility, to enable people to move around.*

<sup>28</sup> *abstracted and idealized (or ideologized)*

*nomeadas* como códigos íntegros e estanques. Para além de problematizações acerca da possibilidade de determinação de fronteiras precisas entre línguas distintas, ou mesmo entre o que se considera dialetos de uma mesma língua — as quais gozam já de certo consenso —, a crítica está centrada agora no próprio “conceito de línguas como conjuntos de recursos separados e separáveis”<sup>29</sup> (JØRGENSEN et al., 2011, p. 27). O que está sendo levantado é que a ideia de línguas individuais guarda relação com normatividade linguística e outras ideologias de linguagem, mas não encontra respaldo em práticas de linguagem reais. Argumenta-se que essa *concepção moderna de língua* remete à criação do estado-nação moderno.

Apesar de o mundo dividido em estados-nações ser concebido como nada menos do que perfeitamente natural, trata-se, na verdade, de uma forma de organização que começa a ser articulada há não muito mais do que duzentos anos. Sua gestação remete à Europa dos séculos XVII e XVIII e às transformações que têm como marcos históricos a Revolução Gloriosa e a Revolução Francesa. A transição do absolutismo e do mercantilismo para a democracia moderna e a consolidação do capitalismo industrial avançava as ideias de soberania popular, constitucionalismo e igualdade de direitos. A produção de um corpo de cidadãos dependia da transferência da lealdade dos súditos aos soberanos para o Estado — à *nação, à pátria*.

Numa tal configuração sociopolítica, o conceito de *nação*, conforme surgiu no século XVIII, não fazia sentido, menos ainda o de língua nacional ou língua oficial do Estado. Quando muito se fazia referência à “*língua do príncipe*” ou “*língua do soberano*” (cf. Burke, 2010: 92, 180) sem, contudo, pressupor que ela fosse necessária e obrigatoriamente a língua de todos os súditos, considerando que não poucas vezes o domínio dinástico abrangia populações de línguas diversas. (FARACO, 2016, p. 29, grifos no original)

As populações arregimentadas para participar do projeto precisavam reconhecer-se não apenas como parte integrante dessa nova forma de coletividade, mas também parte interessada no seu sucesso. A construção de línguas nacionais teve função fundamental nesse processo. Além de contribuir para a definição de fronteiras e para a produção de cidadania, a existência de uma língua nacional padrão compartilhada permitia a materialização de dois princípios nos quais o estado-nação esteve pautado: o princípio da racionalidade — em oposição aos

---

<sup>29</sup> *concept of languages as separate and separable sets of features*

excessos e à (irracional) fé religiosa típicas do regime absolutista — e o princípio da igualdade de direitos e oportunidades (distribuição de recursos) entre todos os cidadãos. “A padronização de formas linguísticas oficiais formava parte desse processo de construção de um espaço compartilhado, no qual ler e escrever nas línguas vernáculas facilitaria o acesso à participação em atividades políticas e econômicas”<sup>30</sup> (HELLER; McELHINNY, 2017, p. 99).

A padronização permite que se dê forma à nação; ao se construir uma língua a ser compartilhada pelos cidadãos, simultaneamente torna-se possível delimitar as fronteiras da nação. Cidadãos são aqueles que falam a língua, não cidadãos são aqueles que não falam. A linguagem pode então ser também usada para delimitar fronteiras territoriais, isto é, para reivindicar territórios habitados por pessoas que supostamente falam (uma versão da) língua nacional, e para disciplinar os ocupantes do território que não falam.<sup>31</sup> (HELLER; McELHINNY, 2017, p. 104)

Nesse mesmo âmbito a variação linguística torna-se um problema a ser corrigido ou, pelo menos, reconhecido:

a construção do ideal da língua inteira, demarcada e fixa, falada dentro das fronteiras de um território específico por falantes prototipicamente monolíngues, cria desvio, que então precisa ser controlado. Formas de linguagem variáveis e flutuantes tornam-se problemáticas [...]. Certamente uma das coisas que escolas, a mídia e os cânones literários fazem é tentar socializar os falantes para o distanciamento de tais práticas e aproximação às práticas padronizadas, ou pelo menos socializá-los na ideia de que a variabilidade é problemática, mesmo se os comportamentos permanecerem inalterados.<sup>32</sup> (HELLER; McELHINNY, 2017, p. 105)

Já que a linguagem é entendida como por natureza “universal e quintessencialmente humana”<sup>33</sup> (HELLER; McELHINNY, 2017, p. 121), o acesso a recursos linguísticos é em teoria democrático: aqueles que não sabem a língua nacional podem aprendê-la e alcançar cidadania plena. Em contrapartida,

---

<sup>30</sup> *the standardization of authoritative linguistic forms formed part of this process of building a shared space, in which reading and writing in vernacular languages would facilitate access to participation in political and economic activities*

<sup>31</sup> *standardization allows for the shaping of a nation; by constructing a language to be shared by citizens, it becomes simultaneously possible to draw nation's borders. Citizens are those who speak the language; noncitizens are those who do not. Language can then also be used to delimit territorial boundaries, that is, to lay claims to territory inhabited by people who supposedly speak (a version of) the national language, and to discipline occupants of the territory who do not.*

<sup>32</sup> *the construction of the ideal of the whole, bounded, fixed language, spoken within the boundaries of a specific territory by prototypically monolingual speakers, creates deviation, which then has to be controlled. Forms of language that are variable and fluctuating become problematic [...]. Certainly, one of the things that schools, the media, and literacy canons do is try to socialize speakers out of such practices and into standardized ones, or at least into the idea that variability is problematic even if behaviours remain unchanged.*

<sup>33</sup> *universal and quintessentially human*

Se você não fala a língua da nação, e adequadamente, você demonstra que carece da habilidade de raciocinar e da força para prevalecer que a cidadania requer; logo, não pode reivindicar acesso a poder político e econômico. Se você não aprendeu essa língua, é porque carece de competência, seja por razões morais ou físicas (cérebros subdesenvolvidos, fraqueza, emotividade, incapacidade de concentração ou estupidez). Se você aprendeu, ainda precisa constantemente comprovar através das medidas desenvolvidas pelo grupo dominante, que usa as agências estatais (escolas, burocracias, academias de línguas, a mídia) para descrever o que conta como competência linguística e quais os meios que a identifica.<sup>34</sup> (HELLER; DUCHÊNE, 2012, p. 05).

Logo, as línguas nacionais serviram também para a neutralização de contradições em termos de acesso a recursos: “a promessa de democracia precisa de algum jeito ser vista como cumprida, solidariedades precisam ser conservadas, e os estados-nações requerem a participação de todos os seus diversos cidadãos”<sup>35</sup> (HELLER; McELHINNY, 2017, p. 100). A estrita vinculação de uma “língua” a um Estado, “posta, em geral, numa perspectiva ideológica de monolinguismo como condição de existência do Estado” (FARACO, 2016, p. 35), torna, com o tempo, também natural a ideia de que é papel do Estado arbitrar questões de língua. Assim o estado-nação moderno, dentro de seu projeto de regulação do capital em mercados nacionais, promoveu “o dominante discurso e ideologia de linguagem como um sistema inteiro e delimitado inextricavelmente atado a identidade e território”<sup>36</sup> (HELLER; DUCHÊNE, 2012, p. 03).

Essa concepção moderna de línguas como entidades completas, fixas, de fronteiras bem-definidas e relacionadas à estabilidade de um conjunto de pessoas que habita um território delimitado é o que a perspectiva adotada nesta investigação entende como *línguas nomeadas*. Para Makoni e Pennycook (2005), tratou-se de um processo de *invenção*, relacionado também à expansão do colonialismo europeu, destacando a conivência da disciplina linguística num processo que produziu legitimações assimétricas de repertórios linguísticos. Na visão dos autores, não apenas os nomes foram inventados (do que decorreria que objetos-línguas existiam

---

<sup>34</sup> *If you don't speak the language of the nation, and speak it properly, you show that you lack the ability to reason and the strength to prevail that citizenship requires; you therefore can't claim access to political and economic power. If you haven't learned it, it is because you lack the competence to do so, for either moral or physical reasons (underdeveloped brains, weakness, emotionality, inability to concentrate, or stupidity). If you have, you still need to constantly prove yourself against the measures developed by the dominant group, who use the agencies of the state (schools, bureaucracies, language academies, the media) to describe what counts as linguistic competence and the means to identify it.*

<sup>35</sup> *the promise of democracy must somehow be seen to be kept, solidarities need to be maintained, and the nation-states requires the participation of all its diverse citizens*

<sup>36</sup> *the dominant discourse and ideology of language as whole, bounded system inextricably tied to identity and territory*

antes da nomeação), mas também os próprios objetos. Nesse sentido, *línguas* são categorias que:

não descrevem o estado real das coisas no mundo, isto é, não são tipos naturais (Danzinger, 1998): não passam de ficções, convenientes na medida em que permitem um jeito útil de entender o mundo e formatar os usuários das línguas, e inconvenientes na medida em que produzem visões particulares e limitadoras sobre como a linguagem opera no mundo.<sup>37</sup> (MAKONI; PENNYCOOK, 2005, p. 147)

Jørgensen e colaboradores (2011, p. 28) avaliam que a ideia de “língua”, apesar de relevante enquanto um construto sociocultural, “não é apropriada como um nível analítico de práticas de linguagem”<sup>38</sup> — pelo menos não em tempos de super-diversidade. Análises centradas em asserções do tipo “isso é uma fala em língua x” ou “o falante alterna entre x códigos” pode nos levar a simplificar sobremaneira os recursos que as pessoas mobilizam para se comunicar, dado que o uso de “língua pura” é pouco provável na vida real. A partir dessa crítica à noção essencialista de “língua” e à sua relevância empírica para investigações em práticas sociais de linguagem, uma *abordagem de repertórios* vem adquirindo relevância e propondo um redirecionamento do “foco em ‘línguas’ como códigos distintos para um foco na agência nos indivíduos engajados em usar, criar e interpretar signos para comunicação”<sup>39</sup> (BLACKLEDGE; CREESE, 2017, p. 33).

Repertórios são conjuntos de recursos linguísticos, semióticos e socioculturais que as pessoas têm à disposição para se comunicar produtivamente nas múltiplas coletividades das quais participam. São dinâmicos e não estáticos, estão em constante transformação, pois a nossa “linguagem” nunca está pronta. São construídos através de experiências policêntricas de aprendizagem, pois não dependem de instrução formal, nem são o resultado do pertencimento a “uma comunidade de fala”. São compostos de recursos sociopoliticamente construídos como pertencentes a línguas individuais nomeadas (e/ou a dialetos e registros); mas também por recursos como “conhecimento de rotinas comunicativas, familiaridade com tipos de comida ou bebida, e referências da mídia de massa incluindo frases,

---

<sup>37</sup> *do not describe any real state of affairs in the world, i.e. they are not natural kinds (Danzinger, 1998): they are only convenient fictions to the extent that they provide a useful way of understanding the world and shaping language users, and they are very inconvenient fictions to the extent that they produce particular and limiting views on how language operates in the world.*

<sup>38</sup> *not suited as an analytical level of language practices*

<sup>39</sup> *focus on ‘languages’ as distinct codes to a focus on the agency of individuals engaged in using, creating and interpreting signs for communication*

coreografias e padrões reconhecíveis de entonação que circulam”<sup>40</sup> por espaços discursivos globais (BLACKLEDGE; CREESE, 2017, p. 35).

Um amplo conjunto de táticas, tecnologias e mecanismos contribuem para que recursos tornem-se parte de repertórios. Alguns modos de aprendizagem são mais evidentes, especialmente os mais formais, como os que se apresentam na escolarização. As habilidades e recursos resultantes desse modelo frequentemente acompanham “um alto nível de consciência de que isso é ‘conhecimento’ (como em ‘eu aprendi alemão na escola’)”<sup>41</sup> (BLOMMAERT; BACKUS, 2013, p. 16). Em contrapartida, o entendimento contemporâneo de repertórios inclui também modos de aprendizagem menos formais, aqueles que Blommaert e Backus (2013) denominaram *encontros com linguagem* [encounters with language]. Esses dariam conta de explicar o fato de que:

nós frequentemente sabemos mais ‘línguas’ do que costumamos admitir ou ter ciência; de que nós às vezes reconhecemos formas linguísticas pouco familiares; de que realizamos pequenas rotinas comunicativas particulares sem jamais termos estado profundamente imersos na língua ou passado por um treinamento formal detalhado.<sup>42</sup> (BLOMMAERT; BACKUS, 2013, p. 19)

Os *encontros* resultam em “formas mínimas” de recursos incorporados aos repertórios — isto é, envolvem pequenos pedaços de linguagem e não gêneros, registros ou estilos detalhados — através, por exemplo, de relações e contatos sociais, de viagens, da mídia, do uso da internet ou do consumo de cultura pop: “No contexto da globalização, pessoas e recursos linguísticos são móveis; conseqüentemente, alguém pode se deparar com pedaços particulares de língua(gem), aprendê-los por meios particulares e utilizá-los”<sup>43</sup> (BLOMMAERT; BACKUS, 2013, p. 17). *Encontros* podem produzir padrões transitórios de aprendizado, nos quais “pedaços de linguagem(ns)/língua(s) são aprendidos, mas perdem aplicabilidade prática e ativa depois de um tempo”<sup>44</sup> (BLOMMAERT; BACKUS, 2013, p. 19) e podem abranger também processos que normalmente não

<sup>40</sup> *knowledge of communicative routines, familiarity with types of food or drink, and mass media references including phrases, dance moves, and recognizable intonation patterns that circulate*

<sup>41</sup> *a high degree of self-awareness that this is ‘knowledge’ (as in ‘I learned German at school’)*

<sup>42</sup> *we often know more ‘languages’ than we would usually acknowledge or be aware of; that we recognize sometimes very alien forms of language; that we achieve particular small communicative routines without ever having been deeply immersed in the language or having gone through an elaborate formal training*

<sup>43</sup> *In the context of globalization, people and linguistic resources are mobile; consequently, one can come across particular bits of language, learn them in particular ways, and use them.*

<sup>44</sup> *bits of language(s) are learned but lose active, practical deployability after some time*

são vistos como aprendizagem linguística — “ou por causa da porção extremamente pequena de língua(gem) aprendida, ou porque competência ativa na língua não foi adquirida”<sup>45</sup> (BLOMMAERT; BACKUS, 2013, p. 19). Palavras, expressões e termos associados a línguas nomeadas que não falamos, escrevemos ou entendemos também são incorporados a repertórios: saudações (‘konnichi wa’, ‘aloha’, ‘saalem aleikum’), insultos e palavradas (‘hijo de puta’, ‘fuck’, ‘merde’), expressões relacionadas a comer e beber (‘bon appétit’, ‘prost’, ‘cheers’) “pertencem a um vocabulário globalizado conhecido por grandes números de pessoas”<sup>46</sup> (BLOMMAERT; BACKUS, 2013, p. 18).

Ainda no âmbito dos *encontros*, pode-se pensar também na nossa capacidade de reconhecer recursos (pelo som ou pela escrita) e associá-los a línguas nomeadas, dialetos, sotaques, mesmo que não sejamos capazes de utilizá-los ativamente. Esse é também o resultado de um processo de aprendizagem, que guarda relação com nosso conhecimento social e “resulta na capacidade de identificar pessoas, arenas sociais e práticas”<sup>47</sup> (BLOMMAERT; BACKUS, 2013, p. 19). Quando percebo alguém utilizando recursos que reconheço como pertencentes à “língua turca”, por exemplo, é possível que isso mobilize “um mundo de ideias e percepções: ideias sobre pessoas turcas, sobre sua religião, cultura e presença num dado lugar; inserção em discursos que circulam amplamente sobre multiculturalismo, islamismo, o uso do véu e aí por diante”<sup>48</sup> (BLOMMAERT; BACKUS, 2013, p. 19). Jørgensen e colaboradores (2011) lembram que esse tipo de conhecimento pode ser utilizado também de forma mais ativa, como no caso do australiano que, sem ter domínio ativo de algo identificado como “inglês escocês”, utiliza um “sotaque escocês” para recusar-se a emprestar dinheiro a um amigo: “nós todos podemos referir a estereótipos ao adicionar um pouco de dialeto, socioleto, estilo etc. a qualquer fala”<sup>49</sup> (JØRGENSEN et al., 2011, p. 34).

Para Blommaert e Backus (2013, p. 20), os “repertórios das pessoas absorvem o que quer que seja como um *recurso útil* – prático e/ou agradável –,

<sup>45</sup> *either because of the extremely small amounts of language learned, or because no active competence in the language has been acquired.*

<sup>46</sup> *belong to a globalized vocabulary known to large numbers of people*

<sup>47</sup> *results in the capacity to identify people, social arenas and practices*

<sup>48</sup> *Recognizing someone as a speaker of Turkish involves identifying that person as a Turkish person, and it triggers a world of ideas and perceptions: ideas about Turkish people, about their religion, culture and presence in a particular place; insertion into widely circulating discourses on multiculturalism, Islam, the wearing of the veil, and so forth.*

<sup>49</sup> *we can all refer to stereotypes by adding just a bit of dialect, sociolect, style, etc. to any utterance*

desde que tais recursos estejam acessíveis a elas”<sup>50</sup> (BLOMMAERT; BACKUS, 2013, p. 20, grifo meu). Talvez por enfocarem demasiadamente a ideia de que repertórios “são complexos de recursos individuais e biograficamente organizados”<sup>51</sup> (p. 15), os autores não dedicam muito espaço ao fato de que nem todos os recursos disponíveis a alguém são necessariamente úteis. Muito embora valores sejam relativos, o que pode ou não ser percebido útil não é sempre individualmente determinado. Afinal de contas, as pessoas não existem no mundo imunes a condições políticas, econômicas, histórias e culturais que dão forma às experiências sociais. Nesse sentido, tanto a apropriação de determinados recursos comunicativos quanto a resistência à apropriação de outros também disponíveis guarda relação com valores (isto é, tipos de utilidades) determinados em mercados sociolinguísticos pertinentes. Conforme definição de Bortolini, Garcez e Schlatter (2015, p. 163), *mercado sociolinguístico* corresponde a:

uma arena de ação social onde conjuntos inter-relacionados de práticas linguísticas e expressivas de natureza simbólica ou instrumental são associados com valor econômico, assim conformando repertórios linguísticos desiguais para ação sociais e para a apropriação competitiva de recursos materiais. Atores sociais em diferentes grupos são posicionados por forças políticas e econômicas de maneiras que resultam em atração a certas formas de expressão e ação linguísticas e em rejeição, ou pelo menos indiferença, a outras.<sup>52</sup>

Assim, recursos (linguísticos, expressivos, comunicativos em sentido amplo) aprendidos formal ou informalmente combinam-se, formando repertórios que refletem a policentricidade dos ambientes de aprendizagem por que circulamos; as nossas trajetórias de vida e as daqueles com quem cruzamos, interagimos e convivemos; os fluxos de pertencimentos a diversas comunidades de práticas; e as exigências dos mercados sociolinguísticos aos quais nos orientamos e/ou estamos submetidos.

A abordagem de repertórios aciona e põe em xeque ainda outra noção tradicional dos estudos de linguagem, a de *comunidades de fala*. “Uma língua ou variedade linguística era algo que ‘pertencia’ a uma ‘comunidade de fala’ definível

<sup>50</sup> *repertoires of people absorb whatever comes their way as a useful – practical and/or pleasant – resource, as long as such resources are accessible to them.*

<sup>51</sup> *are individual, biographically organized complexes of resources*

<sup>52</sup> *an arena for social action where interrelated sets of linguistic and expressive practices, of symbolic or instrumental nature, are associated with economic value, thus shaping unequal linguistic repertoires for social action and competitive appropriation of material resources. Social actors in different groups are positioned by political and economic forces in ways that result in attraction to certain forms of expression and linguistic action and in rejection, or at least indifference, to others.*

(logo, delimitada) [...] [que] vivia em um lugar em uma época e, portanto, compartilhava uma quantidade imensa de conhecimento contextual”<sup>53</sup> (BLOMMAERT, 2016, p. 245). Um distanciamento da noção vem ocorrendo em virtude de suas dimensões de estabilidade e presumibilidade, uma vez que:

os novos ambientes sociais nos quais vivemos [...] [são] caracterizados por um *nível extremamente baixo de previsibilidade* em termos de identidades, padrões de comportamento social e cultural, estrutura social e cultural, normas e expectativas. As pessoas não podem mais ser sumariamente associadas a grupos e identidades (nacionais, étnicas, socioculturais); suas práticas de produção de sentido não podem mais ser presumidas como “pertencentes” a línguas e culturas em particular – o campo empírico se tornou extremamente complexo e a adequação descritiva tornou-se um desafio para as ciências sociais como as conhecemos.<sup>54</sup> (BLOMMAERT; BACKUS, 2013, p. 13)

Diferentemente de outros momentos da história, em que a ideia de comunidade traduzia-se primordialmente em proximidade física, na modernidade recente vem se acentuando uma tendência de associações comunitárias baseadas não em espaços, mas em identidades. Basta que observemos a profusão de novas qualificações atribuídas ao termo “comunidade”: comunidade virtual, comunidade LGBT, comunidade gorda, comunidade de aprendizagem, comunidade de conhecimento, comunidade de prática, comunidade de marca (WEI, 2018). Ao discutir a noção de *língua comunitária* [community language] na modernidade recente, Li Wei (2018) propõe que se pense primeiro no que caracteriza uma comunidade no século XXI. Particularmente relevante para a reflexão aqui construída são as proposições de que *fronteiras comunitárias são turvas e múltiplas* e de que *as comunidades são móveis, entrecruzadas e conectadas*.

Comunidades na modernidade recente caracterizam-se por interações constantes com outras comunidades, em contraponto ao momento em que foram entidades limitadas geograficamente, separadas fisicamente umas das outras, marcadas por padrões de interação quase que exclusivamente internos. Além disso, pessoas podem manter filiações simultâneas a diferentes comunidades e até mesmo

<sup>53</sup> *A language or language variety was something that “belonged” to a definable (and thus bounded) “speech community” [...] lived in one place at one time and, consequently, shared an immense amount of contextual knowledge.*

<sup>54</sup> *the new social environments in which we live as characterized by an extremely low degree of presupposability in terms of identities, patterns of social and cultural behavior, social and cultural structure, norms and expectations. People can no longer be straightforwardly associated with particular (national, ethnic, sociocultural) groups and identities; their meaning-making practices can no longer be presumed to ‘belong’ to particular languages and cultures – the empirical field has become extremely complex, and descriptive adequacy has become a challenge for the social sciences as we know them.*

chegar a mudar fluidamente de posicionamentos sociais: pertencimentos a diferentes comunidades são produzidos “e mantidos através de diferentes contatos que servem e propósitos específicos e podem ser ativados em diferentes níveis em diferentes momentos”<sup>55</sup> (WEI, 2018, p. 594). O desenvolvimento e a ampliação do acesso a tecnologias de informação e comunicação intensifica a “mobilidade e mobilização de conhecimento, ideias, recursos e valores”<sup>56</sup> (WEI, 2018, p. 595), além de proporcionar a manutenção de laços comunitários (e linguísticos) à distância:

Líderes políticos exilados podem manter-se atores políticos influentes em seus países de origem, mesmo quando vivem em Roterdã, Marselha ou Frankfurt; indivíduos isolados podem manter contatos intensos (e viver a vida social e cultural) em uma rede transnacional; línguas também podem ser usadas através dessas redes, enquanto estão ausentes das práticas comunicativas diárias na vizinhança local.<sup>57</sup> (BLOMMAERT; BACKUS, 2013, p. 13)

Ilustremos o argumento partindo de uma hipotética comunidade que mantém ativas formas de sociabilidade e de produção identitária provenientes de um núcleo inicial formado por imigrantes — grosso modo, uma “comunidade de imigrantes” ou uma “comunidade de descendentes de imigrantes”. Consideremos que as pessoas que se identificam como parte desse agrupamento não vive em isolamento no espaço de assentamento, mas mantêm intergeracionalmente a utilização de conjuntos de recursos comunicativos adquiridos no espaço de origem — aqueles que conformam o que é por vezes chamado “língua de herança”. A segunda geração desse grupo de pessoas, já nascida na nova localidade, goza de repertórios linguísticos que emergem possivelmente dos trânsitos entre espaços marcados, por um lado, por práticas de linguagem prestigiadas no núcleo familiar ou na comunidade imediata e, por outro, por práticas prestigiadas na sociedade envolvente. Agora consideremos que as pessoas dessa segunda geração, ou mesmo da terceira, mantêm contato regular, via meios digitais, com familiares de diferentes gerações que permaneceram na localidade de origem — avós, tios, primos. Como mensurar e delimitar uma “comunidade de fala” nessa situação, muito

---

<sup>55</sup> *maintained through contacts that serve specific purposes and may be activated to different levels at different times.*

<sup>56</sup> *mobility and mobilization of knowledge, ideas, resources, and values*

<sup>57</sup> *Exiled political leaders can remain influential political actors in their countries of origin, even when they live in Rotterdam, Marseille or Frankfurt; isolated individuals can maintain intense contacts (and live social and cultural life) in a transnational network; languages can be used through such networks as well, while they are absent from everyday communicative practices in the local neighborhood.*

verossímil, de entrecruzamentos de repertórios sociolinguísticos? Silva (2018) apresenta esse dilema ao demonstrar a influência dos letramentos digitais sobre as atitudes linguísticas da geração mais jovem de migrantes árabes em Foz do Iguaçu (PR-Brasil), que, confrontada com as diferenças entre as suas práticas linguísticas e as de suas redes de relação nos locais de origem, desenvolve novas ferramentas comunicativas e novas habilidades na “língua de herança”.

Ainda que a manutenção de contato e relações entre migrantes e pessoas que permaneceram nas localidades de origem já fosse possível desde muito antes da popularização da internet (BRITAIN, 2016),

realidades multilíngues da era global atual [suscitam a] investigação dos meios específicos pelos quais mobilidades contemporâneas e conceitos cambiantes de tempo e espaço transformaram práticas comunicativas na oralidade e na escrita, em diferentes mídias, em diferentes gêneros, registros e estilos e em diferentes modos semióticos.<sup>58</sup> (MARTIN-JONES; BLACKLEDGE; CREESE, 2012, p. 2)

A ideia de *super-diversidade* é também frequentemente mobilizada quando o assunto são as coletividades da modernidade recente. O termo foi cunhado por Steven Vertovec (2007), um antropólogo, a partir da análise do caso do Reino Unido/Londres para fazer referência ao que se pode descrever simplificada e como “diversificação da diversidade”:

Na última década<sup>59</sup>, a proliferação e o intercondicionamento de variáveis adicionais demonstram que não é suficiente ver diversidade somente em termos de etnicidade, como é normalmente o caso tanto na ciência social quanto na esfera pública como um todo. Tais variáveis adicionais incluem status migratórios diferenciais e seus respectivos direitos e restrições de direitos, experiências divergentes no mercado de trabalho, distintos perfis de gênero e idade, padrões de distribuição espacial e variadas reações em âmbitos locais por parte de provedores de serviços e residentes. Raramente esses fatores são descritos em conjunto. A interação desses fatores é o que se denota aqui, de modo resumido, pela noção de ‘super-diversidade’.<sup>60</sup> (VERTOVEC, 2007, p. 1025)

---

<sup>58</sup> *multilingual realities of the current global age [...] investigation of the specific ways in which contemporary mobilities and shifting concepts of time and space have reshaped communicative practices in speech and in writing, in different media, in different genres, registers and styles and in different semiotic modes.*

<sup>59</sup> O autor usa como marco histórico o fim da Guerra Fria.

<sup>60</sup> *In the last decade the proliferation and mutually conditioning effects of additional variables shows that it is not enough to see diversity only in terms of ethnicity, as is regularly the case both in social science and the wider public sphere. Such additional variables include differential immigration statuses and their concomitant entitlements and restrictions of rights, divergent labour market experiences, discrete gender and age profiles, patterns of spatial distribution, and mixed local area responses by service providers and residents. Rarely are these factors described side by side. The interplay of these factors is what is meant here, in summary fashion, by the notion of ‘super-diversity’.*

Não se trata de afirmar que no panorama contemporâneo a mobilidade humana tenha maior significância estatística do que teve anteriormente<sup>61</sup>; mas de afirmar que estamos diante de uma interação menos previsível de características, de coletividades menos homogeneizáveis e, portanto, de práticas de linguagem cada vez menos identificáveis em línguas nomeadas.

Nesse quadro, ainda que o complemento “de fala” seja removido como meio de evitar aspectos da definição tradicional de *comunidade de fala*, o termo *comunidade* por si só talvez — nos estudos da linguagem, pelo menos — evoque uma espécie de rigidez associativa que não contempla os modos contemporâneos de construção de sociabilidades nos termos do que vem sendo aqui discutido. *Comunidades de práticas* é um dos termos que se destacam quando a ideia é fazer referência ao compartilhamento de práticas de linguagem e de repertórios (ou partes de repertórios) linguísticos contemporaneamente. Fato é que no centro da questão está o privilégio à natureza dinâmica e múltipla das sociabilidades contemporâneas implicadas na formação e na ativação de repertórios, que “num mundo superdiverso são registros da mobilidade: do movimento de pessoas, de recursos linguísticos, arenas sociais, tecnologias e ambientes de aprendizagem”<sup>62</sup> (BLOMMAERT; BACKUS, 2013, p. 28). Cabe uma discussão quanto à possibilidade de permanecermos fazendo referências a *comunidades* — com ou sem complementos. É possível ampliá-lo para comportar novas dimensões das relações contemporâneas, destituindo-o, assim, de sua histórica definição que remete a território e pertencimento estanque? Proponho, por ora, um uso cauteloso do termo; evitando a projeção de existência de “comunidades” presumidas e enfocando as redes de relação específicas a que nos referimos.

Esse percurso epistemológico que retoma e desestabiliza noções cristalizadas nos estudos da linguagem é próprio de empreitadas dedicadas a investigar as realidades sociolinguísticas particulares à modernidade recente. À primeira vista, pode parecer que essas abordagens apenas atacam verdades com que vimos trabalhando sem substituí-las por outras equivalentes: a indefinição nos é desconfortável. Outros espaços das Ciências Humanas e Sociais já vêm repensando suas ferramentas; e a abordagem aqui apresentada propõe que os estudos da

---

<sup>61</sup> Ver Britain (2016) para uma reflexão coerente sobre o que há ou não de novidade na ideia de super-diversidade.

<sup>62</sup> *in a superdiverse world are records of mobility: of movement of people, language resources, social arenas, technologies of learning and learning environments*

linguagem também se dediquem à tarefa, daí a insistência na empiria, em abordagens etnográficas, no privilégio a perspectivas êmicas dos usuários da linguagem. A seguir estão sumarizadas as reflexões apresentada nesta seção: pontos de partida da pauta de pelo menos uma parte dos estudos da linguagem contemporâneos, e certamente entendimentos que orientam a presente investigação.

(a) Aquilo que se convencionou chamar de “línguas” são unidades determinadas sociopoliticamente, conformando categorias que remontam à emergência do estado-nação moderno e à expansão colonialista europeia. Desse contexto origina-se a noção de línguas enquanto entidades inteiras, fixas e distintas que a perspectiva crítica contemporânea tem optado chamar de *línguas nomeadas*. A perspectiva moderna têm pouca operacionalidade empírica em investigações que se dedicam a práticas de linguagem na modernidade recente, visto que elas “transcendem línguas individuais e envolvem recursos semióticos diversos” (BLACKLEDGE; CREESE, 2017, p. 33).

(b) *Repertórios* são conjuntos de recursos linguísticos, semióticos e socioculturais dos quais as pessoas dispõem para agir no mundo. Esses recursos não necessariamente correspondem a códigos inteiros associados a línguas nomeadas; incluem pedaços de linguagem e outros tipos de informações que podem ser mobilizados produtivamente. As condições da modernidade recente ampliam a disponibilidade de variados recursos que podem ser incorporados a repertórios por diversos meios, táticas e tecnologias: “os repertórios comunicativos das pessoas estão se expandindo por necessidade” e, “nos encontros diários com a diversidade, os indivíduos distendem seus repertórios para encontrar pontos de sobreposição”<sup>63</sup> (BLACKLEDGE; CREESE, 2017, p. 35). O que conta ou não como um recurso útil para as pessoas guarda relação tanto com a policentricidade da vida social contemporânea quanto com os mercados sociolinguísticos.

---

<sup>63</sup> *People’s communicative repertoires are expanding by necessity [...] In everyday encounters with diversity, individuals stretch their repertoires to find points of overlap.*

(c) “Uma perspectiva de repertório reconhece que não é possível associar tipos de comunicação a tipos de pessoas”<sup>64</sup> (BLACKLEDGE; CREESE, 2017, p. 35). Associações a priori de práticas particulares com grupos específicos e estáveis e categorias sociais estanques que precedem à análise são insuficientes na modernidade recente, já que o compartilhamento de práticas e valores não mais depende de proximidade física. Além disso, identidades sociais não são fixas e a associação a comunidades de práticas e coletividades diversas pode ser tanto duradoura quanto transitória; de maneira que o repertório de um indivíduo não é mais concebido em termos de pertencimento a uma comunidade de fala delimitada ou delimitável.

A noção de ideologias de linguagem, tópico das próximas duas seções deste capítulo, é outra peça fundamental desse quebra-cabeça.

### 2.3 IDEOLOGIAS DE LINGUAGEM

“Embora a relação entre linguagem e pensamento tenha recebido muita atenção acadêmica e popular, ‘pensamentos sobre linguagem’ produzidos pelos falantes vinham sendo, em comparação, negligenciados, rejeitados, [...] ou proscritos como objetos de estudo até recentemente”<sup>65</sup> (KROSKRITY, 2004, p. 498). Nesse sentido, a noção de *ideologias de linguagem* seria “o produto da união de duas forças negligenciadas: a ‘consciência’ linguística dos falantes e as funções (não referenciais) da língua”<sup>66</sup> (KROSKRITY, 2000b, p. 5).

*Ideologias de linguagem* são “concepções culturais sobre linguagem, sua natureza, estrutura e uso, e sobre o lugar do comportamento comunicativo na vida social”<sup>67</sup> (GAL, 2006, p. 179). Já de antemão cabe destacar que são por natureza plurais: uma vez que sempre posicionadas na experiência social, “há sempre uma

---

<sup>64</sup> *A repertoire perspective recognizes that it is not possible to link types of communication with person types.*

<sup>65</sup> *Though the relationship of language and thought has received much academic and popular attention, “thoughts about language” by their speakers have, by comparison, been neglected, dismissed, [...] or proscribed as objects of study and concern until relatively recently.*

<sup>66</sup> *The offspring of two neglected forces: the linguistic “awareness” of speakers and the (nonreferential) functions of language*

<sup>67</sup> *cultural conceptions about language, its nature, structure and use, and about the place of communicative behavior in social life*

outra posição — outra perspectiva a partir da qual o mundo da prática discursiva é diferentemente visto”<sup>68</sup> (IRVINE, 2012). Por conseguinte, são também sempre parciais: por um lado, porque não podem abranger todos os pontos de vista possíveis; por outro, porque concernem à “esfera da ação social humana interessada”<sup>69</sup> (IRVINE, 2012).

Se, no Brasil, o corpo conceitual de ideologias de linguagem vem (não por acaso) sendo (amiúde) mobilizado no campo dos estudos da linguagem, Gal (2006) e Blommaert (2006), em verbetes enciclopédicos referentes, respectivamente, a *linguistic anthropology* e a *language ideology* identificam ideologias de linguagem como terreno preparado pela Antropologia da Linguagem — uma subdisciplina da Antropologia:

Ideias sobre fala e linguagem são comuns em todos os grupos sociais e são tão culturalmente diversas quanto as práticas linguísticas em si. Na Antropologia Linguística da década de 1960, o estudo das atitudes de linguagem e de modelos nativos de polidez, variação linguística, honoríficos e pertinência foram a matéria-prima para tipologias e comparações interculturais. Essas temáticas de investigação [...] são unificadas sob a rubrica de ideologia de linguagem.<sup>70</sup> (GAL, 2006, p. 179)

Ideologia de linguagem emergiu como um campo de estudo antropológico-linguístico nas últimas décadas do século XX, combinando etnografia da linguagem com insights do estudo sócio-científico de ideologia. Embora o campo ainda esteja em construção, sua influência em Antropologia Linguística, Linguística, Análise do Discurso e Sociolinguística é considerável.<sup>71</sup> (BLOMMAERT, 2006, p. 510)

A literatura analisada — majoritariamente norte-americana, muito embora ocupada de contextos de investigação mais amplos — aponta para a década de 1990 como o momento em que foram realizados os primeiros esforços no sentido de identificar e organizar o campo de investigação que passou a ser denominado *ideologias de linguagem*. A primeira tarefa, empreendida, durante esse período inicial, por um grupo mais ou menos recorrente de investigadoras e investigadores

<sup>68</sup> *there is always another position—another perspective from which the world of discursive practice is differently viewed*

<sup>69</sup> *sphere of interested human social action*

<sup>70</sup> *Ideas about speech and language are common in all social groups and are as culturally diverse as linguistic practices themselves. In the linguistic anthropology of the 1960s the study of language attitudes and native models of politeness, language variation, honorifics and appropriateness were grist for cross-cultural typologies and comparisons. These research themes [...] are unified under the rubric of language ideology.*

<sup>71</sup> *Language ideology emerged as a separate field of linguistic-anthropological study in the last decades of the 20th century, combining linguistic ethnography with insights from the social-scientific study of ideology. Though the field is still very much under construction, its influence on linguistic anthropology, linguistics, discourse analysis, and sociolinguistics is considerable.*

identificadas(os) como antropólogas(os) da linguagem — ou que atuavam concomitantemente em espaços institucionais identificados com as disciplinas de Linguística e Antropologia — foi reexaminar e articular em torno da noção investigações que vinham abordando “concepções culturais sobre a natureza da língua(gem) à guisa de metalinguística, atitudes, lealdade, valores, prestígio, estigmatização, crenças, normas, padrões, estética, hegemonia etc.”<sup>72</sup> (WOOLARD, 1992, p. 236).

Partiu-se da premissa de que “ideologia de linguagem é uma conexão mediadora entre estruturas sociais e formas de fala”<sup>73</sup> (WOOLARD, 1992, p. 235). As discussões foram evoluindo para questões mais específicas: “como diferentes imagens de fenômenos linguísticos ganham credibilidade social e influência política, tanto dentro de disciplinas acadêmicas [...] quanto em arenas sociais mais amplas”<sup>74</sup> (GAL; WOOLARD, 1995, p. 130) e o papel de práticas e ideologias de linguagem na produção de autoridade política. Ademais, “dada a reconhecida importância, em boa parte da investigação em ideologias de linguagem, de se compreender crenças e práticas linguísticas de grupos sociais como fortemente conectados a interesses de grupos dentro da sociedade”<sup>75</sup> (KROSKRITY, 2000b, p. 2), surge também uma ênfase em economia política.

Os espaços de discussão<sup>76</sup> organizados por pesquisadoras e pesquisadores ocupadas/os da tarefa deram origem a uma série de publicações frequentemente mencionadas como marcos conceituais do campo. As duas mais frequentemente citadas são *Language Ideology: Practice and Theory* (SCHIEFFELIN; WOOLARD; KROSKRITY, 1998) e *Regimes of language: ideologies, politics & identities* (KROSKRITY, 2000a).<sup>77</sup> Ao concluir o capítulo introdutório ao primeiro deles — um longo texto que retoma os esforços empreendidos até então no campo —, Kathryn

<sup>72</sup> *cultural conceptions of the nature of language, under the guise of metalinguistics, attitudes, loyalty, values, prestige, stigmatization, beliefs, norms, standards, aesthetics, hegemony, etc*

<sup>73</sup> *language ideology is a mediating link between social structures and forms of talk*

<sup>74</sup> *how different images of linguistic phenomena gain social credibility and political influence, both within the academic disciplines of language [...] and in larger social fields*

<sup>75</sup> *given the acknowledged importance in much language ideological research of understanding the language beliefs and practices of social groups as strongly connected to group interests within society.*

<sup>76</sup> Mencionados na literatura consultada são: simpósio *Language Ideology: practice and theory* (1991), simpósio *Constructing languages and publics: formative moments in representation* (1992) e workshop *Language ideologies* (1994). Os três eventos aconteceram nos Estados Unidos; os dois primeiros como parte da programação do encontro anual da American Anthropology Association, o último viabilidade pela School for American Research (KROSKRITY, 2000b; WOOLARD, 1998).

<sup>77</sup> Os trabalhos apresentados e discutidos nos encontros também deram origem a dois números especiais da revista *Pragmatics*: volume 2, número 3 (1992) e volume 5, número 2 (1995).

Woolard propõe que a abordagem de ideologias de linguagem “nos permite relacionar a ação comunicativa microcultural com considerações político-econômicas de poder e desigualdade social, confrontar restrições macrossociais e comportamento linguístico, e conectar discurso com experiências vividas” <sup>78</sup> (WOOLARD, 1998, p. 27). Isto é, o campo tenciona desvelar os processos mediante os quais são produzidas relações entre práticas linguísticas e nação, gênero, classe social, conhecimento, autenticidade e legitimidade, desenvolvimento, poder, tradição. Dado que esses processos são certamente históricos, políticos e sociais, está investido em descobrir quais conseqüências têm e para quem.

Esse breve panorama almejou apresentar a leitora aos precedentes históricos da construção de ideologias de linguagem como um campo independente de investigação. Sua constituição repercute em diversas abordagens conceituais e metodológicas, e a noção de *ideologias de linguagem* hoje reúne um significativo corpo de investigações que não estão necessariamente filiadas a um cânone particular e que operam com definições diversas, geralmente no escopo de subdisciplinas da Linguística e da Antropologia (KROSKRITY, 2004). A seguir, está apresentado o entendimento com o qual este trabalho opera: um entendimento de que, ainda que seja certamente possível definir *ideologias de linguagem* com uma frase breve, trata-se de uma noção que concatena cinco dimensões distintas, que apresento e discuto a seguir.

### 2.3.1 As cinco dimensões das ideologias de linguagem

Paul Kroskrity propõe que a utilidade e as implicações do conceito de *ideologias de linguagem* podem ser mais bem apreciadas quando o consideramos como um feixe de dimensões convergentes. Essas dimensões, ou “níveis de organização”, embora parcialmente coincidentes, são “camadas de significatividade analiticamente distinguíveis”<sup>79</sup> (KROSKRITY, 2004, p. 501). São elas: (1) interesses grupais ou individuais; (2) multiplicidade ideológica; (3) consciência do falante; (4)

---

<sup>78</sup> *allows us to relate the microculture of communicative action to political economic considerations of power and social inequality, to confront macrosocial constraints on language behavior, and to connect discourse with lived experiences*

<sup>79</sup> *analytically distinguishable layers of significance*

função mediadora das ideologias de linguagem; e (5) papel das ideologias de linguagem na construção de identidade<sup>80</sup> (KROSKRITY, 2004, p. 501).

A primeira dessas dimensões trata do fato de que (1) *ideologias de linguagem, uma vez enraizadas na experiência social, guardam relação com interesses político-econômicos específicos, sejam eles grupais ou individuais*. Ou seja, a linguagem também constitui uma arena social na qual interesses particulares são promovidos, legitimados, protegidos e contestados. Em amplo escopo, por exemplo, as políticas nacionalistas de estabelecimento e promoção de uma “língua padrão”, muito embora tenham apelo enquanto uma “métrica moderna de eficiência comunicativa”, fundamentam-se em “considerações político-econômicas, já que a imposição de uma norma padrão hegemônica sempre beneficiará alguns grupos sociais mais do que outros”<sup>81</sup> (KROSKRITY, 2004, p. 501). Essa dimensão também contribuiria para a desconstrução do mito do “usuário da língua sociopoliticamente desinteressado ou a possibilidade do conhecimento não posicionado, mesmo aquele a respeito da própria língua”<sup>82</sup> (KROSKRITY, 2004, p. 501). Nesse mesmo sentido, o conhecimento a respeito das práticas de linguagem de outrem, isto é, aquele produzido pela análise linguística “objetiva”, também passa pelo filtro das ideologias de linguagem do analista. Se, por um lado, práticas e crenças linguísticas podem ser (e de fato frequentemente são) cultural ou socialmente compartilhadas, presumir a homogeneidade de coletividades pode mascarar o “uso político da língua, por um grupo em particular, como instrumento de mistificação e ferramenta de dominação simbólica”<sup>83</sup> (KROSKRITY, 2000b, p. 8-9). De acordo com o autor, explicações culturalistas que aparentemente não necessitam ou permitem decomposição podem ser repensadas a partir da consideração analítica a essa dimensão (p. 502-503).

A segunda dimensão identificada por Kroskrity aborda (2) *a produtividade de conceber ideologias de linguagem concebidas como múltiplas, já que são muitas as divisões sociais com potencial para produzir perspectivas divergentes (como, por exemplo, mas não apenas, classe, gênero e geração)*. Partir do pressuposto da multiplicidade teria o benefício de produzir atenção às disputas, contestações e

<sup>80</sup> No original: *group or individual interests; multiplicity of ideologies; awareness of speakers; mediating functions of ideologies; role of language ideology in identity construction.*

<sup>81</sup> *political-economic considerations since the imposition of a state-supported hegemonic standard will always benefit some social groups over others*

<sup>82</sup> *sociopolitically disinterested language user or the possibility of unpositioned knowledge, even of one's own language*

<sup>83</sup> *political use of language as a particular group's instrument of mystification and tool of symbolic domination*

disjunções que se organizam no espaço social. Através de dados do trabalho empreendido por Alexandra Jaffe na Córsega, Kroskrity exemplifica as dinâmicas de contestação num debate acerca da tradução de obras da literatura francesa para o corso: “instrumentalistas”, de um lado, percebem-na como ação de promoção da língua corsa; para os “românticos”, de outro, “tais traduções são uma perversão da língua e das relações de identidade, dado que o ato de tradução sugere uma identidade comum ou colonizada e não a expressão da identidade singularmente corsa”<sup>84</sup> (KROSKRITY, 2004, p. 504). Já que mesmo ideologias dominantes ou naturalizadas são “dinamicamente responsivas a formas de oposição continuamente cambiantes”<sup>85</sup> (KROSKRITY, 2004, p. 503), a atenção a essa dimensão permite que nos desafie a “entender os processos históricos empregados por grupos específicos para ter suas ideologias transformadas em aspectos naturalizados e em forças hegemônicas de vida cultural para a sociedade mais ampla”<sup>86</sup> (KROSKRITY, 2004, p. 503).

Como uma terceira dimensão do conceito está que as pessoas demonstram (3) *níveis variáveis de consciência sobre ideologias de linguagem locais*. A relevância dessa dimensão é, em primeiro lugar, “a reversão de uma antiga tradição acadêmica de deslegitimar a visão de pessoas comuns sobre a linguagem”<sup>87</sup> (507). Contudo, enquanto diversas definições sugerem que ideologias de linguagem são explicitamente articuladas pelas pessoas, existem evidências de que ideologias de linguagem profundamente dominantes raramente chegam ao nível da consciência discursiva, o que leva Kroskrity a propor uma distinção entre *consciência discursiva* e *consciência prática*. Ademais, alguns espaços tendem a coibir o comentário metapragmático explícito, enquanto outros podem até mesmo exigí-lo por circunstâncias várias. A consciência ideológica estaria “relacionada ao número e à natureza dos espaços nos quais membros aplicam e explicam suas ideologias de linguagem”<sup>88</sup> (KROSKRITY, 2004, p. 506).

---

<sup>84</sup> *such translations are a perversion of language and identity relationships because the act of translation suggests a common or colonized identity rather than an expression of a uniquely Corsican identity*

<sup>85</sup> *dynamically responsive to ever-changing forms of opposition*

<sup>86</sup> *to understand the historical processes employed by specific groups to have their ideologies become the taken-for-granted aspects and hegemonic forces of cultural life for a larger society*

<sup>87</sup> *the reversal of a long-standing scholarly tradition of delegitimizing common people's view of language*

<sup>88</sup> *related to the number and nature of sites in which members deploy and explicate their language ideologies*

A quarta dimensão identificada por Kroskrity é bastante direta, e atende ao (4) *papel que têm as ideologias de linguagem na mediação entre estrutura social e formas de fala*. Isto é, as ideologias de linguagem dos falantes criam relações de indicição entre recursos linguísticos e discursivos e experiência sociocultural. Estreitamente relacionada a essa dimensão está a quinta e última, que trata da (5) *utilização de ideologias de linguagem na criação e na representação de identidades culturais e sociais* (nacionalidade e etnicidade, por exemplo). A constituição de línguas nacionais padronizadas no bojo do projeto nacionalista moderno avançou uma ideologia de linguagem que produziu “línguas nomeadas”, entidades fixas perfeitamente delimitadas que puderam ser usadas na constituição de fronteiras entre grupos sociais. Nessas dimensões está a produção de semelhança e diferença a partir de padrões de comportamento linguístico: “quando a linguagem é usada na produção de identidades étnicas ou nacionais, a unidade alcançada está calcada em camadas de estratificação linguística que subordina os grupos que não comandam o padrão”<sup>89</sup> (KROSKRITY, 2004, p. 509).

### 2.3.2 Produção recente em ideologias de linguagem no Brasil

Com vistas a tê-las em consideração como potenciais interlocuções desta pesquisa, foram mapeadas investigações no âmbito de ideologias da linguagem produzidas na academia brasileira através do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes<sup>90</sup>. As buscas foram realizadas pelo mecanismo que restringe os resultados a ocorrências exatas dos termos buscados. Três termos encontraram resultados: “ideologia linguística” (11), “ideologias linguísticas” (22) e “ideologias de linguagem” (2). Nenhum registro foi encontrado nas buscas com os termos “ideologia de linguagem”, “ideologia de língua” e “ideologias de língua”. Dos 35 resultados, quatro registros retornaram em mais de uma busca, resultando num total real de 31 dissertações e teses recuperadas. Após análise preliminar dos 31 trabalhos, cinco foram desconsiderados por não terem relação direta com a temática em pauta e um foi desconsiderado pela indisponibilidade do texto final no repositório pertinente até o

---

<sup>89</sup> *when language is used in the making of national or ethnic identities, the unity achieved is underlain by patterns of linguistic stratification which subordinates those groups who do not command the standard.*

<sup>90</sup> Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br>>. Acesso em 13 mar. 2019.

momento do último acesso (24 mar. 2019). Nenhum dos trabalhos foi publicado anteriormente ao ano de 2014. Ao todo 25 teses e dissertações foram analisadas.<sup>91</sup>

Cabe destaque ao número significativo de investigações que se ocupam de contextos de pesquisa envolvendo multilinguismo, como, por exemplo, espaços fronteiriços e espaços onde se concentram agrupamentos de pessoas identificadas como minorias linguísticas (e.g. GABAS, 2016; ROSA, 2017; MARQUES, 2018; CAETANO, 2018; CASTANHO, 2016). Em sentido amplo, a educação é um viés privilegiado pelo qual esses contextos são investigados: cotidianos da educação básica (e.g. LORENZETTI, 2016; SEMECHECHEM, 2016), ferramentas didáticas (e.g. CARVALHO, 2017; SANTANA, 2017), testes padronizados (e.g. MENDONÇA, 2017) e também o ensino superior (e.g. NORA, 2016; OLIVEIRA, 2018; PASSONI, 2018). É marcante a interseção com o arcabouço das políticas linguísticas (e.g. GABAS, 2016; MULON, 2017; ROSA, 2017). O tema das mobilidades também permeia diversos dos trabalhos, seja atentando a pautas migratórias em território brasileiro (e.g. AMARAL, 2016) ou a contingentes caracterizados como minorias linguísticas falantes de português em espaços onde línguas oficiais ou majoritárias são outras (MORONI, 2017).

O mesmo procedimento, com os mesmos termos de busca, foi realizado no Portal de Periódicos da Capes<sup>92</sup>. Foram considerados apenas os registros de artigos publicados em periódicos brasileiros e subtraídos dos totais de registros recuperados aqui apresentados aqueles que não cumpriam com esse requisito. As buscas pelos termos “ideologia de língua”, “ideologia de linguagem” e “ideologias de linguagem” resultaram nulas. O termo “ideologias de língua” recuperou um registro; o termo “ideologia linguística”, três; e o termo “ideologias linguísticas”, nove. Um deles foi desconsiderado, porque não pertinente, e outro, por se tratar de uma resenha — de livro que apresento a seguir. Apenas dois dos artigos foram publicados anteriormente ao ano de 2014.

Os objetos de investigação dos onze textos analisados não se distanciam daqueles encontrados em teses e dissertações. Alguns tratam de ideologias de linguagem em situações de práticas de linguagem não hegemônicas, como um

---

<sup>91</sup> Uma lista completa de teses e dissertações pertinentes ao campo de investigação em IL defendidas em programas de pós-graduação brasileiros desde 2014 foi elaborada a partir desse exercício e está apresentada no apêndice A.

<sup>92</sup> Disponível em: <<http://www-periodicos-capes-gov-br.ez45.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em 18 ago. 2019.

contexto surdo-ouvinte (CAVALCANTI; SILVA, 2016) e as músicas de um grupo de rap formado por jovens guarani-kaiowá (SILVA, 2016). A área temática ampla *migração* aparece em estudos sobre ideologias de linguagem veiculadas em atas do Conselho Nacional de Imigração no contexto das novas configurações de fluxos migratórios envolvendo o Brasil (PINTO, 2014) e em testes padronizados de português para migrantes no Brasil (DIAS; PINTO, 2017). Também se percebe o entrelaçamento de estudos em ideologias de linguagem com contextos educacionais e com o acionamento do arcabouço das políticas linguísticas, como no caso de um estudo de caso do programa Idiomas sem Fronteiras (PASSONI, 2019).

Passando à retomada de livros pertinentes ao assunto publicados no Brasil nos últimos anos, faço menção a *Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos*, assinado por Xoán Carlos Lagares (2018), que dedica seção à noção de *ideologias de linguagem*, realizando um esforço de articulá-la ao campo da Glotopolítica.

Explicitamente dedicado ao assunto é o volume organizado por Luiz Paulo da Moita Lopes (2013a), intitulado *O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. Os treze capítulos do volume abordam "um leque amplo de práticas linguísticas no qual o que chamamos de português é falado (no Brasil, Portugal, Timor-Leste, Canadá, Moçambique, Uruguai e Inglaterra)" (MOITA LOPES, 2013b, p. 30) com o objetivo de "construir e problematizar ideologias linguísticas para o português no século XXI" (MOITA LOPES, 2013b, p. 30).

Outro volume que merece comentário é aquele organizado por Marilda Cavalcanti e Terezinha Maher (2018a) e intitulado *Multilingual Brazil: language resources, identities and ideologies in a globalized world*. Ainda que publicado por um grupo editorial multinacional e que os textos reunidos estejam todos em língua inglesa, trata-se de um compêndio de breves relatórios de investigações conduzidas por pesquisadoras e pesquisadores brasileiras(os) em contexto de investigação brasileiros: "Dada a crescente percepção da natureza complexa e rapidamente cambiante da paisagem sociolinguística no Brasil, a pesquisa em multilinguismo e diversidade sociocultural está desabrochando por todo o país, e está recebendo novos direcionamentos por parte de uma série de pesquisadores brasileiros"<sup>93</sup>

---

<sup>93</sup> *Given the increasing awareness of the complex and rapidly changing nature of sociolinguistic landscape in Brazil, research on multilingualism and sociocultural diversity is blossoming all over the country and is being taken in new directions by a number of Brazilian scholars*

(CAVALCANTI; MAHER, 2018b, p. 7). Ao longo de todo volume estão em pauta contextos de pesquisa em que ficam salientes as contradições entre ideologias de linguagem de caráter nacionalista e ideologias de linguagem globalizadas. As duas primeiras seções do livro são explicitamente dedicadas a isso: *Politics, language ideologies and the changing shape of language policy processes*, tratando de trajetórias de políticas linguísticas explícitas em relação às transformações em ideologias de linguagem hegemônicas; e *Language-in-education: a dominant ideology in tension with multilingual practices*, que, como o próprio título anuncia, aborda ideologias de monolinguismo em contextos de educação em tensão com práticas de linguagem multilíngues através de casos de escolas e universidades em regiões fronteiriças e da formação de professores surdos.<sup>94</sup>

## 2.4 IDEOLOGIAS DE LINGUAGEM NA MODERNIDADE RECENTE

Um crescente corpo de investigações vem encontrando em domínios turísticos “um nexos para o estudo de como processos de globalização reconfiguram valores econômicos e simbólicos/identitários de línguas e variedades minoritárias”<sup>95</sup> (JAFFE; OLIVA, 2013, p. 98-99).

Desde o final da década de 1980, a antropóloga Alexandra Jaffe investigava o movimento de revitalização do corso na ilha francesa de Córsega e as tensões ideológicas, políticas e identitárias que nesse campo emergiam. Iniciado na década de 1970, tal movimento esteve em larga medida ancorado em um regime ideológico de linguagem nacionalista, no qual “línguas são conceitualizadas como códigos linguísticos autônomos limitados com uma relação ‘essencial’ ou natural com identidades e territórios coletivos”<sup>96</sup> (JAFFE; OLIVA, 2013, p. 96). Esse regime ideológico favorecia principalmente monolinguismos impositivos e paralelos em corso e francês, para promover “purismo linguístico, um padrão escrito e oral único

<sup>94</sup> Essa revisão não se propôs exaustiva. Tampouco pretendeu afirmar que não há ou que não houve pesquisadoras investidas no trabalho com ideologias de linguagem para além das pessoas mencionadas ou anteriormente ao período abordado.

<sup>95</sup> *on tourism as a nexus for the study of how processes of globalization reconfigure the economic and symbolic/identity values of minority languages and varieties.*

<sup>96</sup> *languages are conceptualized primarily as bounded, autonomous formal linguistic codes with an ‘essential’ or natural relationship with collective identities and territories*

em ambas as línguas e penalizar a alternância de códigos e misturas de línguas”<sup>97</sup> (JEFFE; OLIVA, 2013, p. 97). Mais recentemente, e até o seu falecimento, em novembro de 2018, Jaffe vinha enfocando o âmbito do turismo na Córsega.

Diferentemente do domínio escolar, onde pronomina uma orientação para políticas e ideologias linguísticas institucionalizadas pelo governo francês, no domínio do turismo, o enquadramento para as práticas linguísticas e para os valores a elas atribuídos é o mercado. Nele, a linguagem poderia ser “tanto uma ferramenta para práticas mercadológicas (um meio para um fim econômico) quanto uma potencial mercadoria em si mesma”<sup>98</sup> (JAFJE; OLIVA, 2013, p. 98). Por esse motivo seria um domínio privilegiado para a observação de práticas e ideologias de linguagem menos orientadas por aqueles regimes ideológicos de linguagem historicamente hegemônicos. Jaffe e Oliva (2013) organizam esse tensionamento em termos de *continuidade e mudança ideológica*<sup>99</sup>.

A continuidade pode ser observada, por exemplo, na “mercantilização do corso como um código fechado, exótico e possivelmente arcaico ou [na] valoriza[ção] [d]o uso do corso como um marcador de autenticidade ou identidade por provedores de serviços turísticos”<sup>100</sup> (JAFJE; OLIVA, 2013, p. 99) — isto é, como resposta às expectativas dos turistas, conformadas por modelos tradicionais de autenticidade linguística e cultural. Pode também ser observada no âmbito da questão prática que é atender às necessidades dos turistas, o que gera escolhas linguísticas que respondem a um regime global do inglês como língua franca. Nesse, o corso não poderia ser concebido como um recurso relevante em interações que não sejam estritamente locais. No entanto, há também elementos do contexto turístico que propiciam mudanças, já que interações turísticas ocorrem majoritariamente fora de espaços de “controle, avaliação e vigilância linguísticas”, onde estão “disseminadas noções de ‘pureza’ e ‘autenticidade’ e ‘correção’ da língua corsa que tipicamente estigmatizam códigos misturados”<sup>101</sup> (JAFJE; OLIVA, 2013, p. 100). Pessoas que talvez evitem o uso do corso em interações locais, por receio de

<sup>97</sup> *promote language purism, a single written and oral standard in both languages, and sanction code-switching and language mixing.*

<sup>98</sup> *both a tool for market-based practices (a means to an economic end) and a potential commodity itself.*

<sup>99</sup> *language-ideological continuity e language-ideological change.*

<sup>100</sup> *commodification of Corsican as a bounded, exotic, possibly archaic code or valorizes the use of Corsican as a marker of authenticity or identity by tourist providers*

<sup>101</sup> *disseminated notions of Corsican language ‘purity’ and ‘authenticity’ and ‘correctness’ that typically stigmatize mixed codes*

serem avaliadas negativamente por outras percebidas como mais proficientes, ou em função de afiliações políticas que seu uso poderia evocar, podem ser estimuladas a empregar tais recursos. Além disso, as interações turísticas tendem a focar em questões comunicativas práticas e não ideológicas: "alcançar compreensão simultaneamente atende às necessidades dos turistas e facilita a venda de produtos turísticos. Esse foco pragmático comum autoriza e valida práticas linguísticas 'imperfeitas' e híbridas"<sup>102</sup> (JAFFE; OLIVA, 2013, p. 100).

Mobilizo o exemplo da Córsega como uma espécie de preâmbulo ao que segue. Não por acaso tratamos do conceito de *ideologias de linguagem* sempre na sua forma plural: tendo em vista as dimensões dos interesses e das multiplicidades das ideologias de linguagem (KROSKRITY, 2004), é ferramenta valiosa pensar em termos de *continuidades* e *mudanças ideológicas*. Ideologias de linguagem de caráter nacionalista, pautadas pela noção moderna de "língua" e relacionadas à formação do estado-nação moderno, não desapareceram; pelo contrário: estão em plena atividade, produzindo tensões e contradições diversas à medida que novas ideologias de linguagem emergem nas condições sociais da modernidade recente.

A seguir, apresento a arena da *retórica da diversidade linguística* e o tema da linguagem na nova economia globalizada como espaços onde se constroem continuidades e mudanças ideológicas, visto que domínios da contemporaneidade em que linguagem, práticas de linguagem e repertórios linguísticos são constantemente pautados.

#### 2.4.1 A retórica da diversidade linguística

Abrindo uma discussão a respeito dos subprodutos da *retórica especializada* [expert rhetorics] no âmbito da discussão global sobre "línguas ameaçadas" que vem se intensificando no curso das últimas duas ou três décadas, Jane Hill (2002, p. 119) questiona:

Como será que essa discussão global ressoa para os membros de comunidades que são as guardiãs das línguas ameaçadas – comunidades que constituem elas mesmas uma plateia diversa? Será que eles a

---

<sup>102</sup> *achieving understanding simultaneously meets tourists' needs and facilitates the sale of tourist products. This shared pragmatic focus authorizes and validates 'imperfect' and hybrid language practices.*

consideram empoderadora e encorajadora, incompreensível e alienante, ou algo entre uma coisa e outra? Será que eles podem apropriar-se dela para conduzir sua própria atuação política ou preferem usar discursos bem diferentes?<sup>103</sup>

A antropóloga identifica três temas que pautam os discursos de “defesa das línguas em extinção”: o tema da *propriedade universal*, isto é, “a asserção de que línguas ameaçadas de algum jeito ‘pertencem’ a todas as pessoas no mundo”<sup>104</sup> (p.120); o tema da *valorização hiperbólica*, “expresso através de locuções como ‘línguas ameaçadas são tesouros de valor inestimável’<sup>105</sup> (p.120); e o tema da *enumeração*, que opera no sentido de “criar um senso de crise pela compilação e recitação de estatísticas alarmantes, como aquelas que mostram que mais da metade das línguas do mundo estão ameaçadas, ou que algumas línguas têm apenas três falantes remanescentes”<sup>106</sup> (p.120).

É de fato notória a multiplicação de discursos e ações que celebram algo que é genericamente chamado de “diversidade linguística” e “patrimônio cultural da humanidade”; pautados frequentemente pela noção de “direitos humanos linguísticos”. No mesmo enquadramento, também está ampliada a atenção às iniciativas de “proteção”, “promoção” e “revitalização” de línguas chamadas “ameaçadas”, “em risco de extinção” e “minoritárias”. No âmbito da comunicação de massa, tal qual mencionado por Hill (2002) e retomado acima, o assunto é certamente pauta recorrente, como demonstram manchetes como estas — parte ínfima da totalidade disponível e recortadas de veículos de comunicação atuantes no Brasil apenas —: *Brasil é o terceiro país com maior número de línguas em risco de extinção* (MORAES, 2009); *Morte de Índia extingue idioma e cultura de tribo amazônica* (MORTE..., 2013); *Quase 90% línguas indígenas brasileiras foram extintas e as que restam estão ameaçadas [sic]* (MELITO, 2016); *O homem que está ressuscitando idiomas extintos* (RAWLINGS, 2019); *A cada 14 dias morre um idioma* (MERINO, 2016); *Segundo a Unesco, quase metade dos idiomas irá desaparecer*

<sup>103</sup> *How might this global conversation resonate for members of communities that are custodians of endangered languages—communities that are themselves a diverse audience? Do they find it empowering and encouraging, unintelligible and alienating, or something in between? Can they borrow from it to conduct their own advocacy, or do they prefer to use quite different discourses?*

<sup>104</sup> *the assertion that endangered languages in some sense “belong” to everyone in the world*

<sup>105</sup> *expressed through locutions like “Endangered languages are priceless treasures*

<sup>106</sup> *create a sense of crisis by the compilation and recitation of alarming statistics, such as those that show that over half of the world’s languages are endangered, or that some language has only three remaining speakers.*

(SEGUNDO..., 2017); *A luta de um jovem de 25 anos para reviver um idioma em Cingapura* (A LUTA..., 2018).

O assunto vem também se destacando como pauta estatal. No Brasil, isso se exemplifica em ações como a instituição, em 2010, do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (BRASIL, 2010); a inclusão, no Censo Demográfico de 2010, de pergunta sobre línguas faladas por pessoa autodeclarada indígena (BRASIL, 2014); a instituição do Colegiado Setorial da Diversidade Linguística do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2018a, 2018b). Em nível supranacional, há ações como a da Unesco, que publica o *Atlas das línguas em perigo no mundo*, cuja primeira edição data de 1996<sup>107</sup> (UNESCO, 2011); ou como a declaração, pela ONU, de 2019 como o Ano Internacional das Línguas Indígenas (UNITED..., 2016).

Esse conjunto de discursos e de ações que operam no bojo da promoção da “diversidade linguística” e dos “direitos linguísticos”, e também de salvaguarda, revitalização e patrimonialização da diversidade linguística universal é o que chamo, para os fins desta discussão, de *retórica da diversidade linguística*. Tendo em vista aquilo que vimos discutindo acerca de uma renovação de paradigmas nos estudos da linguagem e do papel de ideologias de linguagem — especialmente aquelas de caráter nacionalista — na produção de diferença, argumento que a retórica da diversidade linguística está pautada sobre duas contradições fundamentais que evidenciam o jogo de forças entre continuidade e mudança em termos de ideologias de linguagem.

Conforme Terezinha Maher (2018), a promulgação, em 1988, da nova Constituição Federal brasileira, é o marco da reversão de uma tendência histórica de implementação de políticas voltadas à erradicação do multilinguismo no país. O novo texto constitucional garantiu aos povos indígenas que residem em território brasileiro o uso de suas línguas sem prejuízo ao exercício da cidadania brasileira.

Como consequência, vimos testemunhando desde então uma forte mobilização social pela implementação de políticas de revitalização linguística no país, especialmente nas escolas. Garantir a continuidade dessas línguas se tornou uma das metas mais importantes dos programas brasileiros de educação indígena bilíngue [...].<sup>108</sup> (MAHER, 2018, p. 41)

<sup>107</sup> A primeira edição é de 1996, a segunda de 2001 e a terceira de 2010 (UNESCO, 2011).

<sup>108</sup> *As a consequence, we have been witnessing ever since a strong social mobilization towards the implementation of language revitalization policies in the country, especially in schools. Guaranteeing the continuation of these languages has become one of the most important aims of current Brazilian Indigenous bilingual education programs [...].*

Revisitando dados produzidos ao longo de vinte anos (1990-2010) de trabalho de campo intermitente junto a professores indígenas participantes de um programa de formação de professores indígenas bilíngues no estado do Acre, Maher (2018) demonstra como as expectativas produzidas por iniciativas de revitalização linguística podem contribuir para o surgimento de novas formas de estratificação social. Já nos estágios iniciais do programa havia sinais de traços de ideologias de linguagem nacionalistas que produzem relações indissolúveis entre identidades e línguas nomeadas; o que punha em xeque a legitimidade da condição de professores indígenas daqueles participantes que não eram reconhecidos como falantes “autênticos” das línguas, isto é, que não possuíam suficiente competência nos códigos linguísticos. Começa a se delinear uma primeira tensão dessa “nova paisagem ideológica”, nos termos de Maher. Durante a infância desses professores, “falar a língua tradicional de suas comunidades era desencorajada ou mesmo proibida, no entanto, atualmente espera-se que sejam capazes de falar sua língua com certo nível de fluência”<sup>109</sup> (MAHER, 2018, p. 42).

Em certa ocasião, um professor universitário atuando como instrutor do programa solicita que os professores indígenas escrevam no quadro uma expressão em suas línguas que mais se aproximaria à “problema matemático”. Ciente de que dois dos professores presentes não poderiam executar a tarefa, o instrutor os chama pelo nome e brinca: “Francisco e Júlio, vocês vão ficar devendo isso pra gente... Mas até o ano que vem vocês vão ter dado conta disso, né?” No fundo da sala, uma linguista que acompanhava a atividade chama a atenção dos dois professores para mostrar que estava registrando em seu caderno a combinação de que no ano seguinte teriam resolvido aquela situação de falta de competência em suas línguas. Colocados numa posição de inadequação, aos professores era sinalizado que trabalhar em suas competências linguísticas era uma questão de não “decepcionar aqueles que provavam ser importantes aliados ‘brancos’, pessoas comprometidas em ajudá-los em suas lutas políticas”<sup>110</sup> (MAHER, 2018, p. 47). Eram, à época, frequentes os relatos de professores quanto a sentimentos de desconforto e vergonha sobre seus repertórios em relação às expectativas dos colegas e dos agentes do programa de formação.

---

<sup>109</sup> *speaking the traditional language of their communities was discouraged or even forbidden, however, they are now expected to be able to speak their language with a degree of fluency.*

<sup>110</sup> *disappoint people who had proven to be important ‘white’ allies, people who were committed to helping them in their political struggles.*

Essa primeira vinheta retirada de Maher (2018) coloca em pauta o que entendo como uma das contradições da retórica da diversidade linguística: a pauta dos “direitos linguísticos”, do “patrimônio linguístico” e da “consciência linguística” atualiza ideologias de linguagem de origem nacionalista que promovem a crença na existência de línguas enquanto aglomerado definível de recursos. Diante disso, falante legítimo é apenas aquele que se apropria de uma quantidade significativa de recursos em relação a uma imaginada totalidade. O conjunto de pessoas identificadas com esse conjunto imaginado de recursos — uma língua agora nomeada —, tanto os falantes legítimos quanto os “não tão legítimos” assim, torna-se responsável pela recuperação e/ou pela preservação de um “patrimônio” que até pouco tempo atrás tinha pouco ou nenhum valor no mundo.

A retórica da diversidade linguística tem também como característica a mobilização da crença de que “conhecimento e língua são inseparáveis, de que há uma necessidade de proteger e documentar centros de línguas locais porque se acredita que conhecimento é perdido se as línguas forem perdidas”<sup>111</sup> (GRENOBLE; WHITECLOUD, 2014, p. 344). Conforme o Artigo 2º do Decreto 7.387/2010, que institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), “As línguas inventariadas deverão ter relevância para a memória, a história e a identidade dos grupos que compõem a sociedade brasileira” (BRASIL, 2010). Na mesma linha, diz o preâmbulo ao primeiro volume do *Guia de pesquisa e documentação do INDL*:

Entre as ações de valorização previstas nessa política encontra-se o reconhecimento da importância das línguas como elementos de transmissão da cultura e como referências identitárias para os diversos grupos sociais que vivem no país. O papel relevante das línguas para a vida das pessoas e grupos, para a sua história e a sua memória passa a ser reconhecido por meio do título de “Referência Cultural Brasileira”, emitido para cada língua incluída no INDL. (BRASIL, 2014, p. 10)

A ideia de que “línguas” funcionam como repositórios e meios de manutenção de culturas e de identidades é questionável. Em 2011, Lenore Grenoble, uma linguista, e Simone Whitecloud, uma bióloga, entram em trabalho de campo na região sul da Groenlândia como parte de um projeto de estudo sobre plantas e seus usos no Círculo Polar Ártico. À época estimava-se que 88% da população era falante de kalaallisut, língua inuit e a oficial da ilha, que “goza de mais autoridade legal do que qualquer outra língua indígena do Ártico e é a língua de prestígio na

---

<sup>111</sup> *knowledge and language are inseparable, that there is a need to protect and document local languages centres in the belief that knowledge will be lost if the languages are lost*

Groenlândia”<sup>112</sup> (GRENOBLE; WHITECLOUD, 2014, p. 347). Não se trata, portanto, de uma população passando por um processo de substituição linguística: “Eles são fluentes e vivem numa comunidade de falantes fluentes que usam o kalaallisut em todos os domínios da vida”<sup>113</sup> (GRENOBLE; WHITECLOUD, 2014, p. 350). As pesquisadoras observaram que, muito embora a maior parte dos entrevistados soubesse os nomes comuns (em kalaallisut) das plantas locais, acreditavam que o conhecimento dito tradicional acerca de seus usos havia sido perdido.

Das pessoas entrevistadas, apenas três, incluindo um casal, falaram do modo como seus pais usavam plantas e do que aprenderam quando crianças. Uma mulher recordava-se de viajar a um lugar onde a turfa era profunda e de cortar blocos que eram usados para aquecer a casa. Também recordava que seus ancestrais usavam uma certa planta, mas não sabia como. Dentro de sua comunidade ela era vista como a especialista porque havia participado de um curso ministrado por Hardenberg [autora de um *best-seller* de culinária groenlandesa e defensora do uso de alimentos nativos], não porque ela tinha lembrança desses usos tradicionais.<sup>114</sup> (GRENOBLE; WHITECLOUD, 2014, p. 351)

No âmbito desse projeto, que teria como produto, conforme demanda dos participantes, um guia multilíngue de usos de plantas, as pesquisadoras foram confrontadas por suas crenças a respeito de uma suposta oposição entre conhecimentos científicos ocidentais e conhecimentos tradicionais locais. Precisaram reavaliar suas suposições e expectativas:

Nossos colaboradores e consultores querem mais do que a recapitulação de seu conhecimento coletivo; eles querem acesso a todos os diferentes tipos de conhecimento sobre plantas, independentemente da fonte. Em parte porque fomos treinadas em um contexto diferente, da América do Norte indígena, esperávamos que o conhecimento local incluísse aspectos das plantas tais como usos sagrados e espirituais, o que foi difícil de encontrar. Surpreendentemente, o que podemos considerar conhecimento ‘tradicional’ não é necessariamente altamente valorizado, em parte porque esse conhecimento tradicional está associado com um modo de vida antiquado do passado, quando groenlandeses usavam lamparinas a óleo e viajavam em caiaques. O fato de que o esfagno (*issuatsiaat*) pode ser usado em lamparinas [...] é de interesse histórico, mas não útil no mundo contemporâneo. [...] Eles estavam mais interessados em maneiras como as

---

<sup>112</sup> *enjoys higher legal authority than any other Arctic indigenous language, and is the prestige language in Greenland*

<sup>113</sup> *They are fluent, and they live in a community of fluent speakers who use Kalaallisut in all aspects of life.*

<sup>114</sup> *Of the people we interviewed, only three, including a married couple, spoke of the way their parents used plants and what they learned as children. One woman recalled travelling to a place where the peat was deep, and of cutting blocks that were used to heat their home. She also recalled that her ancestors used a certain plant, but did not know how. Within her community she was seen as the expert because she had attended a class taught by Hardenberg, not because she recalled these traditional uses.*

plantas poderiam ser utilizadas na Groenlândia contemporânea pelos Inuit contemporâneos.<sup>115</sup> (GRENOBLE; WHITECLOUD, 2014, p. 352)

O que esse estudo de caso demonstra é que a direta correlação entre manutenção linguística e manutenção de práticas e transmissão de “conhecimentos tradicionais”, “memória” e “cultura” não é absoluta. Mais do que isso, que pressuposições acerca do que constitui “conhecimento”, “memória” e “cultura”, pressuposições que em parte alicerçam a retórica da diversidade linguística, são, como as próprias ideologias de linguagem, múltiplas e variáveis, baseadas em experiências e valores sociais locais que estão, sim, circunscritas a dinâmicas de poder, mas certamente não são universais, como os discursos da promoção e preservação do patrimônio linguístico da humanidade poderiam fazer-nos crer. Essa é a outra contradição da retórica da diversidade linguística.

Uma reorientação ou mudança ideológica de valorização e promoção do monolinguismo para valorização e promoção do multilinguismo, ainda que possa de fato estar em curso, possivelmente abriga motivações, interesses e expectativas diversos não necessariamente contemplados pela representação que é feita do multilinguismo em diversas arenas discursivas, principalmente no âmbito de sua promoção, em que muitas vezes se apresenta como processo homogêneo e universalista, identificado prioritariamente com questões de reparação histórica, retomada étnica e direitos humanos linguísticos, e fundamentado principalmente na oposição a ideologias de monolinguismo como se plenamente superadas.

Algum tempo após a ocasião narrada anteriormente, Terezinha Maher retorna ao Acre para outra atividade do programa de formação de professores indígenas bilíngues. Na ocasião, do mesmo Júlio que apareceu na vinheta anterior é mais uma vez solicitada a demonstração de conhecimentos da língua ancestral para o grande grupo. Em virtude da visita de um grupo de professores wajãpi, configurou-se uma situação em que cada um dos presentes se apresentava e escrevia no quadro a

---

<sup>115</sup> *Our collaborators and consultants want more than a recapitulation of their collective knowledge; they want access to all different kinds of knowledge about plants, regardless of its source. In part because we have been trained in a different context, in native North America, we expected local knowledge to include aspects of plants, such as sacred and spiritual uses, that we found it difficult to find. Surprisingly, what we might consider to be ‘traditional’ knowledge is not necessarily highly valued, in part because such traditional knowledge is associated with an antiquated lifestyle of the past, when Greenlanders used seal oil lamps and travelled in kayaks. The fact that sphagnum moss (issuatsiaat) can be used for lamp wicks [...] is of historical interest, but not useful in the modern world. [...] They were more interested in the ways that plants could be put to use in a modern Greenland by modern Inuit.*

palavra equivalente em suas línguas para “amigo”. Quando chega sua vez, Francisco se apresenta e se dirige ao grupo:

[...] Um amigo é uma pessoa que a gente tem no peito, é uma pessoa que a gente muito gosta, né? [...] Nós gostamos dos nossos amigos do mesmo jeito que a gente gosta das pessoas da nossa família, não é verdade? [...] Eu tenho certeza que o meu melhor amigo é o meu pai. [...] Um amigo é uma pessoa da gente . . . Uma pessoa que pensa igual a gente é nosso amigo. Então o melhor amigo da gente É o nosso pai . . . certo? Eu acho que foi por isso que quando eu perguntei pro meu avô “Como é que chama ‘amigo’ (em Shawādawa)?” ele respondeu: “Quando a gente quer dizer ‘amigo’ ou ‘pai’ na nossa língua, a gente usa a mesma palavra: ‘epa’”. (MAHER, 2018, p. 49)

Posteriormente, Júlio conta a Terezinha que não fazia ideia de como dizer “amigo” em shawādawa, mas encontrou uma alternativa ao constrangimento de ter que admitir isso para o grupo, inclusive para os visitantes, usando os recursos linguísticos de que dispunha no momento. Maher argumenta que esse episódio representa uma recusa do professor a ser posicionado como falante não legítimo. Através dessa e de outras estratégias, os professores mostravam-se capazes de “desafiar as restrições impostas a eles pela ideologia de linguagem e identidade ainda predominante na época” e a “noção de que línguas são entidades fixas e delimitadas. Estavam criando novos significados para itens lexicais disponíveis a eles, ou ‘desinventando suas línguas’, como diriam Makoni e Pennycook (2007)”<sup>116</sup> (MAHER, 2018, p. 50).

Estão inscritos no âmbito da retórica da diversidade linguística o que Heller e Duchêne (2012) denominam *discursos de orgulho*, isto é, aqueles discursos que atribuem às línguas nomeadas a função de marcadores privilegiados de identidades e territorialidades, e posicionam o conjunto de seus falantes como “comunidades” potencialmente homogêneas unidas por um objetivo comum. Conforme os autores, dizem respeito a uma estrutura de sentimento que foi fundamental à consolidação dos estados-nações como forma de organização político-econômica moderna. Dentro do contexto apresentado, as ideologias de linguagem mobilizadas por esse tipo de discurso são centrais — o que não deixa de ser, em alguma medida, paradoxal, visto tratarem-se de discursos ancorados em ideias nacionalistas que produziam o multilinguismo como desvio e como um empecilho ao projeto.

---

<sup>116</sup> *challenge the constraints imposed upon them by the ideology of language and identity still prevalent at that time. [...] the notion that languages are fixed, bounded entities. They were creating new meanings for lexical items that were available to them, or ‘disinventing their languages’, as Makoni and Pennycook (2007) would put it.*

Ao que a “diversidade linguística” (e “cultural”) é transformada em patrimônio universal, a população mundial é construída como uma *comunidade imaginada* conclamada a fazer parte, ao menos discursivamente, do projeto de protegê-la. Essa *comunidade imaginada*, diferentemente daquelas conformadas pelo projeto nacionalista, não precisa ser monolíngue; pelo contrário, a lógica discursiva é a de que quanto mais multilíngue ela for, melhor será. Em contrapartida, os grupos de pessoas identificadas como as “guardiãs” desse patrimônio são identificados através da mesma lógica nacionalista de equalização entre um povo, um território e uma “língua” — ainda que nesse contexto “o povo” e “o território” conforme unidades menores que estados-nações. Sobre suas práticas de linguagem passa a ser projetado um regime ideológico de linguagem orientado pela concepção moderna de língua como um conjunto pretensamente completo de itens e como repositório cultural. Sob o risco de se tornar uma “minoridade linguística sem língua”, ou de assistir ao “desaparecimento de suas culturas” (como supostos conjuntos de elementos práticos e simbólicos enumeráveis), as coletividades ficam com o ônus de preservar e às vezes até mesmo restaurar um “patrimônio” que, no final das contas, não é mais para ser seu apenas.

Por fim, decorre da ideia de “patrimônio inestimável” a transformação do interesse econômico em tabu — na contramão, saliente-se, de todo um aparato neoliberal, a ser discutido a seguir, que favorece a mercantilização de repertórios linguísticos e, às vezes, também a linguagem como uma mercadoria por si mesma. Se as condições promovidas pela retórica da diversidade linguística não necessariamente modificam o valor objetivo que práticas de linguagem com repertórios que compõem a “diversidade linguística” patrimonializada podem atingir em determinados mercados sociolinguísticos, certamente têm impacto sobre seu valor simbólico. Julien Duval, interpretando a noção de *distinção* de Bourdieu, lembra que a “vida social não cessa de instituir diferenças, de operar distinções entre os agentes sociais” (DUVAL, 2017, p. 146). Assim, “em determinado espaço, o valor distintivo de uma prática ou de um bem é tanto maior na medida em que sua apropriação pressupõe propriedades ou competências raras nesse espaço” (DUVAL, 2017, p. 147). Teria a retórica da diversidade linguística o potencial de instituir ganhos de distinção relacionados aos repertórios linguísticos de tipo marcados?

#### 2.4.2 Linguagem na nova economia globalizada

Para pesquisadores(as) como Monica Heller e Alexandre Duchêne (HELLER, 2010; HELLER, DUCHÊNE, 2012; HELLER, DUCHÊNE, 2016), a consolidação de uma economia globalizada na modernidade recente resulta em “novas condições para a produção de práticas e formas de linguagem, e novos desafios aos meios correntes de se pensar sobre linguagem”<sup>117</sup> (HELLER, 2010, p. 349). Propõem que, desde pelo menos meados da década de 1990, a hegemonia dos *discursos de orgulho* relativos a recursos e repertórios linguísticos vem sendo desafiada pelo surgimento de *discursos de lucro*: “elementos discursivos que tratam língua e cultura primariamente em termos econômicos”<sup>118</sup> (HELLER; DUCHÊNE, 2012, p. 3). A relação entre linguagem e economia não é exatamente pauta nova, já que, conforme discutido anteriormente a respeito da criação dos estados-nações, “progresso e desenvolvimento econômicos estão ligados à reprodução da comunidade linguisticamente homogênea”<sup>119</sup> (HELLER; DUCHÊNE, 2016, p. 141). Contudo, “novas práticas, tanto discursivas quanto materiais, constroem a linguagem diretamente como um recurso econômico”<sup>120</sup> (HELLER; DUCHÊNE, 2016, p. 141), diferentemente do que se podia observar num estágio anterior do capitalismo, no qual língua e economia eram entendidos como dois domínios de atividade distintos.

A constante saturação de mercados produz a necessidade de novos mecanismos de expansão, como, por exemplo, a transferência da extração de recursos e das indústrias manufatureiras para espaços até então periféricos, visando o barateamento dos custos de produção. Uma vez que o planeta é, afinal de contas, finito, torna-se cada vez mais difícil que esse tipo de expansão geográfica seja plenamente eficaz, de modo que a capacidade de abrir, fechar e transferir empresas e filiais de uma parte a outra do planeja se torna cada vez mais relevante. É nesse sentido que a atual fase de expansão do capital, o *capitalismo tardio* ou *avançado*, testa “os limites dos meios regulatórios do estado-nação”<sup>121</sup> (HELLER; DUCHÊNE, 2012, p. 9). Como meio de não abdicar por completo de total controle sobre os

---

<sup>117</sup> *new conditions for the production of language practices and forms and new challenges to current ways of thinking about language*

<sup>118</sup> *discursive elements that treat language and culture primarily in economic terms*

<sup>119</sup> *economic progress and development are tied to the reproduction of the linguistically homogeneous community*

<sup>120</sup> *new practices, both discursive and material, construct language directly as an economic resource.*

<sup>121</sup> *the limits of nation-state regulatory modes*

mercados e recursos que regimentam, os estados precisam realizar tentativas de se adaptar às novas condições. “Nós conhecemos essas tentativas como ‘neoliberalização’, isto é, o aceite do Estado de recuar da posição de regulação do setor privado e facilitar (por meios específicos) expansão e circulação globais”<sup>122</sup> (HELLER; DUCHÊNE, 2012, p. 10).

Na economia globalizada, os estados não são os únicos a organizar hierarquias de valores linguísticos. Criar e explorar mais mercados significa um maior número de redes de atores sociais envolvidos na cadeia globalizada de produção e consumo; logo, mais pessoas lidando com maior frequência com práticas comunicativas que atravessam diferenças sociais, culturais e linguísticas. Enquanto “formas anteriores de globalização eram mediadas pela escrita de relatos, executada pelos poucos membros letrados de pequenos grupos sociais [...] e através de relatos orais realizados em situações face a face”, tecnologias contemporâneas permitem “uma gama maior de formas de mediação, as quais são usadas por conjuntos mais amplos de atores sociais e, pode-se dizer, com mais frequência”<sup>123</sup> (HELLER, 2010, p. 350). A expansão dos mercados na forma de atenção a nichos consumidores depende do apelo a suas especificidades, o que muitas vezes se dá “pelo uso de suas próprias variedades linguísticas e pela referência a, ou incorporação de, suas preferências culturais”<sup>124</sup> (HELLER, 2010, p. 350). Isto é, “quer seja pelo apelo ao exotismo, à familiaridade ou à raridade, língua e cultura podem ser mobilizadas para contrabalancear o taylorismo com o valor que colocam em autenticidade e produção artesanal”<sup>125</sup> (HELLER, 2010, p. 350). A “dimensão linguística do trabalho” também adquire particular relevância na economia globalizada mediada por computadores, pois requer mais habilidades de letramento e numeramento do que exigiam os ambientes de trabalho industriais. Além disso, em virtude da expansão do setor terciário, muitas vezes “linguagem é não apenas uma

---

<sup>122</sup> *We know these attempts as “neoliberalization,” that is, the state’s agreement to pull back from the regulation of the private sector and to facilitate (in specific ways) global expansion and circulation.*

<sup>123</sup> *Earlier forms of globalization were mediated through the writing of accounts, which was undertaken by the few literate members of small social groups [...] and through oral reports delivered in face-to-face settings [...] a broader range of forms of mediation, which are used by a broader set of social actors, and arguably more often.*

<sup>124</sup> *through use of their own linguistic varieties and through reference to, or incorporation of, their cultural preferences*

<sup>125</sup> *Whether by appealing to exoticism, familiarity, or rarity, language and culture can be mobilized to counterbalance Taylorism with the value they place on authenticity and artisanal production.*

parte vital, se não a única, do *processo* laboral; é também frequentemente o *produto* do trabalho”<sup>126</sup> (HELLER, 2010, p. 350).

Também no bojo do ambiente político-econômico contemporâneo, Bonnie Urciuoli (2016) destaca que, no imaginário neoliberal, trabalhadores são vistos (e veem a si mesmos) como um “feixe de habilidades comercializáveis”. Assim, qualquer elemento com potencial para ser competitivamente mobilizado “provê os trabalhadores com uma vantagem no mercado [e] se transforma em ‘skill’”<sup>127</sup> (URCIUOLI, 2016, p. 30). A economia globalizada também promove condições para que línguas e identidades *marcadas* — isto é, aquilo que é tido como “atípico ou problemático e conseqüentemente inferior, em oposição a uma norma ‘não marcada’”<sup>128</sup> (URCIUOLI, 2016, p. 30) — transformem-se em fontes potenciais de valor agregado, já que podem, por exemplo, facilitar a exploração de novos mercados ou ampliar as possibilidades de oferta de serviços. Se contemporaneamente *empreendedorismo* é palavra de ordem, no regime de trabalho neoliberal, trabalhadores podem utilizar suas condições e habilidades *marcadas* de maneira empreendedora.

Contudo, a “neoliberalização de línguas historicamente marginalizadas”, isto é, a capacidade de transformá-las num objeto com valor mercadológico, depende da observância a algumas condições, pois “capacidade linguística marcada não pode por si mesma constituir valor”<sup>129</sup> (URCIUOLI, 2016, p. 39). Antes de mais nada, é preciso se desvencilhar da “bagunça da linguagem como experiência social”<sup>130</sup> (URCIUOLI, 2016, p. 31). Os repertórios linguísticos marcados apenas atingem seu potencial de valorização mercadológica quando conformados em entidades fechadas e nomeadas; o que se produz com esses repertórios precisa estar dentro dos limites estabelecidos para essas entidades padronizadas. Nesse enquadramento, práticas de linguagem híbridas ou relacionadas a variedades de pouco prestígio são problemáticas.

---

<sup>126</sup> *language is not only an integral, if not the only, part of the work process ; it is also frequently the work product.*

<sup>127</sup> *gives workers a market edge becomes a ‘skill’*

<sup>128</sup> *atypical or problematic and consequently inferior, as opposed to an ‘unmarked’ norm*

<sup>129</sup> *marked linguistic capacity cannot by itself constitute value*

<sup>130</sup> *messiness of language as social experience*

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Jennifer Mason (2002) recomenda à pesquisadora que esteja desenhando qualitativamente um projeto de investigação que inicie questionando-se a si mesma acerca de seu posicionamento ontológico, até que seja capaz de responder à seguinte pergunta: “Qual é a natureza dos fenômenos, ou entidades, ou ‘realidade’ social que desejo investigar?”<sup>131</sup> (MASON, 2002, p. 14).

Compartilho de um entendimento de que a “realidade diária consiste nos significados e interpretações dados pelos atores sociais a suas ações, às ações de outrem, a situações sociais e a objetos naturais ou criados pela humanidade”<sup>132</sup> (BLAIKIE, 2000, p. 115). Isto é, as pessoas interpretam o mundo e produzem sentidos — imbricados na linguagem — que orientam suas ações: “o mundo social é o mundo interpretado e experienciado por seus membros”<sup>133</sup> (BLAIKIE, 2000, p. 115). Esse entendimento guarda relação com o paradigma *interpretativo* de investigação. Diante disso, “O que pode representar conhecimento ou evidência das entidades ou ‘realidade’ social que desejo investigar?”<sup>134</sup> (MASON, 2002, p. 16).

Numa empreitada de produção de conhecimento em metodologia qualitativa interpretativa, estamos interessados nas interpretações e significados situadamente atribuídos pelos próprios atores sociais, individual ou coletivamente. Não abrimos mão “da vida como ela é, isto é, das relações recíprocas entre os elementos sob observação tal como essas relações se colocam situadamente, sob a perspectiva dos observados, no tempo e no espaço físico” (GARCEZ; BULLA; LODER, 2014, p. 259-260). A tarefa é, portanto, “articular o conhecimento particular, específico, da ecologia de vida e da experiência continuada dos participantes da ação social (o que pode estar opaco para eles próprios)” (GARCEZ; BULLA; LODER, 2014, p. 260). Partimos da pergunta geral “o que está acontecendo aqui e agora?” para alcançar a perspectiva êmica dos atores sociais, isto é, os significados locais e imediatos que atribuem às ações. Esse é o critério básico de validade da pesquisa interpretativa.

---

<sup>131</sup> *What is the nature of the phenomena, or entities, or social ‘reality’, that I wish to investigate?*

<sup>132</sup> *everyday reality consists of the meanings and interpretations given by the social actors to their actions, other people’s actions, social situations, and natural and humanly created objects*

<sup>133</sup> *the social world is the world interpreted and experienced by its members*

<sup>134</sup> *What might represent knowledge or evidence of the entities or social ‘reality’ that I wish to investigate?*

Esses princípios ontológicos e epistemológicos estão na base das minhas perguntas de pesquisa, orientadas para a busca da perspectiva de atores específicos em contexto situado:

(1) O que revelam a respeito de suas concepções de multilinguismo os discursos sobre as práticas de linguagem próprias e de outros produzidos por pessoas com repertórios linguísticos multilíngues que circulam em uma universidade do Sul do Brasil?

(2) Quais ideologias de linguagem podem ser identificadas nas construções discursivas dessas pessoas a respeito da manutenção e do uso das línguas não majoritárias que compõem seus repertórios?

Minha fonte primária de dados, portanto, foram os próprios atores sociais: suas manifestações de interpretações, percepções, sentidos e entendimentos sobre suas experiências no mundo. A geração de dados em entrevistas com pessoas reais, com trajetórias de vida reais, expectativas e interesses reais, me levou não só à consideração de aspectos de ética em pesquisa; mas também a me confrontar seriamente com a relevância social que a investigação poderia ou deveria ter, as implicações da investigação em relação ao contexto sociopolítico no qual ela está inserida.

Parto do princípio de que *a linguagem importa*. Importa porque é um recurso central para a construção de diferenças sociais, que estão “atadas a processos pelos quais nós produzimos e racionalizamos a desigualdade”<sup>135</sup> (HELLER; PIETIKÄINEN; PUJOLAR, 2018, p. 1). Interpretamos e experienciamos o mundo ao nosso redor pela linguagem, que também medeia nossas relações com as demais pessoas. Quem somos, quem as pessoas ao nosso redor consideram que somos e quem podemos ou não nos tornar são questões de linguagem: “E quem podemos nos tornar tem tudo a ver com nosso acesso a coisas importantes: poder político, recursos econômicos como empregos, educação, status social ou recursos culturais”<sup>136</sup> (HELLER; PIETIKÄINEN; PUJOLAR, 2018, p. 1). Quais são as questões de linguagem que importam na vida das pessoas? Como elas funcionam? Quais consequências têm? Para quem? (HELLER; PIETIKÄINEN; PUJOLAR, 2018, p. 1). Pesquisar é um dos meios possíveis de engajamento com essas questões: produzir conhecimento sobre como as pessoas buscam, alcançam ou têm negado o acesso aos recursos de que necessitam para (sobre)viver.

<sup>135</sup> *bound up with processes through which we make and rationalize inequality*

<sup>136</sup> *And who we can become is all about our access to things that matter: political power, economic resources like jobs, education, social status or cultural resources*

A investigação aqui relatada cumpriu as seguintes etapas metodológicas: (a) geração dos dados (trabalho de campo); (b) tratamento dos dados; (c) redação do relatório de pesquisa. Essas etapas estão detalhadas ao longo das cinco seções que compõem este capítulo. Primeiramente (3.1), apresento reflexões sobre a natureza da entrevista como um evento interacional integrado culturalmente à vida social e sobre o que é essencial que a pesquisadora tenha em consideração quando entrevistas tornam-se dados de investigação. A seguir (3.2), apresento os participantes desta pesquisa — a quem também me refiro como interlocutoras e interlocutores. Trato de como cheguei até elas/es, dos necessários ajustes entre as projeções e o que me foi possível executar em termos de recrutamento, e dos arranjos das entrevistas. Na seção que segue (3.3), narro o trabalho de campo, privilegiando meu ponto de vista de pesquisadora em formação no enfrentamento de um intenso exercício prático e reflexivo. A quarta seção (3.4) apresenta os procedimentos de tratamento dos dados: das transcrições preliminares simplificadas até a construção da análise interpretativa e a redação do relatório. Por fim (3.5), registro uma nota a respeito dos procedimentos de ética em pesquisa observados.

### 3.1 SOBRE ENTREVISTAS COMO MÉTODO

O gênero interacional *entrevista* circula amplamente pelos mais variados domínios da vida social. Seu formato, mais ou menos estável, pode ser plenamente reconhecido e reproduzido independentemente de domínio prático especializado. Em termos gerais, o gênero compreende um encontro de interação programada, previamente negociada entre as partes envolvidas, com o objetivo primário de obtenção de informações desejadas por uma pessoa que ocupa a posição de entrevistadora. Essa é prototipicamente responsável por determinar os parâmetros da interação: demanda informações na forma de perguntas, determina se as respostas obtidas são satisfatórias ou se requerem maior exploração, e o cumprimento da sua pré-determinada agenda demarca o fim do evento. Sua contraparte é a pessoa que ocupa a posição de entrevistada. Essa, geralmente familiarizada com a rotina do gênero, aguarda a apresentação do questionamento para tomar seu turno de fala, oferecendo as respostas que prevê desejáveis; e quando produz algum questionamento, ele é tipicamente enquadrado como uma

solicitação de desambiguação do tópico proposto pela entrevistadora (GUBRIUM; HOLSTEIN, 2001).

Em 1986, Charles Briggs afirmou que 90% das investigações em Ciências Sociais exploravam dados de entrevistas. Embora a afirmação aparentemente não estivesse fundamentada e hoje cause desconfiança, é atualmente mais sustentável afirmar que a entrevista aberta “é a técnica de geração de dados preeminente em tradições metodológicas tão diversas quanto a etnografia, a fenomenologia [...], a psicanálise, a psicologia narrativa, a teoria fundamentada nos dados, e (muito da) análise do discurso”<sup>137</sup> (POTTER; HEPBURN, 2012, p. 555). Jonathan Potter e Alexa Hepburn argumentam, contudo, que, apesar de sua centralidade para as Ciências Humanas, entrevistar “tem sido muito fácil, muito óbvio, muito pouco estudado, e muito aberto a oferecer uma conveniente plataforma de lançamento para pesquisa ruim”<sup>138</sup> (POTTER; HEPBURN, 2012, p. 555).

O modelo convencional de entrevista “localiza a informação valorizada dentro do respondente e atribui ao entrevistador a tarefa de extraí-la de algum jeito”<sup>139</sup> (GUBRIUM; HOLSTEIN, 2001, p. 12). O que está pressuposto nesse modelo é que existe um tipo de informação pronta e armazenada em algum lugar da mente do entrevistado e que o entrevistador, caso execute com sucesso sua função, poderá cirurgicamente extrair essa informação sem contaminá-la com o contexto da interação e com suas próprias interpretações sobre a informação. Na investigação relatada aqui, em contrapartida, entende-se que o “significado não é meramente evocado por questionamentos habilidosos, nem simplesmente transportado através das respostas dos entrevistados; ele é ativamente e comunicativamente produzido no encontro da entrevista”<sup>140</sup> (HOLSTEIN; GUBRIUM, 1995, p. 4).

Opera-se aqui com a ideia de que não é possível “descobrir o que as pessoas ‘realmente’ pensam”<sup>141</sup> (HELLER; PIETIKÄINEN; PUJOLAR, 2018, p. 86), afastando-se assim da noção de que “pensamentos são posses individuais únicas situadas em

---

<sup>137</sup> *is the preeminent data generation technique in methodological traditions as disparate as ethnography, phenomenology [...], psychoanalysis, narrative psychology, grounded theory, and (much) discourse analysis*

<sup>138</sup> *has been too easy, too obvious, too little studied, and too open to providing a convenient launch pad for poor research*

<sup>139</sup> *locates valued information inside the respondent and assigns the interviewer the task of somehow extracting it.*

<sup>140</sup> *Meaning is not merely elicited by apt questioning, nor simply transported through respondent replies; it is actively and communicatively assembled in the interview encounter*

<sup>141</sup> *find out what people “really” think*

algum lugar da mente das pessoas”<sup>142</sup> (HELLER; PIETIKÄINEN; PUJOLAR, 2018, p. 86). Pelo contrário, nesta investigação entende-se que:

aquilo que entendemos como pensamentos são formados na interação social. Nós acreditamos que uma pessoa pode pensar muitas coisas frequentemente contraditórias em diferentes momentos ou situações, e até ao mesmo tempo. Logo, acreditamos que acessar os pensamentos de alguém e as percepções que têm sobre suas experiências significa, na verdade, estar presente quando ela/e oferece uma narrativa, ou algum tipo de relato de algo que ela/e monta para nosso benefício, às vezes no aqui e agora, às vezes mobilizando narrativas já formuladas e usadas de alguns jeitos em outras circunstâncias. Além disso, se o conteúdo dessas narrativas surge da interação social, então importam bastante as condições das quais emergiram. É importante, portanto, olhar não apenas para as narrativas em si, mas também para as condições sob as quais foram fornecidas, para quem, e durante que tipo de atividade.<sup>143</sup> (HELLER; PIETIKÄINEN; PUJOLAR, 2018, p. 86-87)

O tempo e o espaço tomado nesta seção visa enquadrar o que vem a seguir, o relato da construção de um estudo de entrevistas. Ademais do que já foi dito, cumpre mencionar alguns pontos de reflexão, quase de alerta, tomados das leituras a respeito de entrevistas como método: (a) entrevistas fazem parte da nossa experiência social e, nesse sentido, ainda que num enquadramento de pesquisa, é um evento repleto de expectativas; (b) entrevistas como método estão permeadas por agendas de pesquisa, que tanto transparecem na fala da entrevistadora quanto podem ser captadas pelas entrevistadas, gerando determinados arranjos interacionais; (c) não cabe ignorar que diversos interesses e consequências estão em pauta na interação e, por consequência, também nas entrevistas de pesquisa, uma vez que os atores participantes do evento podem gerenciar sua fala em relação a eles; (d) as entrevistadas podem falar colocando-se em diferentes posições, podendo articular ideias que consideram suas próprias ou representativas de um coletivo. Ao longo deste relatório, os dados serão cuidadosamente apresentados para que as leitoras possam avaliar por si mesmas o quanto essas reflexões de fato repercutiram na análise.

---

<sup>142</sup> *thoughts are unique individual possessions lying somewhere in people's minds*

<sup>143</sup> *what we understand as thoughts are formed in social interaction. We believe that one person can think many, often contradictory things at different moments or situations, and even at the same time. As a result, we believe that getting access to someone's thoughts and their perceptions of their experiences really means being present when they provide a narrative, or some kind of account of something that they put together for our benefit, sometimes right then and there, sometimes drawing on narratives they already formulated and used in some ways under other circumstances. Further, if the content of those narratives comes out of social interaction, then it will matter a great deal under what conditions they emerged. It is important therefore to look not only at the narratives themselves, but also at the conditions in which they are provided, for whom, and over the course of what kind of activity.*

### 3.2 ETAPAS PRELIMINARES, RECRUTAMENTO DOS PARTICIPANTES E ARRANJOS DAS ENTREVISTAS

Partindo da premissa de que instituições de ensino superior, conforme já discutido anteriormente, na introdução deste relatório, reúnem em um mesmo espaço e em torno de objetivos semelhantes pessoas de comunidades de práticas distintas, definiu-se que o recrutamento de participantes se daria entre estudantes de uma determinada instituição pública de ensino superior localizada no Sul do Brasil, a que chamei de Universidade Federal do Sul do Brasil (UFESUL). Os participantes da pesquisa seriam estudantes multilíngues cujos repertórios linguísticos são de tipo *marcados*: isto é, com base em Urcioli (2016, p. 30), aqueles repertórios compostos também por itens que são tidos como “atípicos” ou “problemáticos”, em oposição aos itens “normais” ou “não marcados”, como línguas nomeadas nacionais em variedades padrão.

Pensando em termos de experiências e em como o roteiro da entrevista (apêndice B) precisaria ser construído para contemplá-las, fiz uma distinção inicial entre dois perfis de participantes: pessoas nascidas no Brasil (perfil A) e pessoas não nascidas no Brasil (perfil B). Cada perfil foi subdividido em três subperfis. O quadro 1, abaixo, apresenta os perfis definidos para participantes.

**QUADRO 1** PERFIS DE PARTICIPANTES

<b>PERFIL A</b> PESSOAS NASCIDAS NO BRASIL
Pessoas nascidas no Brasil cujos repertórios podem ser identificados como multilíngues por pertencerem a grupos que mantêm ou prestigiam a transmissão intergeracional e o uso de outras línguas além do português: (A1) integrantes de comunidades de imigrantes ou de descendentes de imigrantes; (A2) integrantes de comunidades indígenas; (A3) integrantes ouvintes de comunidades surdas, fluentes em libras. <sup>144</sup>
<b>PERFIL B</b> PESSOAS NÃO NASCIDAS NO BRASIL
Pessoas não nascidas no Brasil cujas línguas de preferência não são o português ou, tal como no perfil A, não exclusivamente o português: (B1) migrantes por motivos pessoais que adquiriram o português em adição a outras línguas já existentes em seus repertórios; (B2) pessoas que chegaram ao Brasil em situação de refúgio ou com visto humanitário sem o português em seus repertórios; (B3) migrantes por motivos pessoais de países que têm o português como língua oficial e integrantes de comunidades que mantêm ou prestigiam a transmissão intergeracional e o uso de outras línguas.

FONTE ELABORADO PELA AUTORA (2018)

Dentro do perfil A, os subperfis representam grupos que estão no centro de debates contemporâneos brasileiros sobre diversidade e políticas linguísticas e também, em maior ou menor medida, debates sobre ações afirmativas de democratização do acesso ao ensino superior. Tendo esses processos em consideração, pareceu fundamental ter como um dos subperfis pessoas com repertórios que contassem com libras e que fossem parte da chamada “comunidade surda”. Três empecilhos acompanhavam essa decisão: eu não poderia realizar a entrevista em libras; o orçamento disponível para a pesquisa não seria suficiente para remunerar um intérprete; e, mesmo que conseguisse um intérprete voluntário, achei arriscado, em virtude da minha inexperiência, adicionar à análise dos dados a complexidade interacional de uma entrevista via interpretação. Decidi entrevistar filhos de surdos, pois seriam fluentes em libras e — à época tinha motivos para crer — membros da “comunidade surda”.<sup>145</sup>

<sup>144</sup> O desenho dos perfis de participantes foi elaborado durante a etapa de construção do projeto desta investigação. À época, não estava ainda de todo nítida a relevância da discussão em torno do próprio conceito de *comunidade*. Optei por não modificar as informações do quadro, que trago desde o texto projeto; até mesmo como evidência da trajetória de reflexões geradas pela própria investigação.

<sup>145</sup> Essa iniciativa foi recebida com entusiasmo pelas pessoas que intermediaram meus contatos com participantes do perfil e pelos próprios interlocutores, que sinalizaram descontentamento com o fato de que a comunidade surda e a libras costumam apenas ser envolvidas em pesquisas que abordam

Diferentemente do perfil A, em que a composição do repertório linguístico do participante está em alguma medida pressuposta em virtude das categorias sociais, culturais, étnicas ou identitárias que utilizei como critério, os repertórios linguísticos dos participantes do perfil B seriam menos previsíveis e possivelmente abrangeriam desde “línguas nacionais” ou “oficiais” ou “majoritárias” até “línguas” mais locais e não padronizadas. Assim, os subperfis se dividem, em essência, por condições de migração. O perfil B3 seria assim também, ainda que não explicitamente, pois foi determinado em virtude da intensificação de ações de cooperação entre a UFESUL e outras instituições de ensino superior do Sul Global e do contingente de estudantes migrando por essa via.

Explanada a lógica que orientou a construção desses perfis de tipo *a priori*, tomo espaço para discuti-la. A proposta foi reunir participantes cujas trajetórias biográficas estivessem explicitamente marcadas por questões de linguagem em virtude dos tipos de repertórios que teriam construído ao longo da vida e em virtude de suas experiências de mobilidade. Suas experiências de socialização linguística teriam sido distintas da minha, por exemplo, que cresci numa família brasileira de classe média que me socializou sempre numa variedade prestigiada do português. Assim como os participantes, também experiencio através da linguagem o mundo e as minhas relações sociais, mas questões de linguagem nunca tiveram papel explicitamente central em minha biografia. Nem eu nem minha família precisamos tomar decisões quanto à configuração de nossos repertórios pensando no acesso a recursos de que necessitaríamos para viver. Tampouco passamos por situações explícitas nas quais nossos repertórios nos impediram acesso a recursos ou a direitos. Um repertório como o meu não é objeto de políticas linguísticas explícitas nem de ações voltadas à promoção e à preservação da chamada “diversidade linguística”. Os repertórios dos participantes frequentemente são. Esse seria o fio condutor da narrativa; era isso que justificava reunir pessoas dos distintos perfis traçados numa mesma investigação.

Não obstante, o campo logo tornou evidente que engendrar perfis de pessoas com base em experiências linguísticas por mim imaginadas e a elas tentar reduzir os

---

especificamente a temática. Os intermediários desse perfil foram os mais receptivos e fui repetidamente “parabenizada” pela iniciativa. A minha impossibilidade de entrevistar diretamente os surdos não pareceu ter sido percebida como um deslocamento de protagonismo ou como uma subtração de lugar de fala por essas pessoas, que mantêm relações profissionais e familiares com a “comunidade surda”. No entanto, destaco que não tive a oportunidade de conversar a esse respeito com nenhum surdo.

participantes foi de duvidosa relevância, se não um atitude contraditória à abordagem a que me propus. Isto é, criei perfis que enclausuravam as experiências linguísticas das pessoas às minhas expectativas e ideologias de linguagem para posteriormente perceber (e, adiante no relatório, asseverar) que as características nas quais os centrei não necessariamente eram centrais aos próprios participantes.<sup>146</sup>

Como parte dos procedimentos que se entende como *etapas preliminares*, eu já havia sondado a possibilidade de encontrar estudantes da UFESUL que se enquadrassem nos subperfis determinados. Muito antes de iniciar o recrutamento de fato, já vinha conversando com pessoas conhecidas que eu sabia que poderiam atuar como intermediárias para contato com pessoas que se enquadravam em alguns dos perfis. A reação comum era de entusiasmo (ou, no mínimo, de disposição amistosa) frente à possibilidade de colaborar em alguma medida com uma pesquisa que consideravam relevante: imediatamente começavam a mencionar amigos que poderiam me apresentar. O entusiasmo dava lugar ao desconcerto quando eu informava que o contato não poderia ser efetivado até que o projeto da pesquisa fosse aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Parte dos meus intermediários eram eles mesmos pesquisadores, e em mais de uma ocasião acharam engraçado o fato de eu estar seguindo um procedimento ainda quase que exclusivamente associado a espaços de pesquisa de fora das Ciências Humanas. O recrutamento de fato teve início apenas após a emissão do parecer de aprovação do CEP, no começo de outubro de 2018. A partir daí passei a acionar aqueles com quem já havia conversado: “Lembra de quando eu te falei da minha pesquisa e tu ficou de me apresentar à fulana? Chegou a hora.”

O projeto previa recrutamento exclusivamente via “bola de neve” e sempre pelo contato inicial de um intermediário, que averiguaria a disposição e o interesse do potencial participante em conversar comigo. Só a partir desse assentimento eu entraria em contato com a pessoa, que informava ao intermediário como eu poderia contatá-la. Essa restrição exigiu um pouco de jogo de cintura, uma vez que eu não tinha de antemão intermediários que poderiam me levar a todos os perfis de participantes que projetava recrutar, e nem tinha notícia específica de onde poderia

---

<sup>146</sup> Agradeço à banca examinadora por apontar a necessidade de o texto incluir uma reflexão maior acerca da construção desses perfis — daquilo que a profa. Luciene Simões chamou de “gesto apriorístico”.

encontrar estudantes de todos os perfis. Eu tinha, em contrapartida, determinação e meios para encontrar e contatar pessoas com quem eu não me relacionava que poderiam vir a atuar como intermediárias. Optei por não fazer esse tipo de contato até que tivesse como uma espécie de credencial a aprovação do projeto pelo CEP, já que a credibilidade e relações de confiança do intermediário estariam em pauta quando contatassem potenciais participantes em meu benefício. Cheguei a esses intermediários com quem eu não mantinha relação prévia por diversas vias, como através de professores envolvidos em ações com determinados grupos de pessoas, ou pedindo a alguém que me indicasse alguém que poderia conhecer alguém do perfil que eu buscava. Eu vinha também intensificando minha presença e participação em espaços da UFESUL em que ocorriam atividades relacionadas a assuntos que eu entendia como de potencial interesse de pessoas dos perfis que eu buscava recrutar. Isso me permitia tanto encontrar amigos ou conhecidos cujas áreas de envolvimento eu desconhecia ou não lembrava (logo, potenciais intermediários) quanto ter notícia de pessoas que poderiam vir a ser potenciais participantes — desde que tivesse alguém para intermediar o contato.

O projeto propunha o número total de doze participantes, dois de cada um dos subperfis. Além disso, propunha a distribuição equilibrada de participantes dos sexos feminino e masculino e alguma diversificação de amostra entre maiores e menores de 35 anos.<sup>147</sup> Muito embora eu acredite que o produto da investigação não tenha sofrido um impacto deletério — visto que não ambicionei construir um tipo de amostra com pretensões de significância estatística —, nenhuma dessas projeções pôde ser plenamente concretizada. O quadro 2, abaixo, relaciona os participantes recrutados e entrevistados.

---

<sup>147</sup> Conforme Maher (2018) e Freire (2018), a Constituição Federal de 1988 constitui o marco histórico de um processo de reversão da hegemonia de ideologias de monolinguismo em operação desde o período colonial. A participação de pessoas com mais de 35 anos ofereceria a perspectiva de quem vivenciou o período de transição, em oposição aos mais jovens, que teriam experiências sociolinguísticas já influenciadas pelo precedente jurídico que o novo texto constitucional estabeleceu.

**QUADRO 2 APRESENTAÇÃO SINÓPTICA DE PARTICIPANTES DA PESQUISA**

PERFIL	SEXO	PARTICIPANTE <sup>148</sup>	IDADE	CURSO
A1	M	Kaliay	24	Agronomia
A1	H	Marcos Hayao <sup>149</sup>	25	Matemática <sup>LC</sup>
A2	M	Fabiane	20	Direito
A2	H	Tarcísio	25	História <sup>LC</sup>
A3	H	Cassiano	23	História <sup>LC</sup>
A3	H	Ariel	25	Ciências Atuariais
B1	M	Arleth	28	Informática <sup>PG</sup>
B1	H	Bolívar	25	Economia <sup>PG</sup>
B1	M	Carmelita	36	Teatro <sup>LC</sup>
B2	H	Jacques	26	História <sup>LC</sup>
B3	H	Bakanja	31	Educação <sup>PG</sup>

**LEGENDA** MULHER (M) HOMEM (H) LICENCIATURA (LC) PÓS-GRADUAÇÃO (PG)

**FONTE** ELABORADO PELA AUTORA (2019)

A respeito das informações contidas no quadro 2, destaco que o fato de três participantes serem estudantes do curso de Licenciatura em História não foi premeditado, mas guarda relação com as poucas possibilidades de recrutamento que obtive para os perfis A2, A3 e B2. Não tenho notícias de que os três participantes se conheçam e não cheguei até eles pelos mesmos intermediários. Como o próprio quadro demonstra, os demais participantes são estudantes de graduação e de pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento e em cursos pertencentes a diferentes institutos da UFESUL.

O trabalho de campo foi encerrado em abril de 2019, já com atraso em relação ao cronograma da pesquisa, após a realização de entrevistas com apenas onze, e não doze, participantes. Desses, apenas quatro foram mulheres — menos da metade —, e apenas uma participante tinha mais de 35 anos. O projeto previa

<sup>148</sup> Os participantes da pesquisa são sempre mencionados por seus pseudônimos, que foram definidos em conjunto no momento de encerramento da entrevista — ou, quando necessário, em contato posterior —, visando à adoção de pseudônimos que, sem prejuízo a seus direitos de privacidade e anonimato, preservassem níveis de significado mobilizados por seus nomes de registro. Por *níveis de significado* entendemos tanto aqueles particulares referentes às motivações familiares para a escolha de nome quanto aqueles que, segundo relatos dos participantes, emergem socialmente, como estranhamentos, particularidades de pronúncias não observadas e pressuposições acerca de traços de identidade. Alguns participantes solicitaram que eu utilizasse nomes que tinham relevância particular para eles e pouca ou nenhuma relação com o nome de registro, por exemplo homenagens a outrem. Essas solicitações foram atendidas.

<sup>149</sup> Hayao funciona, neste pseudônimo, como nome do meio, e não um sobrenome. O participante prefere ser referido por seu nome do meio, de origem japonesa, e não por seu primeiro nome, um nome “brasileiro”.

que em caso de inviabilidade de recrutamento de participante de algum subperfil, eu poderia remediar com o recrutamento de participante de outro subperfil. Utilizei esse recurso quando tornou-se evidente que, em virtude da necessidade de encerrar o trabalho de campo, não seria possível recrutar um segundo participante para os perfis B2 e B3. Pude recrutar outra participante de perfil B1 antes do encerramento do trabalho de campo.<sup>150</sup>

Apenas sete dos onze participantes figuram na análise dos dados. Isso, no mínimo, testemunha ao questionamento do número total de participantes. A previsão de doze sempre me pareceu razoável o suficiente em termos do que seria factível para uma experiência de investigação de mestrado; mas também suficientemente abundante para que a análise tivesse fôlego. Avalio agora que poderia ter alcançado resultados mesmo com um número menor de participantes: o campo poderia ter sido executado conforme cronograma e os dados poderiam ter sido trabalhados com maior equilíbrio.

Como procedimento para minimizar riscos decorrentes da participação na pesquisa (desconforto e constrangimento), procurei, conforme a disponibilidade dos potenciais participantes, agendar um encontro preliminar para que nos conhecêssemos e eu pudesse pessoalmente informá-los a respeito da pesquisa e dirimir dúvidas. Esses encontros preliminares tinham o objetivo de que o potencial participante, caso viesse a participar da pesquisa, estivesse já familiarizado comigo, o que poderia minimizar os riscos de desconforto e constrangimento durante a condução da entrevista. Esse procedimento também me pareceu eticamente apropriado uma vez que a reação imediata das pessoas era de plena disposição em participar. Eu entendia que essa disposição imediata poderia ser impulsiva e levar posteriormente a algum arrependimento; além disso, entendia que poderiam se sentir constrangidos em recusar a participação ali, diante de mim. Combinar de agendar a entrevista para um segundo encontro possibilitava que os potenciais participantes dispusessem de alguns dias para refletir sobre a decisão, construir talvez outros questionamentos e, se fosse o caso, não precisarem recusar-se a participar pessoalmente, até mesmo simplesmente deixando de retornar meus contatos — o que de fato aconteceu com uma pessoa. Apesar de toda essa preparação, duas entrevistas aconteceram no mesmo dia do primeiro encontro —

---

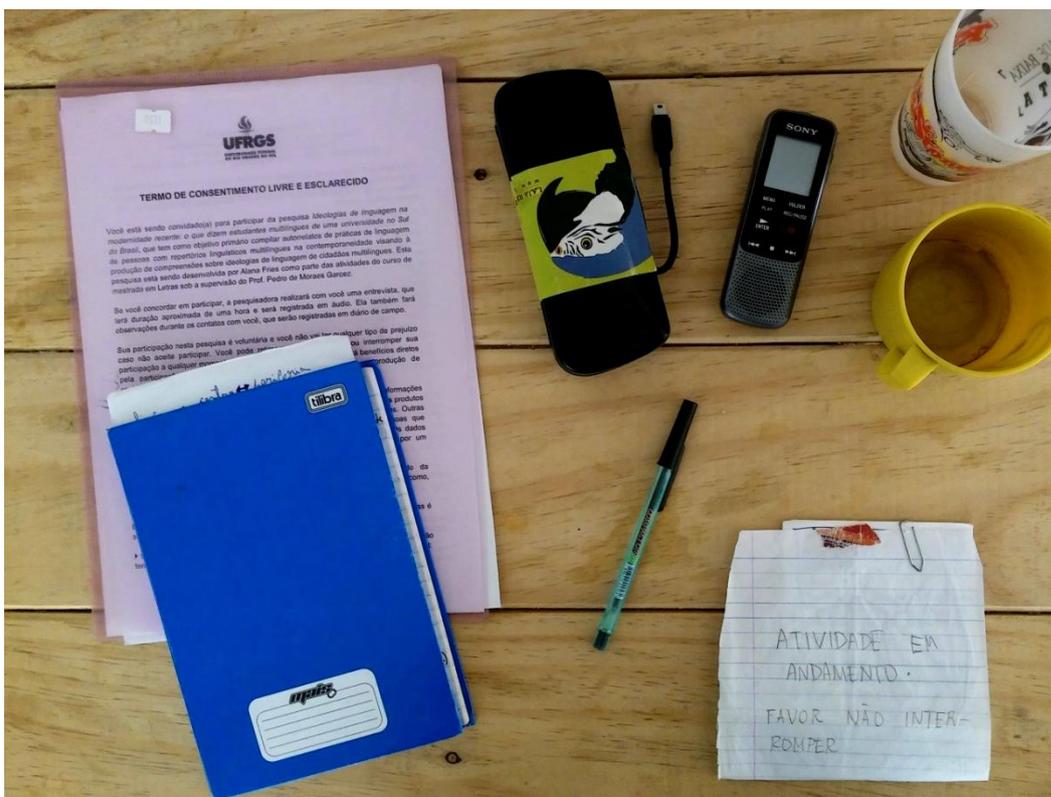
<sup>150</sup> Meu entendimento agora é de que esses “problemas” eu mesma criei ao previamente delimitar com tanta minúcia quem eu recrutaria.

sobre isso, mais detalhes na seção a seguir, sobre o trabalho de campo —, e as consequências disso ficaram evidentes.

A definição do local e do dia e horário para a realização das entrevistas obedeceu ao critério definido no projeto da pesquisa: o participante informou onde e quando poderia ocorrer com o mínimo de importunação possível. Em sua maioria, tanto os encontros preliminares quanto as entrevistas foram conduzidas em espaços diversos da UFESUL: salas, laboratórios, bibliotecas ou espaços de convivência como restaurantes ou bancos ao ar livre. Apesar de eu reiterar que me adequaria às suas possibilidades e necessidades, muitos quiseram saber primeiro sobre as minhas disponibilidades para determinar, dentre elas, as suas. Aos poucos percebi que alguns demonstravam certo desconforto ou tinham dificuldade de determinar um dia e horário sem qualquer parâmetro mínimo. De início não sabia como agir diante dessa reticência, pois havia sido mais do que orientada a interferir tão pouco quanto possível na vida dos participantes e a jamais induzi-los a privilegiar as minhas preferências. Passei, então, a fazer os agendamentos por partes: primeiro, discutindo com o participante qual local seria mais conveniente para ele/a. A partir disso, o/a participante tinha mais facilidade de manifestar suas disponibilidades de dias e horários, a que eu sempre respondi que eram compatíveis com as minhas. Apenas uma entrevista precisou, por necessidade do participante, ser reagendada.

A realização das entrevistas teve um formato mais ou menos recorrente. O encontro sempre iniciava com conversas amenas, que eu procurava não interromper e nem deixava de contribuir como faria em qualquer outra interação social minha. Aos poucos, enquanto ainda conversávamos, eu começava a tirar da mochila o material e colocá-lo calmamente sobre alguma superfície. A pastinha com os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o caderninho azul de anotações do campo, o porta-óculos em que guardava o gravador.

**FIGURA 1 EQUIPAMENTOS DO TRABALHO DE CAMPO**



FONTE ARQUIVO DA AUTORA (2019)

Geralmente o participante transicionava a conversa para a pesquisa quando passava a reparar nos objetos, ou eu iniciava o tópico quando algum assunto encerrava e nenhum outro era introduzido. Nesse momento eram reforçadas as informações quanto aos objetivos da pesquisa e informados explicitamente os direitos da pessoa-participante, conforme disposto na Resolução 510 (CNS, 2016) — tudo que ela também leu depois no TCLE. O enquadramento da interação sempre mudava quando eu introduzia o documento na conversa, mostrando-o, explicando para que servia e pedindo que a pessoa lesse. Perguntava se tinha mais alguma dúvida que eu pudesse sanar. Depois que assinávamos as duas cópias do termo, eu pedia permissão para ligar o gravador.

Desde o momento em que o TCLE (apêndice C) era introduzido, ficava visível que o enquadramento da conversa mudava. A interação tornava-se um evento contratual e formal. Geralmente as pessoas se ajeitavam no assento, retesando a postura. Tentei desenvolver algumas táticas para suavizar o enquadramento da formalidade antes do início da entrevista propriamente dita: deixava para buscar a água nesse momento, entre a assinatura do TCLE e o início da entrevista; se

estávamos numa sala, produzia nesse momento um cartazinho para colocar na porta pedindo que não fôssemos interrompidos, coisas assim. Não tenho certeza de que esses mecanismos funcionavam. No início das entrevistas o nervosismo era sempre palpável, os participantes mostravam-se logo muito preocupadas em dizer o que eu precisava que dissessem, como se a sua conduta de entrevistado estivesse sendo avaliada. Iniciava a conversa pedindo que a pessoa se apresentasse, fazendo perguntas sobre a vida e a família; apesar disso, na primeira oportunidade o entrevistado introduzia alguma informação sobre linguagem. Afinal de contas, era sobre linguagem que eu queria conversar, não era mesmo? Levava um tempo para que deixassem essa meta de lado e conversassem comigo sem aparentemente monitorar em demasia os tópicos em orientação aos meus interesses de pesquisa.

No encerramento das entrevistas, não raro os participantes comentavam estarem surpresos com o desenrolar do evento. Certamente esperavam um jogo de pergunta e resposta da ordem de questionários ou de tipo jornalístico; mas comentavam que haviam se sentido participando “de uma conversa normal”. Eu tinha um roteiro para as entrevistas (apêndice B), mas, depois de uma entrevista de ensaio com uma colega e da primeira entrevista efetiva, percebi que não precisava ficar consultando-o, que os tópicos eram abordados naturalmente no decorrer da nossa conversa, que eu, com o tempo cada vez mais ia conseguindo direcionar, às vezes mais, às vezes menos discretamente.

### 3.3 O TRABALHO DE CAMPO

Bastante a respeito do trabalho de campo já foi abordado na seção anterior: apresentei os procedimentos de recrutamento dos participantes e já algumas reflexões acerca da condução das entrevistas. O espaço desta seção utilizo para tratar da experiência-exercício como um todo: sucessos e insucessos, contratempos e aprendizados da pesquisadora em formação.

Possivelmente contaminada pelas minhas leituras em Antropologia, eu via a questão do *tempo* como solução, não como problema: quanto mais tempo em campo, melhor. O entendimento de que isso não funciona num mestrado custou para acontecer, e o campo precisou ser encerrado por decreto no final de abril de 2019: tomando dois meses a mais do que os cinco inicialmente previstos no

cronograma da pesquisa. Particularmente atribuo esse atraso a quatro fatores: o recesso da UFESUL; minha relutância — não totalmente, mas já em boa parte superada — em insistir nos contatos com intermediários e potenciais participantes; minha dificuldade, e um pouco de receio, em administrar muitos contatos de diversos perfis ao mesmo tempo; minha hesitação, que atribuo à inexperiência, em aceitar que alguns contatos não levariam a participantes.

Como o trabalho de campo girava em torno do universo da UFESUL, isso significou que, assim como a própria instituição, ele funcionou em marcha lenta durante o período de recesso entre final de dezembro e começo de março. O recesso significa uma massiva migração dos estudantes (e dos intermediários, muitos deles também estudantes) para os locais onde estão suas famílias, inclusive em outros países. Eu podia fazer contatos, e fiz muitos durante esse período, mas eles geralmente acabavam em algo como: “antes do retorno das aulas não tem como”. Existe também, acho eu, uma expectativa social de que não se deve procurar pessoas em período de férias para falar sobre “trabalho”. No dia seguinte à quarta-feira de cinzas, disparei mensagens a intermediários e potenciais participantes de algum modo já engatilhados, e o campo fluiu bem a partir daí. Tanto foi assim que, se entre começo de outubro e final de dezembro de 2018, eu havia realizado cinco entrevistas, em março e abril de 2019, realizei seis.

Os contatos com os intermediários em geral não demandaram muita insistência, apenas alguns lembretes, que eles mesmo pediam que eu fizesse caso não me dessem retorno em tantos dias. Os contatos com os potenciais participantes também foram, em geral, tranquilos, com algumas poucas exceções. O perfil B2, que abrangia estudantes em situação de refúgio ou com visto humanitário, foi complicado de preencher. Apesar de ter vasculhado toda a UFESUL e assuntado com todos os conhecidos possíveis em busca de estudantes em condição de refúgio que já estivessem circulando pela universidade, tive uma única via de acesso ao perfil. O ano de 2018 foi o primeiro em que os ingressantes pelo edital específico estavam na universidade para pessoas em situação de refúgio e com visto humanitário; eram poucos, e em sua maioria sobrepunham-se ao perfil B3, sobreposição que, de comum acordo com o orientador, decidimos evitar. Eu sabia disso porque tinha acesso à lista dos aprovados no processo seletivo, documento público, e assim sabia quem eram. O primeiro contato com um deles, o Jacques, rapaz haitiano, foi muito simples; foi, na verdade, o primeiro contato que fiz com

participantes e a segunda entrevista que realizei. Depois dele, eu ainda estava insistindo em procurar outras vias de acesso a outros estudantes que não fossem esses recém ingressados, até mesmo porque buscava entrevistar também uma mulher no perfil.

Depois de passar todo o verão tentando, em março recorri novamente à pessoa que intermediou o contato com Jacques, e ela me colocou em contato com a única outra pessoa, também do sexo masculino, interessante pelo primeiro edital específico que não se sobrepunha ao perfil B3. Ele foi de início muito receptivo, demonstrando-se plenamente disposto a participar da pesquisa, dizendo que eu poderia indicá-lo a qualquer colega que precisasse dele para suas pesquisas, ainda que tivesse pouco tempo disponível entre as demandas da graduação e de trabalho. Após um encontro inicial, em que conversamos por aproximadamente uma hora, combinamos a entrevista para a semana seguinte. Na semana seguinte, ele disse que não dispunha mais daquele tempo, mas que na próxima semana poderia dispor. Na próxima semana aconteceu a mesma coisa, e assim foi acontecendo por quase dois meses até que ele parou de responder às minhas mensagens. Obviamente eu já havia sido mais do que aconselhada de que isso poderia acontecer e de que provavelmente seria ineficaz insistir com um pessoa que ficasse remarcando. Contudo, hesitei em desistir porque não teria outra opção de participante do perfil B2. Meu orientador interveio e me aconselhou a, se possível, utilizar o procedimento de remanejamento de vagas previsto no projeto. Agora penso que eu deveria ter insistido mais em articular um “plano b”; o que eu vinha evitando ao longo de todo o campo porque sentia como se estivesse tratando as pessoas como substituíveis, um tipo de “se tu não quer, tem quem queira”. Eu muito imediatamente criava vínculos com as pessoas que conhecia na condição de potenciais participantes e suas trajetórias, possivelmente por questões de agenda de pesquisa, mas também ficava me perguntando o que elas pensariam de mim se ficassem sabendo que eu estava administrando dois, três potenciais participantes do mesmo perfil ao mesmo tempo, entrevistando quem topasse primeiro.

O perfil B3 foi outro para o qual eu não consegui em tempo hábil recrutar um segundo participante. O intermediário inicial que eu tinha para esse perfil foi acho que o primeiro de todos: um rapaz recém-chegado de Moçambique para cursar mestrado que conheci por acaso. Me garantiu que, quando chegasse a hora (isto é, após a aprovação do CEP), tinha muitos amigos moçambicanos a quem poderia me

apresentar. Tornamo-nos, em alguma medida, amigos, e, em dezembro de 2018, quando o contatei para tratar do intermédio, ele me fez algumas advertências que me deixaram receosa. Disse que me apresentaria algum amigo, mas que eu ficasse atenta pois os moçambicanos eram muito *abertos* e muito *simpáticos*, que poderiam me convidar para ir a suas casas, que as diferenças culturais poderiam gerar algum ruído de comunicação e que se qualquer situação me deixasse desconfortável eu deveria imediatamente entrar em contato com ele para que tomasse providências. Esse foi o primeiro momento em que me deparei com a questão de sexo/gênero no campo. Fiquei meio que num estado de alerta excessivo depois disso. Em seguida ele viajou para Moçambique, e só retomamos contato em março, quando ele retornou ao Brasil. Ele me colocou em contato com o Bakanja:

Combinei de encontrar amanhã às 14h na {lugar} o {Bakanja} B3, amigo do {intermediário}. Nas nossas conversas por WAPP ele ficou repetindo e repetindo como está totalmente a minha disposição. Não sei se isso é reflexo dos alertas que o {intermediário} tinha me feito dezembro passado, mas acho que preciso estar bem preparada para manter uma postura talvez menos soltinha do que tenho normalmente pra não ser mal interpretada nem ter que lidar com algum tipo de avanço estranho. (DIÁRIO DE CAMPO, 03/4/2019)

Percebam que eu estava totalmente preparada para ser assediada nesse encontro, pois foi isso que eu interpretei das ressalvas que o intermediário me havia feito. Após o encontro com o Bakanja, escrevi:

A preocupação que eu manifestei na entrada anterior [do diário] se dissipou no momento em que o encontrei e ele estava usando uma camisa polo com palavras de Jesus nas costas e a foto identificada de um reverendo no bolso frontal. Isso foi suficiente pra me tranquilizar [...]. A conversa fluiu muito bem e não senti nenhum tipo de avanço inapropriado. (DIÁRIO DE CAMPO, 04/4/2019)

Graças ao santo estereótipo de que pessoas abertamente envolvidas com práticas religiosas são polidas e orientadas para relações afetivas dentro da comunidade religiosa, minhas preocupações de dissiparam. Conversamos por cerca de duas horas e não percebi estar me contendo de alguma maneira por qualquer tipo de receio motivado pela pré-concepção que eu havia desenvolvido. A ironia fica por conta do fato de que, no final do encontro, quando perguntei, apontando para a camisa, se ele tinha alguma filiação religiosa, Bakanja deu risada, dizendo que hesitou por um momento antes de sair de casa vestindo-a: a camisa foi um presente do reverendo, amigo seu da época em que estudaram juntos em Maputo; ele mesmo não observa nenhuma prática religiosa denominada. Depois da entrevista, que

aconteceu na semana seguinte, Bakanja se dispôs a me colocar em contato com um amigo, também doutorando da área da Educação. Quando entrei em contato perguntando sobre isso, era período de Páscoa, ele levou dias para responder e desconversou, dizendo que o amigo não havia dado retorno. Decidi não insistir e esse era o momento em que o meu orientador estava sinalizando que o campo precisava ser encerrado. Não tive tempo de acionar ninguém mais para me levar até outra pessoa do perfil B3, que acabou também sem nenhuma participante mulher.

Estava reticente em remanejar as vagas, pois achei que poderia acabar recrutando alguém de perfil que respondesse mais à minha curiosidade e aos meus interesses particulares do que às necessidades e interesses da pesquisa. Todavia, naquela semana, em uma comemoração de aniversário, encontrei uma conhecida (amiga da amiga aniversariante e ex-companheira de um amigo) que desde antes do início da pesquisa pensei que poderia ser uma participante valiosa, pois passou por escolarização tanto no Brasil quanto no seu país de nascimento, a Argentina. Seria uma pessoa de perfil B1 e mulher, o que no panorama dos participantes preenchia duas características que estavam em desvantagem. Ela já havia, em outros momentos de socialização, demonstrado interesse e disponibilidade de participar da pesquisa, quando soube que havia um perfil no qual ela se encaixava. Evitei recrutá-la porque, apesar de que não éramos de fato amigas (nunca havíamos interagido só nós duas, por exemplo), se tratava de uma pessoa do meu círculo social e eu não sabia exatamente como observar procedimentos de ética em pesquisa nessa situação. Mas a Antropologia sempre me disse que participantes são interlocutores, e interlocutores podem se tornar amigos. O excerto abaixo é de uma entrada no diário de campo em que eu estava retomando os últimos acontecimentos e reclamando da minha própria incompetência no recrutamento:

Nisso caiu uma pessoa do céu pra eu remanejar. Já era uma pessoa que eu tinha considerado inicialmente, mas havia deixado como carta na manga, pensando em dar preferência a outros participantes com quem eu não tinha nenhum contato prévio. Daí encontrei na rua terça a Carmelita (pseudônimo) e lembrei que ela já havia sinalizado interesse em participar antes mesmo de eu iniciar o campo, quando eu tava na fase de investigar as possibilidades para o campo e escrevendo o projeto (não lembro o termo que o CEP dá pra essa parte agora). Comentei e ela topou na hora, fiquei de me comunicar depois de uns dias de novo pra confirmar a disposição e pra ela poder me recusar sem ser na minha cara. Ela é perfil B1, o que acaba sendo um bom remanejamento porque fica dentro da coluna B, mesmo que não nas linhas 2 e 3, que estavam em falta. Lembrando que o mestrado é um exercício, decidi ir adiante com essa experiência de borrar um pouco os limites da relação com o participante. [...] Pensei o seguinte: é alguém que eu conheci através de amigos mais próximos, que tem proximidade com amigos

próximos, mas não comigo. Me dei conta que em anos desde que a conheço nunca interagimos só nós duas (nunca tínhamos interagido só nós duas até hoje [dia da entrevista]). [...] Concluí também que o risco maior seria ela se sentir coagida a participar por algum tipo de dever social que poderia sentir com relação a mim. Estou bem confiante de que a abordei eticamente, que não insisti para que participasse e que conduzi o contato com ela, tirando a intimidade/liberdade um pouco maior, com a mesma postura que mantive com os demais [participantes]. Além disso, sugeri, como de costume, que nos encontrássemos num café perto da casa dela, e ela me convidou pra ir na casa dela, o que me sinaliza também algo de conforto com relação à minha pessoa. (DIÁRIO DE CAMPO, 27/4/2019)

Esse momento dá gancho para eu comentar três aspectos da experiência do campo. O primeiro aspecto é o de que nessa investigação trabalhei com a categoria *sexo* — e não *gênero* —, e de maneira estritamente binária. Os participantes não foram indagados a respeito de identificações de gênero, então estão aqui reportados a partir de seus sexos/gêneros por mim pressupostos. Penso que as Ciências Sociais e Humanas não ocupadas com a temática de gênero ainda não estão necessariamente atentando para o quanto essas categorias pressupostas são potencialmente mais problemáticas na modernidade recente (e digo isso porque procurei material sobre como tratar disso em pesquisa social e não encontrei). Dito isso, entrevistar mulheres foi mais fácil do que entrevistar homens. Não gosto de pensar *mulheres* como uma categoria de seres que compartilham características estáveis como “falam mais” ou “são mais propensas a compartilhar sentimentos”; mas a interação com participantes mulheres certamente fluiu com menos esforço do que as interações com homens — e claro, estavam diante de uma pesquisadora que (também) se identifica como mulher. Nas entrevistas com mulheres emergiram relatos de experiências pessoais não relacionadas com o tópico geral da entrevista e com maior frequência temas mais delicados, como machismo e relações familiares. Por fim, registro meu lamento por não ter conseguido recrutar mais mulheres para a pesquisa, e também por não ter podido recrutar nenhuma mulher não caucasiana. Como mulher, sei que experienciamos o mundo por vieses diferentes, muitas vezes potencialmente violentos, que os homens não experienciam; e eu gostaria que a minha pesquisa pudesse ter sido mais bem sucedida como um espaço de enfrentamento ao silenciamento de séculos das experiências e dos pensamentos femininos. Quando se tornou evidente que estavam chegando até mim mais participantes homens do que mulheres, passei a pedir explicitamente que os intermediários me apresentassem mulheres. Essa solicitação foi atendida em duas ocasiões.

Tudo isso também não quer dizer que temas delicados, como racismo, não tenham surgido nas entrevistas com homens, especialmente naquelas com os dois homens negros que entrevistei. Representar, nesses cenários, a outridade branca, seio do racismo e corporificação de privilégios vários, não é confortável — de fato não é para ser. A experiência mais complexa foi com o Jacques, rapaz haitiano que chega no Brasil, primeiro em São Paulo, há alguns anos, com visto humanitário. Já no primeiro encontro ele pergunta do meu sobrenome, Fries, que remete à *germanidade* que conheceu bem por viver durante alguns períodos em mais de uma cidade caracterizada por “colonização alemã”. Entre o dito e o não dito, Jacques, que entrevisto no gabinete do meu orientador, espaço repleto de símbolos de acumulação de capital cultural, cede ao choro quando pergunto se tem notícia de alguém que passou por alguma situação de preconceito em decorrência da maneira como fala:

Perguntei se ele achava que no Brasil as pessoas eram incentivadas a aprender ou usar outras línguas e ele imediatamente perguntou se tudo bem se não respondesse àquela pergunta. Achei o máximo ele se sentir no direito de se recusar a responder, pois me sinaliza que absorveu bem todas as falas que fiz nesse sentido, mas isso também me sinalizou que tinha alguma coisa aí sobre a experiência dele com língua no Brasil. [...] Nada me indica que ele não teria entendido a pergunta e preferido não responder como forma de evitar constrangimento, pois entendeu outras perguntas fraseadas de um jeito até menos direto sem problemas e não vinha hesitando em pedir que eu repetisse algumas coisas. Jacques não queria falar sobre aquilo.

Logo em seguida perguntei se ele sabia de alguma história de alguém que havia sido constrangido ou prejudicado por causa das línguas que fala ou de como fala. Ele riu um pouco, respondeu: “Claro! O tempo todo!”, num tom que me passou algo de “mas é óbvio, que pergunta mongolona”. Começou a falar sobre como as pessoas reparam muito no sotaque dele, mas abruptamente parou, levantou virando as costas, dizendo “licença, preciso sair um pouco”, e saiu da sala. [...] Fiquei em silêncio aguardando e pensando em qual seria a postura mais adequada a partir daquele momento. Deu uns três minutos e ele voltou.

Voltou sorridente, sempre sorridente, mas com os olhos vermelhos e fungando. Perguntei o que havia acontecido: nada. Perguntei se queria encerrar a entrevista: não. Perguntei se estava se sentindo bem: sim. O que aconteceu? Quer conversar sobre o que tu tá pensando? Ele ensaia falar mais um pouco sobre a situação de ser marcado pelo português que fala. Pára, contém o choro. Vamos parar por aqui, Jacques? Ou quer aproveitar esse espaço pra poder falar sobre o que tá acontecendo contigo? Quer mudar de assunto? Jacques queria falar, disse que queria falar sobre isso, mas não conseguia mais conter o choro. A voz tremulava, ele interrompia a frase. Depois não se conteve, estourou em choro, cobrindo o rosto com as mãos. Aguardei por um momento e quando ele voltou daquele espaço que tentou reservar só pra ele dentro das mãos eu disse que iríamos encerrar, que estava desligando o gravador. Desliguei e coloquei num lugar mais longe da mesa, fisicamente demonstrando que nós não precisávamos seguir e não seguiríamos num enquadramento de entrevista.

[...] O óbvio a ser feito eu já tinha feito: desligar o gravador pra não piorar a situação. Mas se num primeiro momento ele tentou esconder o choro, a essa altura já tinha aceitado que tava chorando na minha frente, fungava, enxugava as lágrimas, outras corriam.

[...] Se tinha um comportamento convencionado de pesquisadora o qual eu deveria cumprir eu não sei, mas como Alana eu fiz o que faria em qualquer outra situação [...]: ofereci uma presença serena, sinalizei sem forçar a barra que estava disposta a ouvir se quisesse falar e tentei demonstrar tanta empatia quanto é possível através disso. Ele disse, depois que passou o grosso da emoção, que eu podia ligar o gravador novamente, mas não achei que ele queria mesmo nem que seria certo fazer isso naquele momento. Jacques pôs-se a narrar as situações de aberto preconceito por que passa.

VAI APRENDER A FALAR DIREITO PORTUGUÊS!

QUER O QUE SE NÃO SABE NEM FALAR?

(DIÁRIO DE CAMPO, 16/11/2018)

Não soube, e na verdade nem quis, conduzir a partir daí a conversa de modo a descobrir em que situações essas ofensas aconteciam. A reação dele foi tão intensa que interpretei que não eram situações antigas, nem se tratava de uma narrativa exagerada. A natureza do exercício de trabalho de campo foi se revelando aos poucos... Dias depois, informei meu orientador do ocorrido, contando que havia sido pega de surpresa e solicitando que avaliasse se minha conduta havia sido eticamente apropriada. Ele se disse surpreso com a minha surpresa. Custei para admitir que narrativas como essa de Jacques era algo que eu buscava encontrar, afinal de contas, a pergunta estava formulada com todas as letras lá no roteiro: *Já ouviu falar de alguém que foi constrangido por ser falante de \_\_\_?*

Como mencionei na seção anterior, duas das entrevistas, apesar de todo o cuidado para que acontecesse um encontro preliminar antes do agendamento da entrevista, aconteceram no mesmo dia em que o participante e eu nos encontramos pessoalmente pela primeira vez. Uma foi justamente a primeira entrevista de todo o campo e certamente foi, de todas, a que sofreu maiores prejuízos, não só por inexperiência, mas também por eu não ter podido me preparar. Aconteceu assim: combinei um encontro com um então potencial participante que havia por e-mail me sinalizado que não teria tempo de participar da pesquisa, mas havia concordado em me ceder alguns minutos para ouvir sobre a pesquisa e talvez me indicar outros potenciais participantes. Pessoalmente ele foi bem mais receptivo do que vinha sendo por e-mail, talvez porque se deu conta, ao me enxergar, de que já havíamos nos conhecido anos antes em outras condições — eu já tinha, pelo nome, quase certeza de que se tratava da mesma pessoa. A aula que ele teria no turno da tarde

havia sido cancelada, e ele propôs que fizéssemos a entrevista após o almoço: “é agora ou nunca”, ele me disse, embora não com essas palavras. Expliquei que preferia não conduzir a entrevista no mesmo dia do encontro inicial, por tais e tais motivos. É difícil o equilíbrio entre querer um segundo encontro para que a pessoa se sinta mais confortável e ela ter que gastar dois tempos comigo ao invés de um. Ele insistiu que poderíamos fazer a entrevista naquele dia, depois do almoço, porque queria participar, e esse era o único momento que teria disponível.

Soube naquele momento, contudo, que se eu recusasse a oferta dele, seria muito difícil ele manter por mim um respeito mínimo sequer pra fazer um intermédio com outra pessoa, afinal de contas, ele tava me dando a oportunidade que havia pedido e usando um inesperado tempo livre que ele teria, o que, a gente sabe, é sempre muito bem-vindo. (DIÁRIO DE CAMPO, 25/10/2018)

Esse entrevista eu descrevi num primeiro momento como um “completo desastre”. Isso porque, transcrevendo, percebi a quantidade de oportunidades de desenvolver assuntos que havia perdido. Uns dias depois, quando questionou o que eu considerava o “completo desastre” que havia mencionado por e-mail, meu orientador minimizou a situação, dizendo que, por “completo desastre”, ele entendia o participante levantar no meio da entrevista e sair indignado quebrando pratos. Eu não tinha essa perspectiva na época.

A outra entrevista que aconteceu no mesmo dia do pressuposto encontro preliminar foi com um participante A2, estudante indígena homem da etnia guarani. Nosso intermediário era um amigo em comum, antropólogo, que tinha Tarcísio como um interlocutor muito central de sua própria pesquisa de mestrado. Num primeiro momento, o intermediário avisou que talvez precisasse estar junto no momento da entrevista para que ela acontecesse, em virtude do receio dos guarani quando o assunto é pesquisa, e na hora não achei um proposição descabida. Nós dois, em conversa posterior, e por provocação do meu orientador, percebemos o quão tutelistas estávamos sendo. O encontro foi combinado através do intermediário, que determinou junto ao potencial participante dia e local. Fui orientada a levar um mate para a conversa, porque, me disse o intermediário, “guarani não conversa sem ter mate rodando”. Pleno dezembro, além 30°, e Alana preparando mate. Primeiro que eu nunca havia preparado mate para viagem. Segundo que eu estava tendo que preparar mate para compartilhar com um guarani, isso para mim beirava a falta de respeito.

Enquanto eu preparava o mate pra levar, recebi notícia de que o {Tarcísio} pediu para transferir a conversa para amanhã. Sem problemas, ganho um dia mais pra me preparar pra essa conversa que certamente é a que eu mais sempre temi, desde o início do desenho da pesquisa. Por quê? Porque existe na minha memória um emaranhado sem forma específica de lembranças [...] em que um pesquisador querer se aproximar de um estudante indígena diretamente com intenções de pesquisa é uma afronta e uma impossibilidade. Porque a minha posição de pesquisadora é enquadrada por anos de abuso e exploração acadêmica em cima dos povos indígenas e desses mesmos guarani de cuja rede de relações esse meu potencial participante faz parte. Porque sou *juruá* e entendo que isso é mais complexo do que o primeiro impacto mais óbvio de fazer parte da gente que fez e ainda faz de tudo pra destruir o *ava rekó*. (DIÁRIO DE CAMPO, 05/12/2018)

O encontro foi reagendado duas vezes, e a informação de cancelamento só vinha em cima da hora, quando o mate já estava pronto. Quando finalmente o encontro se concretizou, o intermediário chegou coisa de 30 segundos antes de o Tarcísio chegar:

Os convidei pra sentar na sombra em que eu tava até então e muito atrapalhadamente comecei a compartilhar o mate. O {intermediário}, é engraçado como ele não é nada sutil pra quem convive com os guarani, pois logo me perguntou sobre o que era mesmo a minha pesquisa e fiquei achando que era pra introduzir o assunto. Mas não dei muita corda. Eles ficaram se atualizando dos últimos acontecimentos e eu fiquei participando da conversa como pude. [...]

Eu tava determinada a não começar o assunto da pesquisa, controlar meus impulsos juruá e conversar tranquilamente até que o assunto surgisse ou não (tava preparada pra que o assunto não surgisse também). Depois de um tempo conversando um pouco dessas coisas aleatórias {Tarcísio} se dirigiu a mim perguntando que pesquisa era essa que eu tô fazendo. Falei, falei por um tempo até. Da experiência de perceber os guarani em eventos diversos sei que o fato de eles não darem fisicamente os mesmos sinais de engajamento que nós não quer dizer que não estão ouvindo. {Tarcísio} ficou olhando pros lados enquanto eu falava, olhando pra baixo, olhando pras pessoas que passavam. [...] {intermediário} foi embora, ficamos sentados os dois [Tarcísio e eu] no banco de pedra, com as pernas uma pra cada lado e virados de frente um para o outro. Logo ele me fez mais umas perguntas, como era a pesquisa, com quem eu tava conversando, como era a entrevista, se eu ia memorizar tudo ou anotar (disse que gravo em áudio com o consentimento do participante). Falei por que achava importante ter a participação de estudantes indígenas. Ele perguntou se eu ia falar com kaingang também, marcando bem (e retornou a isso várias vezes ao longo do encontro) que guarani e kaingang são muito diferentes [...]. Também disse pra ele que tinha papel envolvido, que ele já devia saber que juruá gosta muito de documento, e mostrei o TCLE pra ele. Ele logo disse que entendia e que tava familiarizado devido aos trabalhos conduzidos na {universidade} (não entendi se por ele ou com ele ou os dois). Acho que conversamos por uns 20 minutos [desde que o intermediário havia ido embora] até que ele disse “vamos fazer então”. (DIÁRIO DE CAMPO, 11/12/2018)

Satisfeita comigo mesma de tão imediatamente ter sido aceita pelo Tarcísio, disse então que podíamos combinar um dia para fazer a entrevista (eu queria mesmo era

que ele me convidasse para ir até a aldeia). Ele disse que, se eu quisesse fazer a entrevista, tinha que ser naquele dia mesmo:

Amanhã teria prova. Depois voltava pra {aldeia} e viajaria com a família pra casa dos sogros. Depois iriam pro {território guarani}, descreveu um pouco sobre como é boa a coisa lá, rio bonito, plantam milho e melancia, dá pra comer como guarani, o que eu sei que quer dizer em alguma medida que dá pra viver como guarani. Perguntei se ele não queria pensar mais um pouco se queria participar, se não ia mudar de ideia, ele garantiu que podíamos fazer. Eu disse que achava complicado porque ele tinha a reunião às 15h, mas ele disse que dava tempo e que não tinha problema chegar atrasado na reunião. Mais adiante, quando já passava mesmo das 15h, eu sinalizei que tínhamos que encerrar a conversa por causa da reunião dele e ele disse que não tinha problema, que todo mundo ia se atrasar. (DIÁRIO DE CAMPO, 11/12/2018)<sup>151</sup>

Essa foi certamente a entrevista menos entrevista de todas. Eu sabia, por exemplo, que guarani toma muito tempo antes de falar (na entrevista, Tarcísio mencionou, em tom de chiste, que guarani só não fala mais por preguiça), e que a ofensa maior possível seria eu me atravessar numa fala dele. “Guarani espera tu terminar de falar o que tu tem pra falar e só depois vai falar alguma coisa”. A reciprocidade à praxe é o mínimo esperado da interlocução, então tento ser o menos *jurua* possível (por fora) considerando que não posso deixar de ser uma *jurua*. Sei também que guarani acha engraçado que a gente tenta aprender as coisas através de perguntas e não por experiência e observação. Esses temas emergem na entrevista e nada, até hoje, mais de seis meses depois, me tira da cabeça que ele passou o tempo todo me alfinetando de que aquilo que eu estava tentando fazer não me levaria a nenhum conhecimento efetivo acerca do que era real e relevante para ele. Talvez tenha sido tanto o participante menos contaminado pelo enquadramento interacional entrevista quanto o participante mais afim aos entendimentos que guiaram a investigação.

### 3.4 TRATAMENTO DOS DADOS

A etapa de tratamento dos dados abrangeu os seguintes procedimentos: transcrição simplificada dos registros em áudio, segmentação e indexação, análise, seleção de segmentos para transcrição completa e apresentação no relatório.

---

<sup>151</sup> Fui questionada pela banca examinadora quanto ao por que de levar a cabo a entrevista nessas condições menos do que ideais.

As onze entrevistas resultaram num total de 14h26m28s de gravação em áudio. Essas gravações foram integralmente transcritas de modo simplificado. O procedimento de transcrição simplificada teve por referência as chamadas “convenções Jefferson de transcrição” (GARCEZ; BULLA; LODER, 2014). A transcrição simplificada incluiu a representação gráfica de todos os sons emitidos pelos interactantes, porém sem os detalhamentos de mudança de entonação, prolongamento, ênfase, velocidade de fala, contiguidade entre elocuições e outros. Posteriormente pretende-se realizar a transcrição detalhada da totalidade dos dados para armazenamento, uma vez que os arquivos de áudio podem ser armazenados apenas por um período de até cinco anos. O quadro 3, abaixo, apresenta os aspectos da interação que foram representados nas transcrições simplificadas.

### QUADRO 3 CONVENÇÕES USADAS PARA TRANSCRIÇÃO SIMPLIFICADA

?	(ponto de interrogação)	entonação ascendente
palav-	(hífen)	marca de corte abrupto
h h h	(série de h's)	aspiração ou riso
.h	(h's precedidos de pontos)	inspiração audível
[ ]	(colchetes)	início e fim de falas simultâneas/ sobrepostas
( )	(parênteses vazios)	fala que não pôde ser transcrita
(palavra)	(segmento de fala entre parênteses)	transcrição duvidosa
((olha para baixo))	(parênteses duplos)	descrição de atividade não vocal

FONTE ADAPTADO DE GARCEZ, BULLA E LODER (2014, p. 272)

Também foram representadas graficamente nas transcrições simplificadas as interjeições e atividades vocais não lexicais, como *urum*, *arrã*, *ã*, *a*, *hm*. A desidentificação dos participantes, de outras pessoas porventura mencionadas nas entrevistas e a omissão de informações contextuais que poderiam levar à identificação dos mesmos foi também, conforme procedimentos de ética em pesquisa previstos, realizada nesta etapa. Menções explícitas foram substituídas por descrições genéricas entre chaves — { } — e destacadas em cor vermelha. Esse procedimento foi necessário geralmente em virtude de menções a nomes próprios, frequentemente de pessoas, instituições, empresas ou cidades. Procurou-se contextualizar as informações omitidas tanto quanto possível sem comprometer a

privacidade dos participantes. Essa contextualização foi realizada, por exemplo, das seguintes maneiras: {banco estatal}, {nome do intermediário}, {empresa multinacional de produtos agrícolas}, {curso livre de língua adicional vinculado à UFESUL}, {tekoá guarani, nome em guarani}, {tekoá guarani, nome em português}, {nome da irmã, mais nova, quinze anos}. A figura 2, abaixo, apresenta um exemplo de trecho de transcrição simplificada.

## FIGURA 2 TRECHO DE TRANSCRIÇÃO SIMPLIFICADA

```

338 Alana:      urrum
339 Hayao:      aprimorar na verdade né? que eu já
340 Alana:      e isso quando tu tava na faculdade de teatro?
341 Hayao:      ã
342 Alana:      foi um a não foi um foi um intercâmbio
343 Hayao:      isso foi [um intercâmbio]                                0:16:23
344 Alana:      [ universitário]
345 Hayao:      de descendente na verdade
346 Alana:      a
347 Hayao:      fora da universidade e aí depois que eu voltei eu
348              quis manter esse contato com a língua né? e aí foi
349              aí que eu (entrei em) contato com a {nome}
350 Alana:      a te entendi
351 Hayao:      e aí durante o primeiro primeiro semestre que eu
352              voltei do Japão isso eu fiz um não digo um curso
353              de professor né? mas eu fiz um curso ã pra pra
354              passar no nível de proficiência N2 né? a de São
355              Paulo da eu acho que era da Fundação Japão de fato
356 Alana:      urrum
357 Hayao:      e aí depois de ter feito esse curso eu eu passei
358              no no na pr- na prova de
359              proficiên[c i a      N2      ]
360 Alana:      [a no nôryoku shiken]

```

FONTE REPRODUÇÃO DE ARQUIVO DA PESQUISA (2019)

Todas as transcrições estão padronizadas em um formato de quatro colunas. A transcrição foi organizada em linhas numeradas na primeira coluna, de modo a facilitar a recuperação de segmentos e a sua referenciação. O produtor da elocução é identificado no início de cada turno na segunda coluna — pelo nome, no caso da pesquisadora entrevistadora, e pelo pseudônimo, no caso do participante entrevistado. Na terceira coluna encontram-se as transcrições das elocuições — essa coluna foi montada de modo que fosse possível ampliar a sua extensão para que depois da transcrição detalhada a numeração das linhas não fosse alterada. Na figura pode ser observada a aplicação de algumas convenções: falas sobrepostas

(linhas 359 e 360), transcrição duvidosa (linha 349), corte abrupto (linha 358), entonação ascendente de interrogação (linha 340), atividades vocais não lexicais (linhas 338, 341, 346), omissão de nome de terceiro mencionado (linha 349). Aproximadamente a cada cinquenta linhas, na quarta coluna, foi incluída informação do marco temporal do início do turno de fala em relação ao arquivo de áudio de modo a facilitar o pareamento da transcrição e do áudio durante a análise dos dados.

### 3.4.1 Segmentação, indexação e análise

A segmentação dos dados é em geral um procedimento que precede a transcrição, pois em virtude da extensão dos eventos interacionais estudados, é raro que seja realizada a transcrição dos registros completos (GARCEZ; BULLA; LODER, 2014, p. 265). Nesta investigação, contudo, optei por transcrever, de maneira simplificada, conforme detalhado na seção anterior, a totalidade dos registros feitos antes lidar com a segmentação. Encerrada essa tarefa, já então bastante familiarizada com os dados, retornei, para não perdê-los de vista, às perguntas e aos objetivos da pesquisa e passei a trabalhar com os dados, organizando-os em segmentos que me permitissem iniciar a análise. Visava realizar uma indexação analítica, aquela que “vem da interpretação e reflexão sobre o significado”<sup>152</sup> (RICHARDS, 2015, p. 112). Nesse tipo de indexação, “ao invés de apenas armazenar informação ou nomear o tópico do texto, vocês está considerando os sentido em contexto”<sup>153</sup> (RICHARDS, 2015, p. 112).

Li e reli as transcrições, às vezes pareando a leitura com a gravação para não perder de vista os aspectos interacionais que não estavam contemplados na transcrição simplificada. Seguindo o conselho de Lyn Richards (2015, p. 89), passei a destacar aquilo que dos dados me parecia interessante: me perguntava “por que isso é interessante?” e registrava a resposta em comentário agregado ao segmento. Então me perguntava: “por que isso me interessa?” ou “por que a minha investigação pode se beneficiar disso?” Daí passava a relacionar segmentos a

---

<sup>152</sup> *comes from interpretation and reflection on meaning*

<sup>153</sup> *Rather than just store information or name the topic of the text, you are considering the meanings in context*

categorias. Em termos de categorias, eu tinha um ponto de partida. Com base nas perguntas e nos objetivos da pesquisa, delineei categorias amplas relacionadas ao que me interessava encontrar nos dados. Essas categorias iniciais eram amplas o suficiente para que eu não gerasse um número inadministrável de categorias e também amplas o suficiente para me permitir refiná-las conforme os dados mostrassem necessário. A figura 3, abaixo, ilustra as categorias que foram o ponto de partida da indexação.

**FIGURA 3** CATEGORIAS INICIAIS DE INDEXAÇÃO



FONTE ELABORADO PELA AUTORA (2019)

Inicialmente codifiquei segmentos por cores diretamente nos arquivos das transcrições, o que facilitava a revisão dos destaques conforme as leituras interpretativas dos dados indicavam necessário. Conforme fui definindo os segmentos de dados com os quais trabalharia mais diretamente, criei novos documentos nos quais os agrupei pelas categoriais gerais.

### 3.4.2 Redação do relatório

Esse relatório observa um critério fundamental da investigação interpretativa: permitir que leitoras e leitores sejam coanalistas dos dados. Partindo do princípio de que a pesquisadora deseja que seus pares possam avaliar qualitativamente as asserções que está fazendo, é essencial que algumas medidas sejam tomadas em termos de *apresentação dos dados*.

Recorro mais uma vez a Potter e Hepburn (2012) e à sua discussão a respeito de medidas que podem ser tomadas em direção à qualificação de investigações baseadas em entrevistas. Os autores sugerem quatro estratégias:

(a) *A explicitação dos trâmites do recrutamento do participante*, já que potencialmente conseqüente ao comportamento do participante durante a entrevista é aquilo que ele previamente obteve de informações a respeito dos objetivos da pesquisa e da expectativa quanto à sua participação. Creio que o recrutamento dos participantes detalhado na seção 3.2 acima tenha seguido essa orientação.

(b) *O papel ativo do entrevistador deve ser incluído na apresentação dos dados*, pois sua omissão “tem o efeito de enquadrar a fala como um pronunciamento abstrato [...]; ela não é enquadrada como uma resposta específica a uma pergunta específica feita por um entrevistador específico”<sup>154</sup> (POTTER; HEPBURN, 2012, p. 558). Por esse motivo, os excertos de segmentos de dados apresentados no capítulo de análise deste relatório não omitem a participação da entrevistadora-pesquisadora no evento interacional.

(c) *Para que as falas sejam representadas de modo que as ações sejam capturadas*, evitamos a apresentação de um bloco de fala transformada em sentenças gramaticais que utilizam convenções de pontuação e que omitem, por exemplo, vocalizações não lexicais do entrevistador, tornando opacas as ações interacionais em jogo na construção das respostas. Se existem elementos da fala que são possivelmente relevantes na construção da interação, eles terão sido potencialmente relevantes para a construção de sentidos durante a entrevista e deverão ser ao menos em parte disponibilizados aos leitores.

(d) A transcrição dos elementos relevantes da interação também possibilita a prática de *associar observações analíticas a pontos específicos da entrevista*, potencialmente evitando a análise estritamente conteudista. Conforme Potter e Hepburn (2012, p. 561):

---

<sup>154</sup> *has the effect of framing the talk as an abstract pronouncement [...]; it is not framed as a specific answer to a specific question put by a specific interviewer.*

A transcrição jeffersoniana completa revela a natureza de construção conjunta e socialmente engajada daquilo que ocorre nas entrevistas, inclusive a íntima dependência daquilo que o entrevistado diz com o desenho da pergunta do entrevistador e a forma como ele a coloca em todas as suas especificidades.<sup>155</sup>

Os excertos de segmentos de dados apresentados neste trabalho foram transcritos conforme as convenções Jefferson de transcrição, demonstradas no quadro 4, abaixo.

---

<sup>155</sup> *The full Jeffersonian transcript drags into the open the jointly constructed, socially engaged nature of what is going on in interviews, including the close dependence of what the interviewee says on the interviewer's question design and delivery in all its specifics.*

**QUADRO 4** CONVENÇÕES JEFFERSON DE TRANSCRIÇÃO

.	(ponto final)	entonação descendente
?	(ponto de interrogação)	entonação ascendente
,	(vírgula)	entonação de continuidade
↑	(seta para cima)	mais agudo
↓	(seta para baixo)	mais grave
palav-	(hífen)	marca de corte abrupto
pala::vra	(dois pontos)	prolongamento do som (maior duração)
<u>palavra</u>	(sublinhado)	sílaba ou palavra enfatizada
PALAVRA	(maiúsculas)	intensidade maior (“volume” alto)
°palavra°	(sinais de graus)	intensidade menor (“volume” baixo)
>palavra<	(sinais de maior do que e menor do que)	fala acelerada
<palavra>	(sinais de menor do que e maior do que)	fala desacelerada
h h	(série de h's)	aspiração ou riso
.h	(h's precedidos de pontos)	inspiração audível
=	(sinais de igual)	elocuições contíguas, sem intervalo
[ ]	(colchetes)	início e fim de falas simultâneas/ sobrepostas
(2,4)	(números entre parênteses)	medida de silêncio (em segundos e décimos de segundos)
(.)	(ponto entre parênteses)	micropausa de até 2/10 de segundo
( )	(parênteses vazios)	fala que não pôde ser transcrita
(palavra)	(segmento de fala entre parênteses)	transcrição duvidosa
((olha para baixo))	(parênteses duplos)	descrição de atividade não vocal

FONTE GARCEZ, BULLA E LODER (2014, p. 272)

A transcrição completa de acordo com as convenções acima demonstradas foi realizada durante a etapa de redação de relatório apenas com os excertos de segmentos de dados selecionados para nele serem apresentados. Considerando que a descrição de atividades não vocais é mais comumente utilizada quando se trabalha com dados audiovisuais, o que não foi o caso desta pesquisa, apenas foi possível incluí-la quando anotações no diário de campo indicavam explicitamente o momento em que alguma ocorreu. Os silêncios e micropausas foram identificados e

medidos através de ferramentas da versão gratuita do software *ExpressScribe*. As transcrições completas foram armazenadas em arquivos separados daqueles que contêm as transcrições em modo simplificada, que foram preliminarmente realizadas com a totalidade dos dados em áudio provenientes das entrevistas. Planeja-se, como etapa posterior, realizar a transcrição completa do restante dos dados. Na seção que segue, são apresentados os procedimentos de ética em pesquisa observados.

### 3.5 PROCEDIMENTOS DE ÉTICA EM PESQUISA

Os procedimentos de ética em pesquisa cumpridos por esta investigação estão em conformidade com a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que dispõe sobre “as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes” (CNS, 2016).

Potenciais participantes foram informados sobre “a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, direitos, riscos e potenciais benefícios” (CNS, 2016, Art. 10), bem como informados explicitamente sobre seu direito de recusar-se a participar ou de desistir de sua participação a qualquer momento sem nenhum tipo de prejuízo (CNS, 2016, Art. 9º). Os potenciais participantes foram informados acerca dos riscos decorrentes da participação na pesquisa (inconveniência, desconforto e/ou constrangimentos) e também de que de sua participação não decorreriam benefícios diretos, apenas indiretos na forma de contribuição na produção de conhecimento relevante acadêmico e socialmente. Após terem tido a oportunidade de esclarecer dúvidas e dispor do tempo necessário para tomar uma decisão informada e autônoma, previamente à realização das entrevistas, foi buscada a comunicação do consentimento livre e esclarecido. O consentimento foi registrado por meio escrito através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice C).

O projeto da investigação aqui relatada tramitou pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição a que está vinculada a pesquisadora, obtendo dispensa de

tramitação na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa e aprovação em 4 de outubro de 2018.<sup>156</sup>

---

<sup>156</sup> Certificado de Apresentação para Apreciação Ética: 99453018.7.0000.5347. Número do Parecer: 2.938.434.

#### 4 AS IDEOLOGIAS DE LINGUAGEM DE ESTUDANTES MULTILÍNGUES DA UFESUL

Essa investigação partiu da hipótese de que ideologias de linguagem voltadas para a valorização do multilinguismo estariam mais salientes do que ideologias de linguagem voltadas para a valorização do monolinguismo. Essa expectativa pôde ser confirmada. No entanto, Entretanto, algumas dúvidas foram levantadas no que diz respeito às concepções de multilinguismo e às ideologias de linguagem que orientam a valorização e a promoção do multilinguismo e da diversidade linguística nos termos da arena discursiva, política e de ação que denominei *retórica da diversidade linguística*. As questões levantadas não objetivam fazer oposição às ações que visam à valorização e à promoção do multilinguismo, mas dar um passo na direção do entendimento sobre como os atores potencialmente por elas atingidos de fato administram seus repertórios linguísticos e suas práticas de linguagem; uma vez que é “fundamental que as pessoas — cujas línguas são alvo das políticas de preservação — sejam indagadas a respeito dos significados locais que elas atribuem a direitos linguísticos” (SEVERO, 2016, p. 201).

Como um todo, as asserções apresentadas neste capítulo têm como referência a distinção proposta por Heller e Duchêne (2012) — e abordada no capítulo teórico deste relatório — entre *discursos de orgulho* e *discursos de lucro*. A distinção tem potencial para explicitar didaticamente as contradições linguístico-ideológicas dos difusos entrelaçamentos produzidos pelo encontro da primeira com a segunda modernidade. A primeira seção deste capítulo trata das concepções de multilinguismo dos participantes da pesquisa (4.1). A segunda, de indícios de ideologias de linguagem de mercantilização de repertórios linguísticos (4.2). A terceira seção trata de como *discursos de orgulho* podem estar sendo reconfigurados sob as condições da modernidade recente (4.3). Os dados apresentados estão interpretativamente elaborados e não almejam produzir generalizações a respeito da totalidade de estudantes multilíngues da UFESUL ou da totalidade dos participantes da pesquisa.

#### 4.1 CONCEPÇÕES DE MULTILINGUISMO

Nessa seção são apresentados interpretativamente dados que informam a respeito das concepções de multilinguismo dos participantes da pesquisa, cidadãos com repertórios linguísticos multilíngues estudantes da UFESUL. Os dados apontam que ideologias de linguagem nacionalistas — aquelas que equalizam “um povo”, “um território” e “uma língua” — não são determinantes dos sentidos que pessoas com repertórios linguísticos multilíngues podem atribuir a suas práticas de linguagem e a seus repertórios; isto é, a “seus multilinguismos”. Pude perceber que a concepção moderna de língua compete com discursos que corroboram a ideia de *repertórios* — mais fluidos do que rígidos ou permanentes; menos previsíveis em relação àquilo que seríamos tentados a pressupor em virtude de possíveis pertencimentos étnicos, identitários, territoriais. Conquanto ideologias de linguagem voltadas para a valorização do multilinguismo estejam em ampla circulação, os dados sinalizam a existência de espaços em que ele pode ser considerado uma condição potencialmente deletéria; caracterizando uma tensão que é gerenciada em orientação às vezes a necessidades imediatas e às vezes a necessidades de longo prazo.

Iniciando a argumentação, apresento Bolívar, um jovem que se mudou de Lima (Peru) para o Brasil aos 18 anos para cursar a graduação através de um convênio entre os governos peruano e brasileiro. Quando o conheci, ele estava com 25 anos e prestes a concluir o primeiro ano do doutorado na área de Economia na UFESUL — tendo já concluído o mestrado na mesma instituição. Ao que me disse ter crescido falando apenas espanhol em casa, o questionei se não haveria muitos falantes da língua quéchua<sup>157</sup> no Peru — projetando sobre Bolívar a minha própria expectativa sobre como é, deveria ou poderia ser a biografia linguística de uma pessoa que nasceu ou cresceu naquele país. Bolívar deixou escapar um som que entendi estar entre a risada e o desdém, explicando que seu entendimento seria contrário ao meu, uma vez que o quéchua estaria “muito ligado a uma questão de preconceito” e que, conforme sua experiência, indicaria, “no Peru”, *atraso* (subdesenvolvimento?). Não me contou em detalhes (talvez sequer soubesse) o quanto de quéchua os avós utilizavam, embora tenha dito que seus pais teriam tido

---

<sup>157</sup> O censo nacional peruano de 2017 informa que 13,9% da população (3.735 milhões de pessoas) com cinco ou mais anos de idade aprendeu o quéchua desde a infância (INEI..., 2018).

o acesso à língua ativamente restringido. Pelo que entendi de sua narrativa, Bolívar também teria tido o acesso ao quéchua gerenciado, em alguma medida, pelos pais, o que, conforme pode ser visto no excerto abaixo, teria resultado em seu *isolamento* da língua (l. 145-147).

#### EXCERTO DE DADO 1 BOLÍVAR 127-151 [...] 182-214

- 127 Alana: ã. (1,4) e: mas, e eles tinham uma: (3,1) ãm  
 128 eles tinham uma preocupação com o que com os filhos  
 129 assim que aprendessem outras lí:nguas ou específico  
 130 que não: (0,4) se preocupassem em aprender  
 131 quéchua de qualquer jeito,  
 132 Bolívar: é na verdade assim ó (0,7) eu tipo enquanto era criança  
 133 assim °( )° criança né? (0,8) e daí tinha pessoas que  
 134 chegavam do interior e eles falavam quéchua algumas  
 135 algumas crianças falavam quéchua  
 136 Alana: urrum  
 137 Bolívar: e daí tipo por curiosidade tu: falava tipo pai tu  
 138 não sabe esse negócio aí? (tipo) †perguntando né?  
 139 >↓o que que eles tavam falando< (0,6) e ele falava tipo  
 140 ah não sei não sei daí eles meio que se fechavam  
 141 sabe? (0,9) eles sabiam que era quéchua, sabiam o quê  
 142 que eles tavam falando mas meus pais por exemplo  
 143 falavam (não) tipo não queriam dar muito  
 144 conhecimento pra mim saber o que que era isso sobre  
 145 o quéchua (1,2) e daí h meio que fui isolado  
 146 dessa: dessa cultura dessa forma de: (0,8) dessa  
 147 língua né?  
 148 Alana: era uma preocupação: (0,4) [perceptível deles]  
 149 Bolívar: °[( )]°  
 150 Alana: que vocês falassem [ficassem no] espanhol?  
 151 Bolívar: [só espanhol]
- [...]
- 182 Alana: e tu tem alguma curiosidade? de saber hm, mais sobre  
 183 essa língua?

184 Bolívar: agora que tô no Brasil hm pra mim não é tipo não é  
185 muito assim é >quer dizer< quando tava na Unila  
186 também (0,8) ( ) tava no segundo ano (0,7) tinha  
187 o curso de: (0,4) extensão que era sobre o quéchua  
188 Alana: hm  
189 Bolívar: e que eram bolivianos >que tavam oferecendo °o curso°<  
190 Alana: ã  
191 Bolívar: e eu achei esquisito assim como se no Peru tipo  
192 pessoas, ninguém dá tipo bola h .h ninguém dá  
193 bola pro quéchua e aqui as pessoas tão  
194 tentando estudar ( ) (na graduação)  
195 Alana: arrã  
196 Bolívar: e eu achava curioso mas nunca tive uma uma vontade  
197 de aprender assim  
198 Alana: [ arrã]  
199 Bolívar: [nunca] me chamou (0,8) <talvez> por questões do emprego  
200 talvez poderia ser que eu faça o quéchua mas (0,9)  
201 Alana: por questões de quê?  
202 Bolívar: emprego  
203 Alana: emprego?  
204 Bolívar: arrã. (0,4) porque por exemplo alguns ministérios  
205 Peru eles tão (0,8) pros pessoal (0,6) tipo: pros  
206 lá no ministros ou: pessoas que trabalham n:a  
207 parte executiva (0,8) ele tem que saber o quéchua  
208 como eu te falei né? foram aprovadas leis  
209 Alana: [ a r r ã ]  
210 Bolívar: [(tanto que)] o pessoal agora é meio que obrigado  
211 ((fazendo sinal de aspas com as mãos))  
212 a aprender o quéchua pra f- fazer parte  
213 dum cargo público  
214 Alana: urrum

A menção de Bolívar ao *isolamento* (l. 145) não aparece acompanhada de algum tipo de lamento. Ainda que a ideia de isolamento possa transmitir uma conotação negativa, a situação parece plenamente justificada há pelo menos duas gerações, uma vez que meio de evitar os posicionamentos sociais que o uso do quéchua poderia indiciar ou produzir. O reconhecimento de que teria sido “privado”

de um aspecto que o conectaria a uma reivindicável ancestralidade (no sentido estrito, familiar; ou no sentido amplo, de coletividades de povos originários) não parece estar acompanhado do desejo de reivindicá-la de fato — não em termos de linguagem, pelo menos. É verdade que desde o primeiro contato, por meio de mensagens instantâneas digitais, antes mesmo de nos conhecermos pessoalmente, Bolívar havia me alertado de que seria muito direto em suas respostas, e que provavelmente a entrevista com ele não duraria o tempo que informei como duração média (uma hora). Digo isso porque uma possibilidade seria a de que Bolívar simplesmente não tinha disposição para desenvolver o assunto, ou mesmo, como uma pessoa que se identifica como homem conversando com uma pessoa estranha que se identifica como mulher, poderia não se sentir confortável para falar sobre um tópico que o colocasse, em alguma medida, talvez em posição de vulnerabilidade. Bolívar, contudo, não pareceu hesitar em discorrer sobre a (não) relação de seu núcleo familiar com o quéchua, nem em dar exemplos que buscavam suportar suas colocações acerca do preconceito que, em sua experiência, circundaria seu uso — ora mencionando Lima, ora mencionando o Peru como espaço de atuação dessas ideologias de linguagem.

De toda sorte, ainda insisto, perguntando se ele tem curiosidade de saber mais sobre o quéchua (l. 182). Novamente aparece no discurso de Bolívar a ideia do desprestígio que circunda a língua naquele que seria seu “território natural”, isto é, o Peru (l. 191-193); a ponto de se tornar curiosa a iniciativa de um curso de extensão *sobre o quéchua* oferecido na instituição brasileira de ensino superior onde cursou a graduação (l. 185-191).

Nas linhas 199-200 do excerto acima, pode-se acompanhar Bolívar ponderando que talvez *por questões de emprego* venha a aprender quéchua. Tomei seu turno (l. 201), aproveitando uma pausa, solicitando esclarecimento, pois não havia entendido a palavra “emprego”. A seguir (l. 204) ele retomou o assunto — cumpre notar que não necessariamente dando continuidade à mesma ideia que se formava quando tomei o turno de fala. Explicou por que *questões de emprego* seria motivo potencial para produzir nele interesse — ora inexistente ou adormecido — pela língua quéchua: caso retorne ao Peru, poderia se encontrar *obrigado* a aprender (l. 210-213), em virtude da recente implementação de políticas linguísticas

estatais peruanas.<sup>158</sup> Não surge em seu discurso os tópicos que tipicamente justificam a implementação desse tipo de política, como questões de direitos humanos linguísticos e de autodeterminação cultural de populações tradicionais. Não procuro afirmar que Bolívar seria contrário ou indiferente a essas questões, nem que políticas linguísticas estatais direcionadas à garantia de acesso a direitos a pessoas com repertórios linguísticos diversos não podem ter impacto positivo. Bolívar, contudo, apesar de, em teoria, ter garantida por lei a possibilidade de reivindicar a posição de alguém a quem essas políticas se destinam (seja porque o quéchua esteve presente nas práticas de gerações anteriores de sua família, seja porque “peruano”, uma vez que ele mesmo parece identificar o Peru como o, ou um, território do quéchua), não me pareceu particularmente interessado em reivindicá-la.

Isto é: para Bolívar especificamente, *obrigado entre aspas* a aprender quéchua talvez signifique, antes de qualquer coisa, melhores oportunidades laborais dentro do universo de carreira que projeta e/ou que sua formação oferece — uma vez que vinha se especializando na área de desenvolvimento rural e trabalhando com questões de cadeias produtivas envolvendo pequenos produtores, é natural que tenha em vista o serviço público, ou o trabalho no terceiro setor, frequentemente ligado à gestão estatal. Entretanto, em seu discurso transparece a ideia de que o quéchua poderia vir a tornar-se parte de seu repertório apenas caso retorne ao Peru; já que, em outro momento da entrevista, quando menciona a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) como outra possibilidade de carreira, o que entra em pauta é que o inglês esteja suficientemente incorporado a seu repertório. Bolívar é um jovem orientado para a mobilidade: desejava sair do Peru; o Brasil não necessariamente figurava em seus planos como destino preferencial, mas foi o destino que convênios em operação ofereciam — sequer sabia em qual universidade estudaria até o dia em que chegou. Regressar ao Peru após a conclusão do doutorado não estava, quando conversamos, em sua lista de prioridades.

Bolívar, um cidadão peruano multilíngue em situação de mobilidade, não parece gerenciar seu repertório em orientação a reivindicações possíveis de identidade e ancestralidade. Sua concepção de multilinguismo se afasta do

---

<sup>158</sup> O Decreto Supremo 005-2017-MC instituiu a *Política Nacional de Lenguas Originarias, Tradición Oral e Interculturalidad*, instrumento de orientação estratégica no que diz respeito a línguas indígenas ou originárias cujo objetivo principal é a garantia dos direitos linguísticos daqueles que falam línguas indígenas ou originárias em território peruano (PERU, 2017).

enquadramento dos *discursos de orgulho* e de discursos alinhados com a *retórica da diversidade linguística*; logo, sua declarada condição de *isolamento* da língua quéchuwa não aparenta ser um problema para ele em termos de sua construção identitária. Mesmo tendo tido a oportunidade de incorporar quéchuwa a seu repertório durante a graduação, apenas chega a considerar essa possibilidade caso se depare com uma condição de obrigatoriedade vinculada a oportunidades laborais.

O caso de Bolívar é central para o argumento de que ideologias de linguagem que produzem *a priori* a relação entre um sujeito e um repertório linguístico determinado não encontram necessário respaldo nas ideologias de linguagem dos próprios sujeitos. O fato de que ele chega a ter o *direito* (garantido pelas políticas linguísticas estatais explícitas) e a *oportunidade* de se apropriar de um repertório que historicamente lhe “pertence” (oportunidade que, curiosamente, teve no Brasil) não se traduz na possibilidade de pressupor que o exercício desse direito ou o proveito dessa oportunidade sejam prioridades para Bolívar. Quando tentei prever uma característica de seu repertório em virtude do que sabia sobre sua territorialidade e em virtude das minhas próprias ideologias de linguagem, fui infeliz.

Também cheguei até Kaliay, uma brasileira filha de mãe libanesa e pai nascido no Brasil — filho de um migrante libanês e de uma brasileira filha de migrantes italianos —, com pressuposições acerca da configuração de seu repertório. Fui confrontada, contudo, com o regime linguístico-ideológico de uma família brasileiro-libanesa que me pareceu privilegiar o gerenciamento de repertórios e práticas linguísticas em orientação a necessidades práticas. Kaliay tinha 24 anos quando nos conhecemos. É a mais velha de cinco irmãos. Sobre seu repertório linguístico e suas práticas de linguagem, ela falou em termos de *pausas*, frequentemente em orientação a decisões tomadas em conjunto pelo grupo familiar.

A primeira *pausa* veio ainda na primeira infância: Kaliay me contou que até os dois anos de idade comunicava-se apenas em árabe — mencionando com ênfase a relação próxima e de “muito apego” à mãe e ao avô paterno, as duas pessoas do núcleo familiar que são “direto do Líbano” (como ela mesma disse). Kaliay ora atribui ao pai, ora ao pai e à mãe, a ideia de que ela deveria estar falando português antes de alcançar idade escolar. Esse teria sido o gancho para que o português passasse a ser, pela mãe (que entendi ser com quem ela passava a maior parte do tempo), introduzido no cotidiano doméstico. O árabe, a partir daí, conforme me disse, teria sido *meio que pausado* (l. 1199 e 1202). O excerto de dado abaixo apresenta uma

sequência de interação em que em esse tópico aparece, complementada por outro trecho no qual Kaliay contou que, em 2005, aos onze anos de idade, a família decidiu passar uma temporada no Líbano, visando averiguar se se adaptariam a viver lá permanentemente. Teria sido durante esse período que ela e os irmãos, com exceção do mais novo, que ainda não havia nascido, *aprenderam árabe direito* (l. 1226).

#### EXCERTO DE DADO 2 KALIAY 1195-1212 [...] 1220-1234

1195 Alana: e: (0,5) e daí tá daí o teu pai teve essa  
 1196 preocupação né? de tu:: (0,3) [porque de]pois  
 1197 Kaliay: [AÍ a ge-]  
 1198 Alana: tu poderia ter dificuldade na escola.=  
 1199 Kaliay: =°isso° aí o árabe foi meio que pausado (0,6)  
 1200 entendeu? isso a minha irmã já tinha nascido  
 1201 >porque eu e minha irmã tem dois anos de de diferença<  
 1202 então tipo, o árabe foi meio que pausado em casa,  
 1203 tipo era assim era um momento que a gente via um  
 1204 filme em árabe que todo mundo sentava e via  
 1205 aquele filme que eu não entendia nada mas eu  
 1206 ficava ali ↑porque >aquela filme tava acontecendo  
 1207 e tava todo mundo querendo assistir aquele  
 1208 filme<, ↓que os meus pais entendiam entendeu?  
 1209 então era- era isso, que ficava e uma  
 1210 palavra tipo ÁGUA=  
 1211 Alana: =e daí tu já tinha meio que esquecido.  
 1212 Kaliay: É. daí pausamos aí em dois- em aí 2005 a gente foi  
 [...]

1220 Alana: [ 2005 ] tu tinha o que uns (0,4) 12 13 anos?  
 1221 Kaliay: i:sso 11. (0,4) eu tinha 11 11 pra 12. .h e daí a  
 1222 gente decidiu fica- a: ficar esses oito meses lá né?  
 1223 meus pais levaram nós, meu irmãozinho ainda não era  
 1224 nascido né? >°( ) nem pensava em ser nascido ainda  
 1225 ( )°< .h e daí a gente: ficou oito meses daí que  
 1226 nós aprendemos o árabe direito. (0,5) né? foi aí que  
 1227 a gente aprendeu realmente entendeu? porque antes a  
 1228 gente falava algumas pala:vras, >porque tipo< .h  
 1229 ficou aquele vácuo sabe? aquele espaço enorme



estudado lá apenas entre 2014 e 2016, quando decidiu retornar ao Brasil para concluir a graduação, Kaliay fala do lugar de alguém plenamente partícipe desse espaço.

Seu irmão mais novo tinha um ano de idade quando essa residência foi estabelecida. Um tempo depois, por recomendação médica, a família se encontrou, conforme Kaliay, novamente na tarefa de *pausar* uma língua tendo em vista necessidades de um dos membros.

### EXCERTO DE DADO 3 KALIAY 805-822 [...] 849-865

805 Kaliay: é: porque ele foi lá com um ano já, (0,4) então a gente:  
 806 parou de: porque o meu irmão tem um: pouquinho de  
 807 autismo né? (0,9) e daí então ↓meu irmãozinho esse ↑então  
 808 a gente parou de misturar tantas línguas (0,8) porque  
 809 isso tava confundindo a cabeça dele (0,3) ele não tava  
 810 entendendo o que tava acontecendo entendeu? porque  
 811 tipo o meu irmão el- como é que eu vou te explicar  
 812 né? que a pessoa tem que sabe:r tipo e- ele não  
 813 sabia como as coisas funcionavam entendeu?  
 814 por exemplo ele não sabia que ele tinha que chegar em  
 815 casa abrir a porta e fechar a porta entendeu? ele  
 816 não tinha essa noção da da continuidade das coisas  
 817 pra quê que u:sa um garfo pra quê eu u:sa [u m a]  
 818 Alana: [urrum]  
 819 Kaliay: é essas ( ) questão de de saber de  
 820 vocabulário de fala o meu irmãozinho não tinha, (0,5) ele  
 821 demorou muito pra aprender a falar  
 822 Alana: Urrum

[...]

849 Kaliay: meu irmão tinha esse esse nível muito baixo de  
 850 autismo então essas coisas que ele tinha que ser  
 851 ensinado entendeu? então não é- ã: desde então que  
 852 a gente descobriu que isso mudou tudo a dinâmica  
 853 em casa tipo da fala dã- de- tipo da língua por  
 854 exemplo que como o meu irmão demorou muito pra  
 855 fala:r a gente quê que a gente fez lá no Líbano né?  
 856 a gente pausou ara- o a o português, com ele, e:  
 857 escolheu como ele vai ficar >tipo assim< a gente

858 pensou vai ficar lá a criança né? vai estudar lá  
 859 né? então vamos pausar (0,3) uma língua mais já que essa  
 860 língua tá atra- esse essa multi: né? falas aí tá  
 861 atrapalhando ele porque ele não tava tendo essa  
 862 noção sabe? tipo, ↑de saber as c- ele não sabia as  
 863 coisas entendeu? ele não falava meu irmão não  
 864 falava nada, ↓até dois anos e meio três anos ele não  
 865 falava >uma palavra<

A identificação de que o caçula da família estaria no espectro do autismo teria produzido uma nova dinâmica de práticas de linguagem no ambiente doméstico. Segundo orientação médica, essas *multi falas* (l. 860) estariam atrapalhando o desenvolvimento comunicativo do irmão mais novo de Kaliay. Como ferramenta possível para contornar a situação, segundo a narrativa de Kaliay, a família *pausou* o português na casa do Líbano (l. 855-860), onde o menino reside e permanecerá residindo (l. 858-859). A decisão teria sido tomada tendo em vista um evidente aspecto prático: é lá que ele vai viver e estudar; portanto, o desenvolvimento de seu repertório em árabe tem maior relevância. Não aparece, ao longo do tópico, que se estende por muito mais tempo do que o excerto apresentado poderia fazer crer, a decisão de *pausar* o português como uma decisão que tenha sido difícil para a família. Quando ela contou do momento em que o irmão começou a apresentar melhoras e então puderam “reintroduzir” outras práticas, pressupus que ela mencionaria o português; mas me disse que a prioridade foi introduzir, junto ao árabe, o inglês (a outra língua que ele desenvolverá na escola). É possível que Kaliay tenha ela mesma priorizado mencionar o inglês porque, em resposta ao enquadramento da minha “pesquisa sobre multilinguismo”, falar sobre práticas de linguagem em português seria menos relevante. No entanto, durante a entrevista, Kaliay me mostrou alguns vídeos do irmão interagindo com a família. Orgulhosa, ela comentava como aqueles vídeos demonstravam os avanços em termos de comunicação que o irmão vinha fazendo, comparando o comportamento que ali aparecia com o comportamento anterior às mudanças que fizeram nas práticas de linguagem domésticas. Nos vídeos, a família aparecia interagindo em árabe enquanto o menino cantava em língua inglesa uma música da cantora Shakira.

Nesse núcleo familiar transnacional, o multilinguismo parece concebido como um conjunto de práticas fluidas e gerenciáveis. Na infância de Kaliay, o português

teria sido privilegiado nas práticas de linguagem domésticas visando necessidades mais imediatas; da mesma maneira que, inversamente, a família teria passado a privilegiar o árabe nas práticas cotidianas da residência que mantém no Líbano visando necessidades imediatas do caçula. Não parece, durante a infância de Kaliay e dos irmãos mais velhos, ter se sobressaído a ideia de que o privilégio a práticas comunicativas familiares em árabe fosse fundamental como meio de manutenção das identidades étnicas ou filiações culturais e religiosas da família. Ele foi *pausado* e *retomado* quando se tornou necessário. Observada a reserva que mencionei no final do parágrafo anterior, não há indicação, na fala de Kaliay, de que a família estaria necessariamente planejando manter o português ativo em seus repertórios, como indicaria o privilégio ao inglês como o conjunto de itens comunicativos mais necessários ao caçula após o árabe. Kaliay apenas mencionou uma potencial vantagem profissional em virtude de acordos comerciais entre Líbano e Brasil. Essa família não obedece às expectativas que poderiam ser projetadas sobre uma “família libanesa” no Brasil ou uma “família brasileira” no Líbano no contexto de ideologias de linguagem modernas acerca de práticas de linguagem em situações de migração.

Proponho que os repertórios linguísticos de Bolívar e Kaliay são por eles concebidos e experienciados como fluidos e manejáveis, não correspondendo sequer às expectativas de previsibilidade e estabilidade que eu, como pesquisadora, talvez tenha tido quando os encaixei em determinados perfis de participantes. Ademais, a situação apresentada acima, acerca do possível prejuízo que práticas linguísticas familiares híbridas estariam causando ao desenvolvimento comunicativo do irmão mais novo de Kaliay, contrasta com um discurso que não apareceu nos meus dados, mas que circula amplamente em arenas discursivas especializadas e não especializadas: um de que o “bilinguismo” ou o “multilinguismo” teria, conforme experimentos conduzidos por mais de um grupo de pesquisadores, o potencial benefício de retardar sintomas do Mal de Alzheimer (e. g. FALAR..., 2012; SHUTE, 2013; SPEAKING..., 2017; VOCÊ..., 2017). Se a promoção e a valorização do multilinguismo estão na ordem do dia, cabe lembrar que ainda há espaços em que a condição multilíngue pode ser considerada potencialmente deletéria, e por essa faceta pode ser experienciada pelos sujeitos. Esse é um campo em que tomam protagonismo as tensões entre ideologias de linguagem modernas e ideologias de linguagem pós-nacionais de valorização do multilinguismo.

Para argumentar nesse sentido, mobilizo as narrativas de experiências e práticas de Jacques, estudante de licenciatura em História que migrou do Haiti para o Brasil com visto humanitário em 2016. Quando nos conhecemos, ele tinha 26 anos e estava conciliando suas atividades na UFESUL — à época majoritariamente preparatórias para o exame Celpe-Bras (requisito da sua modalidade de ingresso) — e o trabalho em uma rede de supermercados. Ainda na parte inicial da entrevista, após um período me explicando as divisões dialetais do crioulo haitiano no Haiti e as ideologias de linguagem acionadas pelas marcas do crioulo haitiano identificadas com aquele majoritariamente falado no Oeste, sua região de origem, pergunto a Jacques de que línguas ele se considera falante. Seu repertório linguístico está composto por itens do crioulo haitiano, do francês, do inglês e do português. Ele hesitou um pouco em dizer que seria falante de português, na forma de uma modalização: “e português *eu acho*”. Após esse momento, comentei: *bastante línguas né?* (l. 574). Esse comentário gerou o segmento de conversa abaixo:

#### EXCERTO DE DADO 4 JACQUES 574-599

- 574 Alana: bastante línguas né?
- 575 Jacques: é
- 576 Alana: h h h=
- 577 Jacques: =também eu acho que dá: (0,6) pro↑blema também
- 578 Alana: ↑por quê?
- 579 Jacques: é porque: (0,6) enquanto eu tô falando sempre: sai
- 580 um: uma palavra de: de .h cada uma das=
- 581 Alana: =A:
- 582 Jacques: depende da pessoa tô fa↓lando, >por exemplo< (1,0) por
- 583 exemplo: tô aqui: no Brasil
- 584 Alana: Hm
- 585 Jacques: eu não vou falar co:m um eu não vou falar com um
- 586 brasileiro sair na: (.) na minha boca uma palavra da
- 587 minha língua (0,7) nem inglês, (0,4) mas (.) quando
- 588 tô falando por exemplo com haitiano sempre tem uma
- 589 língua francês (1,2) um um uma palavra francês
- 590 Alana: [( )]
- 591 Jacques: [( )] inglê:s ( ) inglês por exemplo (0,8)
- 592 °sai da minha boca°

593 Alana: mas=  
 594 Jacques: =[é que]  
 595 Alana: [ t u ] acha isso um problema?  
 596 Jacques: >eu acho que sim<=  
 597 Alana: =>↑por quê?<  
 598 Jacques: porque: (1,2) pode prejudica:r a com- a: (0,4)  
 599 compreensão do: interlo- interlocutor

Jacques mencionou com todas as letras que seu repertório linguístico multilíngue *dá problema também* (l. 577). Conforme relatou, quando entre haitianos, a prática corrente seria utilizar todos os recursos compartilhados disponíveis (l. 588-592); contudo, nas situações comunicativas com brasileiros — situações correntes em diversos domínios cotidianos seus —, disse que precisa monitorar sua fala, para que *não saia de sua boca* palavras que não sejam reconhecidas como português (l. 585-587). Quando questiono o porquê de ele achar isso um problema (l. 595-597), sua resposta, precedida de uma pausa, parece ecoar um discurso de aulas de língua adicional: *porque pode prejudicar a compreensão do interlocutor* (l. 598-599). A resposta de Jacques é perfeitamente lógica: sabemos que utilizar itens comunicativos não compartilhados com nosso interlocutor pode chegar a dificultar a intercompreensão. Em contrapartida, sabemos que diversas estratégias de comunicação são possíveis para contornar esse tipo de situação, desde que estejamos diante de um interlocutor cooperativo. Jacques e eu nos comunicamos sempre por meio do que entendemos tratar-se de português, seja por mensagens instantâneas eletrônicas escritas, seja em nossas interações presenciais. As pausas que ele eventualmente produz (conforme o excerto de transcrição acima) não me parecem incomuns para o evento interacional entrevista, no qual os participantes estão possivelmente monitorando o conteúdo de suas falas para atender às minhas expectativas.

Por que outros participantes contaram que utilizar, na mesma elocução, itens reconhecidos como pertencentes a diferentes línguas nomeadas é uma ferramenta que amplia suas possibilidades comunicativas, mas, para Jacques, o mesmo comportamento configura um problema? Ele cita até mesmo palavras em inglês (l. 587) como itens que também não podem sair de sua boca ao conversar com brasileiros, prática que em diversos contextos indicia status e acúmulo de capital

cultural daquele que fala. Na seção 3.3, na qual tratei do trabalho de campo, foi relatado o momento delicado da entrevista com Jacques em que narrou as situações de preconceito por que passa em virtude do que chamou o *sotaque* de que seu português estaria carregado. No universo multilíngue de Jacques, o conflito central não estaria em *perder* ou *manter* línguas; mas sim em adequar suas práticas de linguagem às expectativas sociais conformadas por ideologias de linguagem modernas, segundo as quais um repertório é composto por conjuntos de itens definidos e distintos entre si (línguas nomeadas) que não devem ser acionados concomitantemente. Nas palavras daqueles que monitoram as práticas de linguagem de Jacques: “Vai aprender a falar português direito!” (DIÁRIO DE CAMPO, 16/11/2018).

As concepções de multilinguismo dos participantes aqui apresentados não são, claro, uniformes; mas em geral apontam mais na direção de um universo de práticas do que de um universo de conformação à posse plena de determinados conjuntos de itens. O que sobressai como mais relevante a esses participantes quando conversando sobre seus repertórios linguísticos é a possibilidade de acioná-los, modificá-los e gerenciá-los conforme situações se apresentam. Não parece haver uma tensão, especialmente nos casos de Bolívar e de Kaliay, quanto ao que é entendido como “abandono” de itens de repertório que seriam seus por direito ou por natureza, ou por pressuposição externa (inclusive a minha) acerca de seus pertencimentos identitários, étnicos ou culturais. Parece, entretanto, haver tensão entre a promoção de direitos linguísticos e as expectativas gerais de exercício desses direitos. Garanti-los não pressupõe que os atores se entendam no dever de exercê-los.

No processo de transição da hegemonia de ideologias de monolinguismo para ideologias de linguagem de valorização do multilinguismo, uma tensão central parece residir nas condições em que repertórios linguísticos multilíngues podem ser de fato valorizados ou não. A composição multilíngue de repertórios não está dissociada de necessidades efetivas que as pessoas têm de desempenhar ações no mundo e de acessar recursos de que necessitam para (sobre)viver. Esse acesso pode estar condicionado à ampliação dos recursos dos repertórios; mas também à conformação desse repertório a expectativas de performance relacionadas à concepção moderna de língua.

## 4.2 “NO MERCADO DE TRABALHO O MEU FILHO TÁ NA TUA FRENTE”: IDEOLOGIAS DE MERCANTILIZAÇÃO DE REPERTÓRIOS

Nessa seção são apresentados interpretativamente dados que tratam de ideologias de linguagem que enquadram repertórios linguísticos multilíngues em termos de mercantilização e de mercado de trabalho. Em relação ao contexto do universo da pesquisa, pode-se dizer que, sim, circulam ideologias de linguagem que favorecem o enquadramento de repertórios linguísticos em termos explicitamente econômicos — ou, conforme cunharam Heller e Duchêne (2012), em *discursos de lucro*, que são a contraparte (mas não os substituem por completo) dos *discursos de orgulho*. No entanto, como veremos a seguir, essas ideologias conformam modos de ação distintos, que não informam a respeito de diferentes dimensões que as compõem.

Um dos objetivos dessa investigação foi verificar a existência de sinais de mercantilização de repertórios linguísticos. Logo, enquanto algo que estive *procurando*, também os participantes sabiam disso: ou diretamente através de nossas conversas preliminares acerca da pesquisa, ou indiretamente através do próprio direcionamento que eu dava às entrevistas, pois perguntava explicitamente sobre, por exemplo, práticas linguísticas no trabalho e sobre repertório linguístico no currículo. Esse meu interesse é provável que tenha ficado particularmente evidente nas entrevistas com estudantes da UFESUL que ainda não estavam de fato inseridos no mercado de trabalho convencional — a maior parte —, uma vez que a conversa entrava no universo da conjectura, e não das experiências.

No entanto, discursos que enquadram repertórios linguísticos em termos explicitamente econômicos surgiram também em momentos das interações em que “trabalho” não se colocava como tópico central. É o caso do trecho de conversa reproduzida no excerto abaixo, de entrevista com Marcos Hayao, estudante de Matemática cujos avós migraram do Japão para o Brasil:

### EXCERTO DE DADO 5 HAYAO 572-598

573 Alana: ã: (0,3) tem algum: (1,4) algum momento da tua vida que  
574 tu: (1,9) uma situação que te parece (.) que é bom  
575 demonstrar que tu tem (.) >conhecimento< de outra ↑língua?

- 576 Hayao: hm: na área profissional
- 577 Alana: a é?
- 578 Hayao: é. bom eu, ensino japonês né? então h h
- 579 Alana: h h [ h h h ]
- 580 Hayao: [é importante eu] mostrar que eu s- eu domino a
- 581 língua (.) né? (0,6) ma:s (.) a: fora da: (0,5)
- 582 da área de: (1,2) de professor né? (1,0) ã: muitas:
- 583 (.) ã: tem muitas empresas no Brasil (1,2)
- 584 de origem japonesa °né?°=
- 585 Alana: =urrrum=
- 586 Hayao: =principalmente de: fábricas de ca:rro e (1,3) e:
- 587 (0,4) e afins né? (0,7) elevadores também,
- 588 ar condicio[nados] né? tem
- 589 Alana: [ hm ]
- 590 Hayao: muitas marcas japonesas e: (0,7) <volta e meia:>
- 591 (1,1) ã: eu fico sabendo de: vagas (.) né? ã pra:
- 592 (0,6) pra pessoas pra traBALHAREM nessas empresas
- 593 que tenham um domínio mínimo da língua japonesa °né?°
- 594 Alana: hm
- 595 Hayao: então: (.) é que muitas pessoas me procuram pra ter
- 596 aulas de japonês (0,5) pra: ter oportunidades nessas
- 597 empresas também
- 598 Alana: hm

No segmento da interação do qual o excerto acima foi destacado, falávamos sobre os espaços em que Hayao costumava cotidianamente utilizar o japonês e sobre as práticas de linguagem que mantinha na socialização com seus amigos que, nas palavras dele, seriam *também descendentes*. Nessas situações, seria comum, segundo me contou, a mobilização de itens identificados como do português e como do japonês concomitantemente. Transicionei a conversa, indagando quais seriam as situações nas quais ele considerava que demonstrar conhecimento de outras línguas poderia ser benéfico (l. 573-575). A *área profissional* é a primeira mencionada por Hayao (l. 576). Uma vez que sua atividade profissional é lecionar japonês — tanto num curso de línguas quanto para alunos particulares —, é natural que seu repertório em língua japonesa esteja em evidência e que precise ser

constantemente comprovado (l. 578-581). Hayao prosseguiu mencionando outras possibilidades de relevância profissional para seu repertório (l. 581-597): embora vagas em empresas japonesas que têm como requisito conhecimento de língua japonesa poderiam ser uma possibilidade para ele mesmo, o que Hayao pareceu estar enxergando no momento é que quanto maior a quantidade desse tipo de vagas de emprego, mais alunos ele pode angariar. Hayao se beneficia profissionalmente da expansão transnacional de mercados da era global — e demonstra consideração a esse aspecto. Essas oportunidades profissionais, contudo, apenas são possíveis porque Hayao fez grandes investimentos para que seu repertório em japonês se expandisse para além daquilo que ele chama *japonês da família*.

Segundo relatou, durante a primeira infância, Hayao comunicava-se em japonês e em português. Quando tinha quatro anos, seu núcleo familiar — pai, mãe, irmão (dois anos mais velho) e ele — passou um ano vivendo no Japão. À época de retornar ao Brasil, Hayao e seu irmão teriam já *esquecido* o português (o que ele me contou citando discurso da mãe), ao que os pais teriam tomado a decisão de privilegiar o português em casa visando à adaptação dos filhos à escola. Embora os irmãos tivessem frequentado o que Hayao chamou de “escola japonesa” nos finais de semana, Hayao tomou outras decisões no sentido de ampliar e qualificar seu repertório em japonês. Fez um intercâmbio no Japão, que, conforme me disse, foi essencial para que se tornasse proficiente na escrita em kanji. Ao regressar, também fez um curso intensivo na Fundação Japão, como meio de preparar-se para fazer o exame de proficiência em língua japonesa — no qual havia até então obtido o segundo mais alto nível de certificação. Foi nesse período que se tornou professor de Língua Japonesa.

Hayao me disse que gozava de certo status dentro de *seu meio*, isto é, aquele da *comunidade*<sup>159</sup> de migrantes e descendentes de migrantes japoneses, em virtude

---

<sup>159</sup> Opto aqui por utilizar o termo *comunidade* em consonância à escolha êmica “desse grupo” de fazer autorreferência com *comunidade japonesa*. Penso que nesse caso está em pauta certas territorialidades: a ideia de *comunidade japonesa* pode ser estritamente local — grupo de pessoas com quem Hayao manteria relações próximas e frequentes em virtude de afinidades diversas —; mas também regional — como seria o caso de atividades e discursos que tocam a grupos territorializados em localidades distintas que individualmente podem se identificar como *a comunidade japonesa do local x*, mas que também em determinados momentos podem abrir mão dessa particularização para constituir uma *comunidade japonesa* regionalmente abrangente. Destaco, ainda, que o pertencimento a esses grupos não precisa ser entendido como absoluto, visto que, conforme discutido anteriormente, pertencimentos comunitários podem ser múltiplos e fluidos. Um exemplo disso seriam os “intercambistas japoneses” que estudam por um período na UFESUL e que, conforme Hayao, são

de seu repertório linguístico — mais amplo do que o de outros *descendentes*. Conforme mencionou, uma das suas funções *dentro do meio* seria justamente a de fazer uma ponte entre aqueles membros da sua *comunidade* que se comunicam majoritariamente ou exclusivamente por meio da língua japonesa e aqueles que não podem se comunicar com eles tão efetivamente. Considerando que o japonês já fazia parte plena de seu repertório antes do intercâmbio, seu aperfeiçoamento na escrita e a obtenção de um certificado de proficiência possivelmente não fossem necessários para o exercício dessa função. Ademais, Hayao comentou haver uma diferença entre os recursos do japonês que ele domina, mais próximos do japonês normatizado, e os recursos do japonês obtíveis e circulantes no ambiente doméstico e “comunitário”. O fato de Hayao ter investido em ampliar seu repertório em língua japonesa, inclusive obtendo um tipo de certificação que provavelmente não seria requerida para a garantia de seu status *no meio*, indica que as ambições de Hayao em termos da função de seu repertório extrapolam a “comunicação comunitária”.

Dento do tópico da mercantilização de repertórios linguísticos, os discursos dos participantes da pesquisa frequentemente estão organizados em termos de condições ideais para a efetivação dessa mercantilização (URCIUOLI, 2016), um nível de consciência discursiva (KROSKRITY, 2004) que pode informar a respeito da capilaridade contemporânea dessas ideologias. Não é incomum, e atualmente talvez beire o truísmo, a percepção de que repertórios linguísticos mais diversos potencializam o acesso a oportunidades e recursos que de outro modo seriam menos ou dificilmente acessíveis (e.g. NOVO..., 2017; PORTUGUÊS..., 2018; THE BILINGUAL..., 2018). O imenso mercado de cursos livres de línguas adicionais e de escolas bilíngues está aí para demonstrar isso (e.g. MERCADO..., 2014; VIEIRA, 2019). Argumento, entretanto, que, noutro viés dessa movimentação, está em evidência também o tratamento em termos explicitamente econômicos de recursos linguísticos mais diversos do que aqueles frequentemente mencionados nessa arena discursiva (geralmente “línguas nacionais” identificadas como globalmente relevantes): conjuntos de itens *marcados* (URCIUOLI, 2016) que, no escopo da retórica da universidade linguística, seriam identificados prioritariamente como “elementos de transmissão da cultura e como referências identitárias para os diversos grupos sociais que vivem no país” (BRASIL, 2014, p. 10).

---

geralmente socializados nesses âmbitos da(s) *comunidade(s) japonesa(s)*, tornando-se, ao menos temporariamente, também membros.

É o caso de Ariel, o mais velho de três irmãos filhos de pai e mãe surdos. Quando o conheci, trabalhava em uma das sedes de uma entidade nacional sem fins lucrativos voltada ao trabalho com políticas para pessoas surdas brasileiras. Apesar de não possuir comprovação de que havia concluído algum curso de libras, requisito para a função que viria exercer — o que, conforme me contou, gerou um desconforto durante sua entrevista na seção de recursos humanos da entidade —, sua contratação foi avalizada por uma das chefias do local, que conhecia sua mãe e o havia alertado sobre a existência da vaga, pois filho de surdos e, portanto, fluente em libras. Contudo, conforme comentário de Ariel a respeito de suas primeiras investidas no mercado de trabalho, essa nem sempre foi uma possibilidade:

#### EXCERTO DE DADO 6 ARIEL 1328-1336

1328 Ariel: libras tem no meu currículo <desde> que eu  
 1329 fiz o meu primeiro currículo.  
 1330 Alana: a é?=  
 1331 Ariel: =desde os 16 anos >eu queria conseguir fazer  
 1332 estágio< eu botei lá (.) <fluência libras> a  
 1333 linguagens a tem idiomas? botei, libras.  
 1334 †>a pessoa nem sabia o que que era< †isso foi  
 1335 nove anos atrás né? a vai fazer 10 anos já  
 1336 >vou fazer 26< pu:ta merda

Segundo a narrativa de Ariel, há nove ou dez anos (o que coloca o marco temporal como algo entre 2009-2010), numa situação de entrevista de emprego, *a pessoa nem sabia o que era isso* [libras] (l. 1334). Não seria, portanto, plausível, contar com que esse conjunto de itens de seu repertório pudesse ter valor no mercado de trabalho — e de fato, segundo Ariel, jamais havia tido. Não obstante, a possibilidade de transformar seu repertório linguístico em capital econômico já havia sido por ele vislumbrada antes de uma possível demanda de mercado estar estabelecida. À época da entrevista, entretanto, a sua contribuição para a composição da renda familiar de que dependem sua companheira, seu filho e ele estava diretamente relacionada ao fato de que o repertório linguístico de Ariel inclui libras.

Ariel tem um filho, que estava com dois anos quando nos conhecemos. No final da entrevista, perguntei como ele responderia a alguém que questionasse sua

decisão de criar o filho falando<sup>160</sup> libras (l. 1872-1878) — decisão sobre a qual havíamos conversado no encontro preliminar, quando ele me contou algumas coisas sobre o processo. Ariel imediatamente responde que não há discussão, pois os avós da criança são surdos e isso é motivo suficiente para que a criança aprenda libras (l. 1890-1893) — justificativa que se estenderia, inclusive, ao caso de outros membros da família, menos imediatos, serem surdos. Entretanto, sem maiores provocações, Ariel começa a discutir com a pessoa hipotética que minha pergunta produziu, elaborando a réplica inicial bastante direta (l. 1898-1911):

#### EXCERTO DE DADO 7 ARIEL 1872-1912

- 1872 Alana: tu me disse que tu: tava ã: q- bom tu tem um  
 1873 filho de dois anos né? (2,0) tu me disse que que  
 1874 bom que era uma vontade tua:  
 1875 ele apren[d e: r]  
 1876 Ariel: [libras]  
 1877 Alana: crescer com libras assim né?=  
 1878 Ariel: =sim  
 1879 Alana: e: que tu tá: QUE NÃO TÁ SENDO muito:  
 1880 [ um plano que não tá: ]  
 1881 Ariel: [é tá sendo sendo demorado assim]=  
 1882 Alana: =é:=  
 1883 Ariel: =tá sendo demorado  
 1884 Alana: e: assim: (2,0) se alguém te: se alguém >um dia te  
 1885 questionasse assim< ↓tá meu por que que tu: quer  
 1886 que o teu filho: cresça sabendo libras  
 1887 se ele não é surdo?  
 1888 Ariel: [( )]  
 1889 Alana: [como] é que tu explicaRIA o teu:  
 1890 Ariel: ↓>que o vô e a vó dele são surdos<  
 1891 Alana: o quê?

<sup>160</sup> Descrever a realização de práticas de linguagem em libras inclui o paradoxo de eleger o verbo mais apropriado: *falar* libras, *usar* libras, *fazer* libras? — encontrei, durante o trabalho de campo, essas três construções. O *falar libras* parece evocar um alinhamento a uma perspectiva hoje rechaçada de oralização dos surdos, e talvez por isso seu uso pareça inadequado. A construção aparece nos discursos dos participantes de perfil A3 e por isso opto aqui por ela, alinhando-me à ideia de que a surdez não pressupõe mudez, e de que, nesse contexto, discursivamente é possível que *falar* não seja uma ação vinculada ao uso do aparelho vocálico. Não investiguei nos dados se ela se restringe às situações em que estão em pauta as práticas dos falantes ouvintes de libras.

1892 Ariel: >o vô e a vô dele são surdos<, (0,8) taí não: >não  
1893 preciso mais motivo do que isso<. (3,0) é família  
1894 é: contato direto, com a família, vô é vô se  
1895 fosse >se tivesse um tio surdo ↓ia aprender  
1896 também< (0,7) ↑é família, >tem que comunicar< E MESMO  
1897 SE NÃO FOSSE FAMÍLIA, qual é a minha desculpa?  
1898 não tem desculpa cara eu quero que ele aprenda. (0,7)  
1899 é uma linguagem diferente uma linguagem que  
1900 tu não sabe (0,7) vai fazer? não não sei ↓então  
1901 ↑>no mercado de trabalho ele tá na tua frente< (2,8)  
1902 pronto não tem não tem: a: mas e da- mas a mas  
1903 pra que se ele não conhece ninguém? (0,6) tá mas  
1904 se se vier a TRABALHAR, (0,7) num lugar que tenha,  
1905 (0,6) se vier a trabalhar num lugar que precise  
1906 de alguém que saiba (2,3) °não tem° (0,3) essa é a  
1907 justificativa não tem. >↓tem nem o que  
1908 fala:r só (fala assim ó meu)< (0,4) >cala a boca<.  
1909 Alana: h h h h h  
1910 Ariel: >cala a boca<. >não vou te responder tu não merece  
1911 a minha resposta<  
1912 Alana: .h fatality

No mercado de trabalho, o filho de Ariel estará potencialmente *na frente* (l. 1901-1907). Isto é, é possível que venha a dispor de uma habilidade particular que o diferenciará de outros competidores no mercado de trabalho — no caso desse discurso, especificamente, ele teria vantagem sobre a pessoa hipotética que não sabe libras, pois é a quem Ariel se dirigia, embora estivesse conversando comigo. Apesar de ter posteriormente dito que a pergunta sequer mereceria resposta (l. 1910-1911) e que o argumento da comunicação familiar seria suficiente (l. 1892-1898), o fato de que Ariel continuou seu turno de fala com um segundo argumento disponível (l. 1899-1907) pode indicar que considere ser, no mínimo, um argumento complementar e talvez necessário em discussão com alguém que não compartilhe de experiência biográfica linguística semelhante. Nesse caso, é possível que seja um argumento mais contundente do que o primeiro, e que Ariel esteja identificando que ideologias de linguagem de mercantilização tenham maior potencial de

compartilhamento do que ideologias de linguagem que tratam de repertórios linguísticos marcados como algo do domínio da identidade e das sociabilidades relacionadas às experiências familiares.

O que chama atenção nos discursos dos participantes da pesquisa é não apenas a consciência discursiva (KROSKRITY, 2004) de que repertórios linguísticos são parte relevante do feixe de habilidades comercializáveis no mercado de trabalho (URCIUOLI, 2016), mas também o fato de que esses discursos já organizam repertórios linguísticos em termos de condições ideais para a efetivação dessa mercantilização. Ideologias de linguagem podem existir em vários níveis, do mais particular ao mais extralocal e hegemônico. Quando ideologias de linguagem de mercantilização podem ser identificadas em discursos diversos que atentam para condições particulares dos mercados sociolinguísticos em que estão inscritas, é possível que isso indique que elas já são compartilhadas em nível mais amplo do que o de ideologias particulares. Participantes demonstram consciência discursiva quanto às demandas de mercado, quanto aos contornos que um repertório precisa ter para atender às demandas e também quanto à necessidade de gerenciar outras ideologias de linguagem associadas às suas biografias (também linguísticas, mas não apenas) como condição de participação nesses mercados.

A respeito dessa última afirmação, mobilizo os discursos da participante Carmelita. À época da entrevista com 36 anos, passou a juventude em trânsito entre Argentina e Brasil. Seu núcleo familiar — mãe, irmã, irmão e ela —, todos nascidos na Argentina, deslocava-se em virtude da atividade profissional da mãe, que até hoje trabalha como funcionária em um consulado argentino no Brasil. Estão permanentemente estabelecidos no Brasil há 25 anos. Já bacharela em Teatro pela UFESUL, encontrava-se em vias de concluir a licenciatura no mesmo curso. Além de atriz, atua como diretora, produtora e professora de teatro; e faz parte de um dos mais conhecidos grupos de teatro da região onde reside e trabalha. Como atriz, suas performances linguísticas são parte central de sua atuação profissional: seu repertório linguístico é por natureza parte das habilidades que Carmelita possui para negociar no mercado de que faz e deseja continuar fazendo parte.

Perguntei se ela menciona as línguas que conhece em entrevistas de emprego, ou mesmo se as lista em seu currículo profissional. Carmelita então contou que sua atuação profissional já não dependia de uma dinâmica de seleção baseada em testes, entrevistas ou currículos; uma vez que atua principalmente numa cena

teatral que já a conhece e que essa dinâmica talvez fosse mais presente em sua vida caso trabalhasse na área do audiovisual (l. 1239-1241). Embora tenha dito que de seu repertório linguístico multilíngue já não decorre situações potencialmente problemáticas, me contou da estratégia que desenvolveu no passado para, numa situação de seleção, contornar ideologias de linguagem acionadas acerca das práticas de linguagem em português de uma pessoa de nacionalidade argentina:

#### EXCERTO DE DADO 8 CARMELITITA 1239-1263

1239 Carmel: é:, (0,7) a não ser que e:u trabalhasse mais com  
 1240 audiovisual assim que eu não tenho muito  
 1241 essa: (0,8) <vivência> mais de fazer te:stes e tal (0,7)  
 1242 mas é uma coisa (assim) que eu colocaria  
 1243 no: (1,2) no meu currí:culo e aí: (0,4) eu acho que eu já  
 1244 coloquei em algum momento (0,6) ã: (1,3) <português e  
 1245 espanho:l (.) formação bilíngue> (0,7) uma coisa assim  
 1246 (0,9) <porque> (1,8) se tu não me conhece (2,6) ↓e eu tenho  
 1247 36 anos: (0,8) ↑e eu digo (0,3) que eu nasci na Argentina  
 1248 (0,5) e que falo português (0,3) como tu acha que  
 1249 eu vou falar? (2,0) como a minha mãe fala (1,3) que é  
 1250 com um baita sotaque (0,6) e aí só por isso tu  
 1251 já não VAI me escolher (0,6) >se tu precisa de  
 1252 alguém que fale português< (.) de verDAde entre  
 1253 aspas: (1,5) então eu fico (.) eu fiquei pensando de que  
 1254 maneira eu (0,3) ã: <escrevo> (1,5) que eu falo português  
 1255 (1,4) entre aspas (0,3) como uma pessoa brasileira  
 1256 Alana: tu: j- tu já fez isso no teu currículo <em  
 1257 algum momento da vida> [é isso?]  
 1258 Carmel: [ arrã ]  
 1259 Alana: tipo (.) porque daí tá ali nacionalidade argen[tina]  
 1260 Carmel: [ s:]im  
 1261 Alana: e daí tu precisa ↑de algum jeito aviSA:R  
 1262 Carmel: que eu não tenho sotaque. (2,3) porque isso pode  
 1263 ser um problema,

Carmelita teria identificado como necessário expressar em seu currículo *que não fala português da mesma maneira que a sua mãe* (l. 1246-1250); isto é, como uma pessoa argentina que migrou já adulta para o Brasil, com determinadas características fonéticas que indiciam um “sotaque argentino”. Essa ideologia de

linguagem seria acionada pela informação “naturalidade argentina” no documento (l. 1259-1260). Para sua mãe, que no Brasil trabalhou sempre em consulados argentinos, esse tipo de performance linguística talvez não seja uma questão; para Carmelita, o compartilhamento dessas ideologias pelas pessoas responsáveis por um processo de seleção laboral em que performance linguística é parte essencial do que ela oferece, *isso pode ser um problema* (l. 1262-1263). A possibilidade de o espanhol de seu repertório ser percebido como um valor agregado às habilidades de que Carmelita dispõe já foi secundária à necessidade de ela conseguir contornar ideologias de linguagem acerca de seu português. Ou seja, o uso profissional de outros conjuntos de itens de seu repertório (notoriamente o espanhol, que, conforme me disse, é eventualmente mobilizado como dispositivo dramatúrgico em seu trabalho), ao menos no âmbito da dramaturgia profissional, depende do gerenciamento de ideologias de linguagem que acionam a concepção moderna de língua.

#### 4.3 DISCURSOS DE ORGULHO NA MODERNIDADE RECENTE

Nessa seção são apresentados interpretativamente dados que tratam de ideologias de linguagem associadas a *discursos de orgulho* (HELLER; DUCHÊNE, 2012) e ressignificadas na modernidade recente. Argumento que, num contexto de super-diversidade (VERTOVEC, 2007), a mobilização de *discursos de orgulho* pode servir a propósitos diferentes daqueles historicamente associados ao surgimento de um mundo predominantemente organizado em estados-nações e baseado na rigidez de fronteiras territoriais, étnico-culturais e linguísticas. Essas diferentes maneiras de mobilização de *discursos de orgulho* podem estar alocadas no nível individual como meio de produção discursiva de *não pertencimento*. No mesmo sentido, mas mais especificamente no enquadramento de ideologias de linguagem de mercantilização, parece possível mobilizar *discursos de orgulho* como meio de reivindicar autenticidade para ganhos de distinção (DUVEL, 2017): quanto mais intensa a percepção de distinção, maiores os potenciais ganhos.

Uma das perguntas que fez parte do roteiro das entrevistas (apêndice B) nas quais os dados desta investigação foram gerados dizia respeito à percepção dos participantes quanto à existência de práticas de linguagem multilíngues nos espaços

da UFESUL. Frequentemente as respostas versavam sobre a presença do inglês nas práticas de letramento acadêmico e sobre as oportunidades de exercício das sociabilidades dos participantes com outros estudantes de trajetória semelhante e repertórios compartilhados: Arleth, migrante colombiana em vias de concluir o doutorado em Informática, mencionou o uso frequente do espanhol entre os *colegas latinos*<sup>161</sup>; Tarcísio, indígena da etnia guarani estudante de História, mencionou a mobilização do guarani entre os estudantes guarani; Fabiane, indígena da etnia caingangue estudante de Direito, mencionou a mobilização do caingangue entre os estudantes caingangue. Em outras ocasiões, contudo, os participantes declararam perceber a circulação de *pessoas* — não necessariamente de *línguas*, como sugeria a pergunta (l. 1823-1825 do excerto de dado abaixo) — cujas práticas de linguagem poderia-se presumir multilíngues.

#### EXCERTO DE DADO 9 KALIAY 1823-1830

1823 Alana: e: aqui na universidade tu: (0,3) percebe: assim:  
 1824 (0,6) tu escuta tu vê: (.) percebe outras línguas?  
 1825 (0,8) presente?  
 1826 Kaliay: agora é muito eu não sei s- que que língua que  
 1827 eles falam q- <se é africa:no> se é: alguma coisa nesse  
 1828 esse pessoal (.) da África que vem mais aqui (.) pra cá  
 1829 (0,8) não sei se tu (0,3) já encontrou com eles?  
 1830 Alana: ↑sim sim

#### EXCERTO DE DADO 10 HAYAO 478-485

478 Hayao: tem (.) bastante intercambistas (0,3) da China e da  
 479 Coreia, (1,4) ã e: (2,1) eu não sei se é: (0,8)  
 480 pessoal do Haiti o:u: (2,1) também  
 481 Alana: tem=  
 482 Hayao: =tem né? (0,4) na: na cidade em si de {cidade} né?  
 483 tem os haitianos que (0,7) falam na própria língua e:  
 484 (0,6) e é interessante, (.) eu acho bem (1,1) bem:  
 485 bem legal assim. (.) >apesar de não entender nada<

<sup>161</sup> No contexto da UFESUL e da cidade onde está localizada a sede da instituição, é comum que migrantes de países da América falantes de castelhano sejam referidos como *latinas* e *latinos*, em oposição a pessoas brasileiras.

Kaliay<sup>162</sup> mencionou, motivada pela minha pergunta sobre as práticas linguísticas multilíngues que perceberia ao seu redor na UFESUL, a presença do *peçoal da África* (l. 1823-1825). Hayao<sup>163</sup>, a partir de pergunta na mesma linha, declarou, após comentar sobre os intercambistas japoneses com quem se relaciona, perceber, na UFESUL, a significativa da presença de intercambistas coreanos e chineses (l. 478-479); e, na cidade como um todo, a presença do *peçoal do Haiti* (l. 480).<sup>164</sup> Esse tipo de discurso me informava que os participantes percebiam presenças outras e que — conforme pode ser interpretado por suas hesitações em articular uma denominação para elas — não sabem ao certo como atribuir sentidos a elas. Pouco me informavam, contudo, sobre as situações em que se encontravam *sendo percebidos*, quando se configurariam situações em que teriam suas autopercepções confrontadas por percepções alheias, e quais ideologias de linguagem emergiriam desse encontro.

A posição do *ser percebido* apareceu na entrevista com Bakanja, um professor universitário de Filosofia que migrou de Maputo (Moçambique) ao Brasil no início de 2018 para realizar o doutorado em Educação na UFESUL. Sua biografia linguística é bastante complexa e seu repertório inclui conjuntos de itens de diversas *línguas maternas* moçambicanas que foram sendo incorporados conforme novas etapas de sua vida exigiram. Bakanja denomina *línguas maternas* aqueles conjuntos de itens linguísticos identificados como línguas e dialetos locais ou regionais em Moçambique; em oposição à *língua oficial* do país, o conjunto de itens identificados como português. Foi já durante nossa conversa inicial que detectamos que mobilizávamos os mesmos itens terminológicos com sentidos distintos. Muito embora tenha me dito que o português teria sido a língua que, por decisão dos pais, aprendera desde a infância, e que lamentava não conseguir, por exemplo, conversar em xindao com sua mãe ao telefone, considera o xindao sua *língua materna*, pois é a língua associada aos pertencimentos étnico-culturais e territoriais de sua família. Da mesma maneira, Bakanja dispõe, em seu repertório, de outras *línguas maternas* que não são “a sua”, como xisena e xichangana.

---

<sup>162</sup> Participante da pesquisa já apresentada à leitora na seção 4.1.

<sup>163</sup> Participante da pesquisa já apresentada à leitora na seção 4.2.

<sup>164</sup> Penso que Hayao poderia estar também se referindo ao contingente de migrantes senegaleses bastante visível na região onde reside em virtude de sua destacada atuação como comerciantes informais nas ruas das cidades.

## EXCERTO DE DADO 11 BAKANJA 951-992

951 Alana: e: (1,5) e: a- hoje em dia (1) daí tu pode se tu quiser  
 952 (.) responder (0,4) da tua vi- experiência no Brasil  
 953 ou: (0,9) enfim da tua experiência em Maputo (0,7) é:  
 954 tem momentos (.) no te:u: dia a dia em que tu  
 955 acha que é: bom que é: (0,4) vantajoso (.) tu demonstrar  
 956 que tu fala outras línguas além do português?  
 957 Bakanja: hm: (1,1) é assim claro que que há que há que  
 958 há momentos que isso né? há momentos  
 959 que às vezes (.) percebe? (1,5) seria bom se eu  
 960 falasse out- (1,3) minha língua né? (0,6) seria bom se  
 961 ( ) e e e (0,4) existe (0,4) isso né? porque (0,9)  
 962 hm: (0,7) vou (lhe dar) um episódio que sempre  
 963 acontece né? comigo quando vou com os meus  
 964 irmãos (1,3) (de) f- fora né? (1) estrangeiros né? (0,9)  
 965 eu sou (negro) >quando muitas vezes (quando)  
 966 vou< assim em sítio assim público  
 967 restaurante: loja (0,9) quando eles me veem (0,3)  
 968 a primeira coisa é é bonsoir  
 969 Alana: bonsoir:  
 970 Bakanja: bonsoir  
 971 Alana: francês?=  
 972 Bakanja: =francês (percebe? eu sou) daí é é  
 973 hai- hai- haitiano  
 974 Alana: hm  
 975 Bakanja: °(bonsoir bonsoir esse cara)° (1) eu respondo  
 976 em português cara (0,3) eu não sou não sou  
 977 francês não sou haitiano eu sou moçambicano  
 978 †A: tá (0,6) †pensei que você é haitiano (0,9)  
 979 não sei não sei se tá a perceber né?  
 980 Alana: urrum  
 981 Bakanja: né? por exemplo (0,3) então quando eu começo a falar  
 982 assim A: tu falas bem português (1,1) ( )  
 983 cara (0,8) por que você pensou que eu que eu que  
 984 eu sou um francês ou um hait- ou um haitiano?  
 975 percebe né? (0,6) então será que não tem noção que  
 976 eu falo português? (0,3) e ( )  
 977 (quando eles falam) você fala  
 978 português quando aprende- (.) quando tu

979 aprendeu português? (0,3) é é de onde? (0,4)  
 980 brasileiro não é (0,8) português não é (1) não sei  
 981 se tá a perceber? então: eles não  
 982 sabem que que em África nesses países (0,3) como  
 983 Moçambique Angola que falam português (0,7)  
 984 (certo?) (0,4) mas também há momentos que eu  
 985 vejo que (me dá sensação) de falar a minha  
 986 língua (0,9) percebe né? (0,5) de esquecer o português  
 987 e falar a minha língua (mesmo) materna (0,8)  
 988 há há há momentos como esses (1,1) percebe né?  
 989 quer dizer (transmitir) o meu valor  
 990 porque (1,3) um dos meios de transmitir a  
 991 cultura (0,6) aos outros (0,3) é a língua  
 992 Alana: urrum

Bakanja, à época da entrevista, residia numa cidade em que, assim como em muitas outras cidades brasileiras desde 2010 (BAENINGER; PERES, 2017), a presença de migrantes haitianos é reconhecida como uma nova realidade demográfica pela população em geral. As pessoas reconhecem a presença haitiana na cidade, algumas podem saber que o que se denomina francês costuma fazer parte de seus repertórios linguísticos e possivelmente entendem que mobilizar itens de seus repertórios globalizados (BLOMMAERT; BACKUS, 2013) é uma sinalização positiva de acolhimento. Se isso, em alguma medida, pode explicar o fato de é possível que pessoas sejam recebidas em lojas e restaurantes com um *bonsoir* (l. 965-968), posso apenas especular quanto aos motivos pelos quais pode vir a ser pressuposto como haitiano.

Através da narrativa de Bakanja, acompanhamos o possível raciocínio de terceiros tentando produzir sentidos de uma imagem que não se acomoda a suas ideologias de linguagem (l. 981-991). A demonstração de seu repertório linguístico em português causa confusão. Primeiro porque é de antemão percebido como estrangeiro (e possivelmente haitiano): *brasileiro não é* (l. 980). A segunda hipótese também é desconfirmada — talvez quando a performance linguística de Bakanja chegue a indiciar uma categoria de tipo “falante nativo de português” —, a de que seria um migrante de Portugal (talvez o único ou um dos únicos espaços desde onde poderiam vir não brasileiros falantes de português): *português não é* (l. 980). Que(m) pode Bakanja ser?

É como se nesses momentos Bakanja fosse destituído da possibilidade de ser quem é em língua portuguesa, mesmo que tenha assim se constituído como sujeito — sob condições históricas que o condicionaram a constituir-se sujeito em português mais do que em sua *língua materna*. Bakanja então me disse que, nesses momentos, gostaria de esquecer o português e voltar à *língua materna* (l. 984-988). Mobilizar literalmente o xindau nesse contexto não necessariamente indicaria um pertencimento específico, uma vez que os interlocutores brasileiros de Bakanja provavelmente não compartilhariam da possibilidade de reconhecer os itens de xindau como tais. É possível, todavia, que Bakanja esteja considerando que a possibilidade de seu interlocutor *não* os reconhecer como algo associável nem ao francês, nem ao português produziria uma situação em que sua identidade não fosse questionada, nem colocada numa condição de impossibilidade ou inconsistência em virtude das pressuposições e expectativas de um contexto contemporâneo de encontro intensificado com as mobilidades.

Em outro desdobramento de ideologias de linguagem tipicamente mobilizadas por *discursos de orgulho*, aparece a possibilidade de um repertório linguístico ter maior legitimidade e maior potencial benefício quando associado a uma identidade específica. Ariel<sup>165</sup> cresceu frequentando os espaços da comunidade surda da qual seus pais faziam parte, e daí surgiu uma rede de sociabilidade entre os filhos dos surdos dessa comunidade que se mantinha ativa e relevante até o momento em que o conheci. Ele é, contudo, categórico quanto a não se considerar pertencente à comunidade surda e ter pouco ou nenhum interesse em projetar uma identidade de “filho de surdos” como uma possível ramificação da identidade surda.

O excerto de dado 7, apresentado na seção anterior, mostrou a discussão de Ariel com um hipotético *idiota* (l. 1915) que estaria questionando sua decisão de criar o filho como falante de libras. Na sequência no excerto, Ariel transiciona a discussão para a expressão de contrariedade com uma colega da faculdade que em certa ocasião declarou desejar *fazer libras* (l. 1917), no sentido de cursar uma disciplina de libras disponível no currículo da UFESUL.

#### **EXCERTO DE DADO 12 ARIEL 1912-1929**

1912 Alana: .h fatality

---

<sup>165</sup> Participante da pesquisa já apresentado à leitora na seção 4.2.

1913 Ariel: tu merece (né?) porque tu tá fazendo não tu tá  
 1914 estudando óbvio tu tá fazendo o teu trabalho  
 1915 é esse (0,6) >mas se vem um idiota perguntar isso aí<  
 1916 eu nem respondo (1,3) ou se (alguém) vem faz um  
 1917 sinal. MINHA COLEGA VEIO a: ↓vou fazer libras  
 1918 ↑a: não faz libras ↓ai eu vou fazer  
 1919 sim ↑eu sou fluente em libras ↓é nada ↑sou sim  
 1920 faz alguma coisa (3,2) >(a a minha vo-) a minha  
 1921 vontade é mostrar o dedo do meio<  
 1922 Alana: h h h ( )  
 1923 Ariel: A: mas isso não é libras [( )]  
 1924 Alana: [h h UÉ COMO É QUE]  
 1925 TU SABE? h  
 1926 Ariel: e eles entendem como como como ofensa também  
 1927 [não te preocupa]  
 1928 Alana: [ h h h ] °não te preocupa°  
 1929 Ariel: eu odeio isso.

O fato de que estudantes da UFESUL têm à disposição uma disciplina, muito embora introdutória, específica de Libras é resultado da política linguística explícita introduzida pela Lei 10.436/2002, conhecida como Lei de Libras. A lei torna obrigatória a inclusão do ensino da libras “nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior” (BRASIL, 2002, Art. 4º). Não é inconcebível que o próprio interesse da colega em cursar a disciplina tenha relação com a implementação das disposições da lei; afinal, como o próprio Ariel disse durante a entrevista, “há 10 anos ninguém sabia o que era libras”. O que poderia produzir em Ariel — que, nas conversas comigo, projetou-se um ferrenho defensor dos direitos da comunidades surdas — uma postura opositiva à intenção da colega em cursar uma disciplina que equiparia seu repertório linguístico com libras e, portanto, sinalizaria, em alguma medida, a efetividade das políticas?

Por um lado, a postura da colega de solicitar que ele faça uma demonstração de algum item de libras (l. 1920) talvez possa ser interpretada como um interesse superficial e fetichizador pela língua; em oposição a uma postura de interesse genuíno que poderia ser demonstrado de outras maneiras que não o

questionamento da realidade do repertório linguístico de Ariel. Por outro lado, Ariel poderia também estar reivindicando para si um direito natural sobre uma língua brasileira de sinais de certa forma *autêntica*. Ao longo da entrevista, Ariel menciona ocasiões em que desafiou pessoas que detinham posições oficiais de intérprete para “batalhas de libras”, como meio de demonstrar que ele sairia “vencedor”, uma vez que nenhum curso ou título proporcionaria a alguém que não teve libras como primeira língua desenvoltura equiparável à dele — uma delas, durante a entrevista para seu atual emprego, quando a pessoa do RH que o entrevistava solicitou um certificado de curso de libras. Essas situações contrastam com outros discursos dele que cobram a efetividade das políticas institucionais de acessibilidade: ora cobra a presença de intérpretes; ora questiona a própria possibilidade de que esses intérpretes tenham repertório suficiente para executar a efetivação desses direitos.

Aqueles que não gozam de um tipo de direito natural e biográfico sobre esse repertório talvez estariam agindo num enquadramento de desejar um conjunto de itens potencialmente mercantilizáveis porque diferencial significativo em termos de mercado de trabalho, ou mesmo porque, contemporaneamente, talvez em decorrência da retórica da diversidade linguística, elemento de distinção. Numa parte da entrevista em que o tópico era repertório linguístico, currículo e mercado de trabalho, Ariel disse, sobre a surpresa ou curiosidade demonstrada pelos que viam libras listada como habilidade em seu currículo:

#### EXCERTO DE DADO 13 ARIEL 1362-1370

1362 Ariel: >↑que não é comum tu ver (a pessoa)< ↓ali  
 1363 libras (0,9) >mesma coisa que tu vai vê< A a pessoa  
 1364 fala grego (.) ↑quem é que fala grego?  
 1365 Alana: h h h  
 1366 Ariel: tu não ↑vê ↓todo o dia alguém (falar) grego (0,6) e  
 1367 libras a mesma coisa >tu não vê todo dia alguém que  
 1368 fala libras< que não seja surdo °[no caso]°  
 1369 Alana: [ É ] um ouvinte  
 1370 né?

Se um ouvinte que dispõe de libras em seu repertório é tão raro quanto “alguém que fala grego”, Ariel, e potencialmente seu filho, está(ão) na frente de outros no

mercado de trabalho. Mobilizar uma autenticidade que vem da relação intrínseca entre comunidades e repertórios linguísticos específicos (desde o âmbito dos *discursos de orgulho*), incrementa o potencial de mercantilização desse repertório. Mesmo que Ariel não produza discursos no sentido de reivindicar para si o pertencimento à “comunidade surda” ou não pareça ter interesse em projetar algum nível de associação, mesmo que periférico, como parte de sua identidade, ainda parece interessado em reivindicar algum nível de direito natural e autêntico sobre a libras. Essa situação, argumento, seria uma resignificação dos *discursos de orgulho* na modernidade recente: a associação entre identidade e repertório na medida em que pode produzir ganhos de distinção.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas semanas antes da sessão de exame final deste trabalho, me deparei com um artigo de autoria de Alexandre Duchêne (2019): *Multilingualism: an insufficient answer to sociolinguistic inequalities*.<sup>166</sup> Nele, Duchêne trata do processo de legitimação do multilinguismo como prática social e como objeto de pesquisa sociolinguística. Chegamos a um estágio em que:

Na sociedade contemporânea, o multilinguismo é valorizado simultaneamente em termos de “expansão mercadológica”, “produtividade” ou “criatividade”, e é enquadrada como um recurso em potencial que pode ser transformado em várias formas de capital.<sup>167</sup> (DUCHÊNE, 2019)

No entanto, ainda cabe o questionamento: o quanto os discursos celebratórios e otimistas ofuscam as relações de poder e as condições sociais imbricadas na produção do multilinguismo como uma condição desejável? O texto me afetou profundamente. Por um lado, me identifiquei com as asserções quanto à insuficiência do reconhecimento da diversidade como uma força combativa às desigualdades; por outro, fui forçada à autocrítica: o quanto a minha investigação de fato pode contribuir para pensarmos desigualdades sociolinguísticas dentro do escopo do multilinguismo?

Ao retomar as perguntas de pesquisa que orientaram a investigação e as expectativas que tinha de respostas, vejo que operei com o pressuposto de que o multilinguismo é contemporaneamente uma condição quase que inquestionavelmente desejável. Não obstante, penso que as perguntas foram amplas o suficiente para me permitir observar as nuances e contradições da experiência dos cidadãos multilíngues que participaram do projeto.

Em primeiro lugar, toda a investigação foi conduzida sobre uma contradição que eu mesma produzi ao adotar *multilinguismo* como mote e como termo preferencial para qualificar a condição dos repertórios que estiveram em pauta. Embora não deixe de ser uma condição, ela não é monolítica e não corresponde a um aspecto da identidade social construído dissociadamente de experiências e trajetórias biográficas linguísticas muito particulares. Afora a associação do termo a

<sup>166</sup> *Multilinguismo: uma resposta insuficiente para as desigualdades sociolinguísticas*. Parte da série *Sociolinguistic Frontiers*, organizada por Monica Heller e publicada no portal do Social Science Research Council entre fevereiro e dezembro de 2019.

<sup>167</sup> *In contemporary society, multilingualism is simultaneously valued in terms of “market expansion,” “productivity,” or “creativity,” and it is framed as a potential resource that can be transformed into various forms of capital*

uma ideologia de linguagem de contabilização de códigos, da qual tentei me desvencilhar na introdução do relatório; encerro a empreitada não convencida de que reunir indivíduos com experiências tão distintas sob a ideia de que têm “repertórios linguísticos multilíngues” terá pertinência em empreitadas futuras. Estou, em contrapartida, convencida de que pesquisar “multilinguismo” como um enfoque central não é suficiente. Ele pode até ser — se quisermos insistir no termo para qualificá-las — uma condição inerente de certas trajetórias ou uma necessidade fundamental de outras; mas o certo é que há muita agência em jogo, e que não há pressuposição que se sustente quando nos confrontamos com os “multilinguismos” vividos.

Aprendi com Bolívar e Kaliay que ideologias de linguagem que relacionam cultura, pertencimento étnico ou ancestralidade a repertórios linguísticos multilíngues específicos (isto é, ideologias de linguagem modernas) são potentes mesmo no contexto de uma investigação que se propõe a desconstruir esse tipo de associação pressuposta. Como muito apropriadamente apontou a banca examinadora, esse era um resultado previsível da minha investigação; afinal de contas, construí perfis apriorísticos, categorizei pessoas e repertórios antes de conhecer os participantes e de olhar para suas experiências.

Vejo agora com alguma materialidade aquilo que Blommaert (2016) disse sobre estarmos vivenciando a superação de um paradigma de estabilidade, de sedentariedade, em benefício de um paradigma de mobilidade. Do modo como vejo, não se trata de uma mobilidade que se resume a fluxos migratórios; esse paradigma de mobilidade diz respeito aos baixíssimos níveis de previsibilidade dos ambientes sociais que estamos experienciando (BLOMMAERT; BACKUS, 2013, p. 13). Trata-se também daquilo que Blommaert e Backus (2013) falam sobre a “nossa linguagem” jamais chegar a um estado definitivo, jamais chegar a ficar “pronta”. Basta olharmos para a trajetória de construção nada linear e repleta de temporalidades próprias do repertório de Kaliay. Como, de outra maneira, dar conta de suas pausas e retomadas sem atribuir a seu repertório uma condição de incompletude e inadequação baseada no pressuposto da existência de um alcançável “repertório completo”?

Penso que esta investigação aponta num sentido de confirmar a validade de nos ocuparmos mais de repertórios linguísticos e comunicativos do que de línguas enquanto códigos estanques. Essa ênfase, acredito ser produtiva para abordarmos

não só a realidade das práticas de linguagem e das biografias linguísticas da modernidade recente como um todo; mas talvez uma contribuição bem particular poderá fazer para a compreensão das práticas e biografias dos sujeitos que percebemos (ou fetichizamos) “multilíngues” por excelência (ou natureza). Isso se dá porque a abordagem de repertórios nos leva a focar o que as pessoas estão fazendo com os recursos de que dispõem; ou, por outro lado, as sanções sociais que sofrem em virtude das maneiras como empregam esses recursos.

Cabe aqui tomar um momento para colocar em perspectiva as experiências de Kaliay e de Jacques. Kaliay parece empoderada por seu repertório multifacetado, privilegiando me contar, durante nossas conversas, tudo aquilo que pode fazer com ele, inclusive optar por subverter a lógica modernista (a que, me conta, dá voz o patriarca da família) que ditaria o uso de “uma língua por vez”. No entanto, Jacques, quando dado o ensejo para celebrar a multiplicidade de seu repertório, remete de imediato aos estigmas que a condição lhe causa. Muito embora, do ponto de vista de um mercado sociolinguístico globalizado, seu repertório conte com conjuntos de itens bastante valorizados, Jacques vinha enfrentando o desafio de ter suas práticas de linguagem na comunicação cotidiana com pessoas brasileiras contestadas e invalidadas — justamente pois indiciantes de uma biografia linguística multifacetada. Isto é: Jacques não passava seus dias tendo celebrada a “diversidade linguística” nele incorporada, nem gozando do capital cultural e simbólico em que ela pode se transformar. A tendência celebratória nos é muito mais atraente, mas não deve ofuscar o fato de que o “multilinguismo não é neutro, mas sim arraigado em processos sociais que informam quem ou o que conta como falante, língua e prática legítimos”<sup>168</sup> (DUCHÊNE, 2019).

A abordagem de repertórios, sim, nos paramenta para julgar e medir menos, pois nos encoraja a olhar para a totalidade das práticas sociais de linguagem de pessoas reais e a construir nas nossas empreitadas de produção de conhecimento narrativas mais completas. Mas se, como disse Duchêne, o multilinguismo não é a solução perfeita às desigualdades sociolinguísticas, tampouco poderia ser, em si mesma, a abordagem de repertórios, especialmente se confinada ao universo acadêmico. Precisamos, então, considerar o que acontece em outros espaços de produção ideológica de linguagem.

---

<sup>168</sup> *multilingualism is not neutral, but rather intrinsically embedded in social processes that inform who and what counts as a legitimate speaker, language, and practice.*

Chamei aqui de *retórica da diversidade linguística* os espaços de produção ideológica de linguagem conformados por discursos, ações e políticas ocupados da promoção, da revitalização, da patrimonialização e salvaguarda, e do inventariamento da “diversidade linguística”, ou do “patrimônio linguístico e cultural universal”, enquanto um tipo de bem da humanidade “de valor inestimável” e cuja responsabilidade mantenedora primordial é atribuída a coletividades a que estariam as “línguas” associadas. Propus que a *retórica* fundamenta-se sobre duas contradições fundamentais e que têm o potencial de produzir novas hierarquias e estratificações sociolinguísticas — privilegiar a concepção moderna de língua e reproduzir a ideia de uma pretensa equivalência entre “língua” e cultura que vem sendo empiricamente desconstruída (e. g. GRENOBLE, WHITECLOUD, 2014; PONSONNET, 2020). Alertou Renato Rosaldo (1989, p. 108) que a *nostalgia imperialista* se manifesta “conjuntamente a um peculiar senso de missão, o fardo do homem branco”<sup>169</sup>, agentes da mudança que “experenciam transformações de outras culturas como se fossem prejuízos pessoais.”<sup>170</sup>

O caso das situações relatadas por Maher (2018) no contexto de atividades de formação de professores indígenas no estado do Acre ilustra justamente novos tipos de tensões e marginalizações que estamos produzindo ao aderir sem desconfianças ao discurso propagado por políticas que celebram “línguas” como elementos de “relevância para a memória, a história e a identidade dos grupos que compõem a sociedade brasileira” (BRASIL, 2010, Art. 2º). É preciso constantemente reavaliar que relevância se está pregando; se a relevância está nas “línguas” enquanto códigos inteiros inventariáveis ou nas práticas de linguagem de pessoas reais que respondem a ideologias de linguagem múltiplas. Um dos produtos da *retórica* é precisamente a valorização hiperbólica da diversidade em si (HILL, 2002), resultando na sua realocação de um mercado normal de trocas para uma esfera superior, onde circulam recursos que não podem ser “comprados”:

a linguagem da valorização hiperbólica produz o acarretamento de que línguas locais são tão valiosas ao ponto de não terem lugar nos mercados cotidianos (elas “não têm preço”) e são da ordem de um valor reconhecível apenas por aqueles de cultivado discernimento. Logo, essa retórica remove as línguas ameaçadas do domínio do cotidiano e as localiza em uma esfera de troca extremamente restrita, no tipo de mercado linguístico rarefeito que pode ser visto por comunidades de falantes como um espaço onde amostras controladas por especialistas são trocadas por um tipo de riqueza

<sup>169</sup> *alongside a peculiar sense of mission, the white man’s burden*

<sup>170</sup> *experience transformation of other cultures as if they were personal losses*

que é inacessível a falantes comuns. Uma tal arena pode parecer ter pouca relação com o mercado linguístico onde pessoas comuns negociam entre si materiais comuns pelos sinais transitórios da língua falada, que, diferentemente do duradouro tesouro dourado, está em constante mudança.<sup>171</sup> (HILL, 2002, p. 125)

A *retórica* como um espaço de produção ideológica evidencia o jogo de forças entre continuidade e mudança em termos de ideologias de linguagem. Bolívar é um jovem peruano que não demonstra interesse em ter domínio do quéchuá como um meio de reivindicar ancestralidade. Não desconhece as ações em curso no Peru desde a instituição de política linguística estatal explícita dedicada a línguas indígenas e originárias (PERU, 2017), nem desconhece que seu afastamento do quéchuá é produto de um processo colonialista histórico em curso desde gerações antes da sua. Entretanto, no que diz respeito a ele — em termos hipotéticos —, o quéchuá chegar a ser incorporado a seu repertório seria uma questão prioritariamente laboral: pondera que talvez viesse a aprender por necessidade, caso venha a trabalhar para o governo peruano. A linha entre garantir o *direito* e produzir o *dever* é bastante tênue e pode ser facilmente cruzada quando estamos ocupados de interesses universalistas não necessariamente alinhados a interesses individuais.

Assim, pode-se argumentar que o capital passível de ser produzido por esses repertórios não é apenas da ordem do cultural e simbólico, mas do econômico também. Nos discursos de Bolívar, identificamos mais explicitamente ideologias de linguagem de mercantilização do que ideologias de linguagem modernas que relacionam repertório e pertencimento. Enquanto, nos termos da *retórica*, o valor do quéchuá é “inestimável”, pois patrimônio e “língua potencialmente ameaçada”; para Bolívar, seu valor seria perfeitamente estimável ao ser transformada em recurso a ser trocado num novo mercado sociolinguístico reorganizado pela própria *retórica*.

Se as ideias de *mercantilização* e de *interesses econômicos* chegam a ser tabu numa arena discursiva que tem como mote o quase que exclusivo valor simbólico de repertórios linguísticos de tipo marcado, a ampla circulação de

---

<sup>171</sup> *the language of hyperbolic valorization yields an entailment that local languages are so valuable as not to have a place in everyday markets (they are "priceless") and of a type of value likely to be recognized only by those of cultivated discernment. Thus this rhetoric removes endangered languages from the realm of the quotidian and places them in a highly restricted sphere of exchange, in the kind of rarefied linguistic marketplace that may be seen by communities of speakers as a space where tokens composed by experts are exchanged for a kind of wealth that is inaccessible to ordinary speakers. Such an arena may seem to have little to do with the linguistic marketplace where everyday people negotiate with one another about everyday matters in the fleeting signals of the spoken language, which, unlike the enduring golden hoard, is in constant change.*

ideologias de linguagem de mercantilização no universo da pesquisa nos informa diferente, mesmo que evidente que estão materializadas em distintos modos de ação. Urciuoli (2016, p. 31) acerta em cheio ao dizer que dentre as condições para a neoliberalização de repertórios linguísticos historicamente marcados, a primeira é se desvencilhar da “bagunça da linguagem como experiência social”<sup>172</sup>.

Não diferentemente de Jacques, Carmelita precisa, antes de poder utilizar seu repertório de castelhano como elemento de competição no mercado de trabalho, contornar ideologias de linguagem que dizem respeito à performance em língua portuguesa daqueles com repertórios multifacetados. Repertórios multilíngues, assim, não gozam de imediato valor de troca ou de imediato capital cultural e simbólico; as condições são muitas e não se relacionam apenas à demanda de mercado. Não obstante todo o burburinho provocado pelas ideologias de linguagem das “vantagens do multilinguismo no mercado de trabalho” — argumento central quando o assunto é ensino e aprendizagem de línguas adicionais (NOVO..., 2017; PORTUGUÊS..., 2018; THE BILINGUAL..., 2018) —, o multilinguismo ainda:

representa um espaço de luta por acesso a e distribuição de conhecimento, recursos e status. De fato, o que constitui competência multilíngue desejável, um falante multilíngue desejável e línguas desejáveis ou menos desejáveis (ou combinações delas) faz parte da economia política das trocas linguísticas; esses fatores muito variáveis dependem da história, do contexto e do mercado dentro da lógica capitalista, patriarcal e colonial pela qual operamos.<sup>173</sup> (DUCHÊNE, 2019)

Se fui bem-sucedida no que me propus a fazer, deve estar evidente que não busquei esvaziar a importância e a centralidade da linguagem para a construção identitária do indivíduo. Heller e Duchêne (2012), quando propuseram estarmos diante da acentuação de *discursos de lucro* na nova economia globalizada em contraponto aos *discursos de orgulho* outrora hegemônicos, não afirmaram que se tratava de uma plena substituição: o surgimento dos *discursos de lucro* “não interrompe ou substitui abrupta ou completamente discursos mais antigos que tratam linguagem como questão política e cultural, associando-a à formação do estado-

---

<sup>172</sup> *messiness of language as social experience*

<sup>173</sup> *represents a site of struggle for access to and distribution of knowledge, resources, and status. Indeed, what constitutes desirable multilingual competence, a desirable multilingual speaker, and desirable or less desirable languages (or combinations thereof) is part of the political economy of linguistic exchange; these highly variable factor are dependent on history, context, and the market within the capitalistic, patriarchal, and colonial logic in which we operate.*

nação; pelo contrário, os dois estão interligados de maneiras complexas”<sup>174</sup> (HELLER; DUCHÊNE, 2012, p. 3).

Busquei, sim, apontar algumas das complexidades no campo das ideologias da linguagem ao nos encontrarmos neste momento de embates entre as lógicas da primeira e da segunda modernidades. Também apontar desafios que estão se colocando para o próprio campo de estudos da linguagem, já que estamos nos deparando com repertórios cada vez mais complexos, policêntricos e multifacetados, que refletem não apenas os novos papéis da linguagem no mundo e na economia globalizados, mas também os “encontros com linguagem” (BLOMMAERT; BACKUS, 2013) cada vez menos previsíveis que a contemporaneidade produz.

Neste novo horizonte, encontramos a aparente contradição de Ariel, que opta ora por se desvincular de um pertencimento identitário associado a seu repertório, ora por reivindicar mais autenticidade e legitimidade em virtude de sua relação histórica, familiar ou biológica às coletividades identificadas com a libras. Também encontramos o orgulho refratado de Bakanja, que, ao ser confrontado com os limites das ideologias de linguagem modernas, evoca o direito de não pertencer como possível forma de resistência ao apagamento de sua biografia. Ou encontramos, ainda, Hayao. Ao investir na ampliação de seu repertório para além daquele que poderia construir nos limites da convivência com sua rede de sociabilidade, tanto se distancia daquela que outrora chamaríamos sua “comunidade de fala” quanto dela se mantém próximo, pois é posicionado como um membro valioso justamente em virtude dos recursos que buscou fora dela — situação não muito diferente daquela da mulher inuit tida pela comunidade como especialista em usos de plantas cujo conhecimento provém de um curso, e não de transmissão intergeracional (GRENOBLE; WHITECLOUD, 2014).

Quanto ao que os dados gerados podem informar, e ao que eu pude apresentar em termos de análise, faço ressalvas. Entendo que trabalhar com discursos reportados em entrevista sem aliar isso à observação de práticas situadas ecologicamente em ação e cenários cotidianos guarda limitações. Por esse motivo, por um lado, privilegiei uma abordagem interacional dos dados, procurando sempre lembrar que:

---

<sup>174</sup> *does not abruptly or entirely interrupt or replace older discourses which treat language as political and cultural, associating it with the formation of the nation-state; rather, the two are intertwined in complex ways.*

acessar os pensamentos de alguém e as percepções que têm sobre suas experiências significa, na verdade, estar presente quando eles oferecem uma narrativa, ou algum tipo de relato de algo que eles montam para nosso benefício, às vezes no aqui e agora, às vezes mobilizando narrativas já formuladas e usadas de alguns jeitos em outras circunstâncias. [...] É importante, portanto, olhar não apenas para as narrativas em si, mas também para as condições sob as quais foram fornecidas, para quem, e durante que tipo de atividade.<sup>175</sup> (HELLER; PIETIKÄINEN; PUJOLAR, 2018, p. 86-87)

Por outro lado, também procurei não fazer asserções categóricas sobre uma possível totalidade dos participantes, nem sobre categorias imaginadas como “estudantes da UFESUL” ou “pessoas com repertórios linguísticos multilíngues”. Trabalhei em termos de indícios — tendo em consideração também o caráter exploratório desta investigação. Declarar que a investigação teve caráter exploratório não é uma tentativa de me esconder atrás da ideia. Trata-se de manter nítidos meus limites, e de melhor enquadrar as contribuições que posso estar fazendo ao campo.

Encerro o relatório satisfeita de ter podido confrontar a realidade com todo o aparato conceitual recente que mobilizei aqui. Acredito que ter alcançado organizar em uma narrativa relativamente coesa contribuições que estão dispersas — não apenas porque em publicações dispersas, identificadas com denominações diversas, mas também porque às vezes restritas a nichos relacionados a divisões disciplinares que não raro influenciam ao que teremos ou não acesso — é uma sólida contribuição desta investigação.

Gostamos muito, minha colegas, meu orientador e eu, da ideia de *contradições*. A modernidade recente está repleta delas, assim como a pesquisa aqui narrada. Não tratamos de contradições como equívocos; pelo contrário, entendemos que os espaços onde as contradições estão mais evidentes são os que mais podem nos informar a respeito do que está acontecendo. As experiências de pessoas cujos repertórios são, por motivos diversos, percebidos como *marcados*, contrapostas à *retórica* e às ideologias de linguagem de mercantilização, me parecem ser um espaço privilegiado de gestação de contradições fundamentais para

---

<sup>175</sup> *getting access to someone's thoughts and their perceptions of their experiences really means being present when they provide a narrative, or some kind of account of something that they put together for our benefit, sometimes right then and there, sometimes drawing on narratives they already formulated and used in some ways under other circumstances. [...] It is important therefore to look not only at the narratives themselves, but also at the conditions in which they are provided, for whom, and over the course of what kind of activity.*

o descortinamento dos mecanismos pelos quais as desigualdades sociais se estabelecem no terreno da linguagem.

Parece fundamental continuar acompanhando os contornos que vai ganhando a *retórica da diversidade linguística*, pois potente locus de produção ideológica de linguagem. A próxima etapa é descobrir como funcionam os novos mercados sociolinguísticos que estão se formando em resposta às condições da modernidade recente, e como a eles se relacionam às decisões que tomamos acerca da composição de nossos repertórios linguísticos comunicativos. Tenho ambições de descobrir o papel da fetichização e de ganhos de distinção em relação a repertórios linguísticos marcados nesses novos mercados. Quanto à mercantilização de repertórios, se essa investigação mostrou que ideologias de mercantilização são prevalentes, ainda cumpre explorar melhor as condições para a efetivação dessa troca, pois, para além de se relacionar a tipos de repertórios, a possibilidade de transformá-los em capital econômico parece também relacionada aos corpos que habitam. O “multilinguismo não é em si mesmo emancipatório para todos: também pode produzir e reproduzir exploração e dominação”<sup>176</sup> (DUCHÊNE, 2019).

---

<sup>176</sup> *Multilingualism is not per se emancipatory for all: it can also produce and reproduce exploitation and domination.*

## REFERÊNCIAS

A LUTA de um jovem de 25 anos para reviver um idioma em Cingapura. **Época**, Rio de Janeiro, 08 fev. 2018. Disponível em:

<<https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2018/02/luta-de-um-jovem-de-25-anos-para-reviver-um-idioma-em-cingapura.html>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

AMARAL, D. **Ideologias linguísticas em contexto de migração qualificada no Brasil**: o caso do Programa Mais Médicos. 2016. 104f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7210>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

BAENINGER, R.; PERES, R. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **Rev. Bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p.119-143, jan./abr. 2017.

BECK, U.; WILLMS, J. Conversation 1: Postmodernity or the Second Modernity? In: \_\_\_\_\_. **Conversations with Ulrich Beck**. Tradução de Michael Pollack. Hoboken: Wiley, 2004. cap. 1, p. 11-61.

BIZON, A. C. C.; CAVALCANTI, M. C. Narrating lived experiences from the margins: the voices of two undergraduate students from the Democratic Republic of Congo at a Brazilian university. In: CAVALCANTI, M. C.; MAHER, T. M. (orgs.). **Multilingual Brazil: Language resources, identities and ideologies in a globalized world**. Londres: Routledge, 2018. cap. 14, p. 225-239.

BLAIKIE, N. **Designing social research: the logic of anticipation**. Cambridge: Polity, 2000.

BLACKLEDGE, A.; CREESE, A. Translanguaging in mobility. In: CANAGARAJAH, S. (org.). **The Routledge handbook of migration and language**. Londres: Routledge, 2017. cap. 1, p. 31-46.

BLOMMAERT, J. Language ideology. In: BROWN, K. (org.). **Encyclopedia of Language & Linguistics**. 2. ed. Amsterdã: Elsevier, 2006. v. 6, p. 510-522.

BLOMMAERT, J. **The sociolinguistics of globalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BLOMMAERT, J. From mobility to complexity in sociolinguistic theory and method. In: COUPLAND, N. (org.). **Sociolinguistics: Theoretical debates**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. cap. 11, p. 242-259.

BLOMMAERT, J.; BACKUS, A. Superdiverse repertoires and the individual. In: SAINT-GEORGES, I.; WEBER, J. (orgs.). **Multilingualism and multimodality: Current challenges for educational studies**. Roterdã: Sense, 2013. cap. 2, p. 11-32.

BLOMMAERT, J.; RAMPTON, B. Language and superdiversity. **Diversities**, v. 13, n. 2, p. 1-22, 2011.

BORTOLINI, L. S.; GARCEZ, P. M.; SCHLATTER, M. Language practices and identities in transit: Spanish and Portuguese in everyday life in a Uruguayan school community near the border with Brazil. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Global Portuguese: linguistic ideologies in late modernity**. Londres: Routledge, 2015. cap. 8, p. 163-184.

BRASIL. **Lei 10.463, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm)>. Acesso em: 25 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto no 7.387, de 9 de dezembro de 2010**. Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2007-2010/2010/Decreto/D7387.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2010/Decreto/D7387.htm)>. Acesso em: 24 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)>. Acesso em: 25 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Guia de pesquisa e documentação para o INDL: patrimônio cultural e diversidade linguística**. Brasília: IPHAN, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Guia%20de%20Pesquisa%20e%20Documenta%C3%A7%C3%A3o%20para%20o%20INDL%20-%20Volume%201.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm)>. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRIGGS, C. **Learning how to ask: a sociolinguistic appraisal of the role of the interview in social science research**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

BRITAIN, D. Sedentarism and nomadism in the sociolinguistics of dialect. In: COUPLAND, N. (org.). **Sociolinguistics: Theoretical debates**. Cambridge (RU): Cambridge University, 2016. cap. 10, p. 217-241.

BUSCH, B. The linguistic repertoire revisited. **Applied Linguistics**, v. 33, n. 5, p. 503-523, nov. 2012.

CAETANO, C. R. P. B. **A interação a partir de entrevistas em Libras: um olhar etnometodológico na conversa institucional**. 2018. 105f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Departamento de Letras, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa (MG), 2018. Disponível em: <<https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/21246>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

CAMARGO, A. M. M.; ARAÚJO, I. M. Expansão e interiorização das universidades federais no período de 2003 a 2014: perspectivas governamentais em debate. **Acta Scientiarum. Education**, v. 40, n. 1, 2018.

CARVALHO, J. M. **Ideologias linguísticas sobre o “falante nativo” em um livro didático global de inglês**: recontextualizações do inglês na contemporaneidade nas fricções entre o material didático e uma voz docente. 2017. 128 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=7424081](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7424081)>. Acesso em: 13 mar. 2019.

CASTANHO, E. G. **Entre a tradição e a tradução**: representações sobre identidades e línguas da fronteira Brasil/Paraguai. 2016. 230f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/305679>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

CAVALCANTI, M. C.; MAHER, T. M. (orgs.). **Multilingual Brazil**: Language resources, identities and ideologies in a globalized world. Londres: Routledge, 2018a.

CAVALCANTI, M. C.; MAHER, T. M. Contemporary Brazilian perspectives on multilingualism: an introduction. CAVALCANTI, M. C.; MAHER, T. M. (orgs.). **Multilingual Brazil**: Language resources, identities and ideologies in a globalized world. Londres: Routledge, 2018b. cap. 1, p. 1-17.

CAVALCANTI, M. C.; SILVA, I. R. Transidiomatic practices in a deaf-hearing scenario and language ideologies. **Revista da Anpoll**, v.1, n. 40, p. 33-45, jun. 2016.

CNS - CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Disponível em: <[http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso\\_510.pdf](http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso_510.pdf)>. Acesso em: 02 jul. 2018.

COUPLAND, N. Introduction: sociolinguistics and globalisation. **Journal of Sociolinguistics**, v. 7, n. 4, p. 465-472, 2003.

COUPLAND, N. Introduction: Sociolinguistics in the global era. In: \_\_\_\_\_. (org.). **The handbook of language and globalization**. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2010. p. 1-27.

DIAS, A. L. K.; PINTO, J. P. Ideologias linguísticas e regimes de testes de língua para migrantes no Brasil. **Rev. bras. linguist. apl.**, v. 17, n. 1, p. 66-81, mar. 2017.

DUCHÊNE, A. Multilingualism: an insufficient answer to sociolinguistic inequalities. **Items**, Nova York, 8 out. 2019. Disponível em: <<https://items.ssrc.org/sociolinguistic-frontiers/multilingualism-an-insufficient-answer-to-sociolinguistic-inequalities/>>. Acesso em: 11 out. 2019.

DUVAL, J. Distinção. In: CATANI, A. M.; NOGUEIRA, M. A.; HEY, A. P.; MERDEIROS, C. C. C. (orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 146-147.

FALAR duas línguas ajuda a retardar o surgimento do Alzheimer. **G1**, Rio de Janeiro, 29 mar. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/03/falar-duas-linguas-ajuda-retardar-o-surgimento-do-alzheimer.html>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

FARACO, C. A. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola, 2016.

FREIRE, J. R. B. Changing policies and language ideologies with regard to indigenous languages in Brazil. In: CAVALCANTI, M. C.; MAHER, T. M. (orgs.). **Multilingual Brazil: Language resources, identities and ideologies in a globalized world**. Londres: Routledge, 2018. cap. 2, p. 27-40.

GABAS, T. M. **O valor das línguas no mercado linguístico familiar: políticas e ideologias linguísticas em famílias sul-coreanas transplantadas**. 2016. 146f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/320913>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

GAL, S. Linguistic Anthropology. In: BROWN, K. (org.). **Encyclopedia of Language & Linguistics**. 2. ed. Amsterdã: Elsevier, 2006. v. 7, p. 171-185.

GAL, S.; WOOLARD, K. A. Constructing languages and publics: authority and representation. **Pragmatics**, v. 5, n. 2, p. 129-138, 1995.

GARCEZ, P. M.; BULLA, G. S.; LODER, L. L. Práticas de pesquisa microetnográfica: geração, segmentação e transcrição de dados audiovisuais como procedimentos analíticos plenos. **D.E.L.T.A.**, v. 30, n. 2, p. 257-288, 2014.

GIDDENS, A.; SUTTON, P. **Conceitos essenciais de Sociologia**. Tradução de Claudia Freire. São Paulo: Unesp Digital, 2017[2014].

GRENOBLE, L. A.; WHITECLOUD, S. S. Conflicting goals, ideologies, and beliefs in the field. In: AUSTIN, P. K.; SALLABANK, J. (orgs.). **Endangered languages: Beliefs and ideologies in language documentation and revitalization**. Oxford: Oxford University Press, 2014. cap. 16, p. 337-356.

GUBRIUM, J. F.; HOLSTEIN, J. A. From the individual interview to the interview society. In: \_\_\_\_\_ (orgs.). **Handbook of interview research**. Londres: SAGE, 2001. cap. 1, p. 3-32.

HELLER, M. Language as a resource in the globalized new economy. In: COUPLAND, N. (org.). **The handbook of language and globalization**. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2010. cap. 15, p. 349-365.

HELLER, M.; DUCHÊNE, A. Pride and profit: Changing discourses of language, capital and nation-state. In: DUCHÊNE, A.; HELLER, M. (orgs.). **Language in late capitalism: Pride and profit**. Londres: Routledge, 2012. p. 1-21.

HELLER, M.; DUCHÊNE, A. Treating language as an economic resource: Discourse, data and debate. In: COUPLAND, N. (org.). **Sociolinguistics: Theoretical debates**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. cap. 6, p. 139-156.

HELLER, M.; McELHINNY, B. S. **Language, capitalism, colonialism: toward a critical history**. Toronto: University of Toronto Press, 2017.

HELLER, M.; PIETIKÄINEN, S.; PUJOLAR, J. **Critical sociolinguistic research methods: studying language issues that matter**. Londres: Routledge, 2018.

HILL, J. "Expert rhetorics" in advocacy for endangered languages: Who is listening, and what do they hear? **Journal of Linguistic Anthropology**, v. 12, n. 2, p. 119-133, dez. 2002.

HOLSTEIN, J. A.; GUBRIUM, J. F. **The active interview**. Thousand Oaks: SAGE, 1995.

INEI difunde dados base de datos de los censos nacionales 2017 y el perfil sociodemográfico del Perú. **INEI**, Lima, 07 set. 2018. Disponível em: <https://www1.inei.gob.pe/prensa/noticias/inei-difunde-base-de-datos-de-los-censos-nacionales-2017-y-el-perfil-sociodemografico-del-peru-10935/>. Acesso em: 30 jun. 2019.

IRVINE, J. T. Language Ideology. In: OXFORD Bibliographies. Oxford: Oxford University Press, 2012. Disponível em: <http://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780199766567/obo-9780199766567-0012.xml>. Acesso em: 21 abr. 2019. Não paginado.

JAFFE, A.; OLIVA, C. Linguistic creativity in Corsican tourist context. In: PIETIKÄINEN, S.; KELLY-HOLMES, H. (orgs.). **Multilingualism and the periphery**. Nova York: Oxford, 2013. cap. 6, p. 95-117.

JØRGENSEN, J. N.; KARREBÆK, M. S.; MADSEN, L. M.; MØLLER, J. S. Polylinguaging in superdiversity. **Diversities**, v. 13, n. 2, p. 22-37, 2011.

KROSKRITY, P. V. (org.). **Regimes of language: ideologies, politics & identities**. Santa Fe: School of American Research Press, 2000a.

KROSKRITY, P. V. Regimenting languages: language ideological perspectives. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Regimes of language: ideologies, politics & identities**. Santa Fe: School of American Research Press, 2000b. cap. 1, p. 1-34.

KROSKRITY, P. V. Language ideologies. In: DURANTI, A. (org.) **A companion to Linguistic Anthropology**. Oxford: Blackwell, 2004. cap. 22, p. 496-517.

KUMARAVADIVELU, B. A Linguística Aplicada na era da globalização. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma Linguística Aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006. cap. 5, p. 129-148.

LAGARES, X. **Qual política linguística?** Desafios glotopolíticos contemporâneos. São Paulo: Parábola: 2018.

LORENZETTI, A. N. **O Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF) como política linguística educacional**: estudo na fronteira das cidades de São Borja (BR) e Santo Tomé (AR). 2016. 281f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa (PR), 2016. Disponível em: <<https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/430>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

MAHER, T. M. Shifting discourses about language and identity among indigenous teachers in Western Amazonia in the wake of policy change. In: CAVALCANTI, M. C.; MAHER, T. M. (orgs.). **Multilingual Brazil**: Language resources, identities and ideologies in a globalized world. Londres: Routledge, 2018. cap. 3, p. 41-56.

MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. Disinventing and (re)constituting languages. **Crit. Inq. Lang. Stu.**, v. 2, n. 3, p. 137-156, 2005.

MARQUES, T. R. **O *portuñol* no ir e vir dos sujeitos *fronterizos* de Aceguá BR/UY**: línguas e identidades sob o viés de uma Linguística Aplicada Indisciplinar. 2018. 133f. Dissertação (Mestrado em Letras) -- Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018. Disponível em: <<http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/4075>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

MARTIN-JONES, M.; BLACKLEDGE, A.; CREESE, A. Introduction: a sociolinguistics of multilingualism for our times. In: \_\_\_\_\_ (orgs.). **The Routledge handbook of multilingualism**. Londres: Routledge, 2012. p. 1-26.

MASON, J. **Qualitative researching**. 2. ed. Londres: Sage, 2002.

MELITO, L. Quase 90% línguas indígenas brasileiras foram extintas e as que restam estão ameaçadas. **EBC**, Brasília, 19 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2016/04/de-1500-linguas-indigenas-no-descobrimiento-restaram-181-todas-ameacadas-aponta>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

MELO, G. C. V.; MOITA LOPES, L. P. A performance narrativa de uma blogueira: “tornando-se preta em um segundo nascimento”. **Alfa**, v. 58, n. 3, p. 541-569, 2014.

MENDONÇA, E. M. **Língua, texto e escrita**: as ideologias linguísticas no Exame Nacional do Ensino Médio e as políticas linguísticas para o português no Brasil. 2017. 167f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=5244047](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5244047)>. Acesso em: 13 mar. 2019.

MERCADO de ensino de idiomas cresce impulsionado pela classe média. **G1**, Rio de Janeiro, 12 dez. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-news/contacorrente/noticia/2014/12/mercado-de-ensino-de-idomas-cresce-impulsionado-pela-classe-media.html>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

MERINO, I. A cada 14 dias morre um idioma. **El País**, Madri, 28 dez. 2016. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/26/cultura/1482746256\\_157587.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/26/cultura/1482746256_157587.html)>. Acesso em: 10 jul. 2019.

MOITA LOPES, L. P. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006. p. 13-44.

MOITA LOPES, L. P. (org.). **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola, 2013a.

MOITA LOPES, L. P. Ideologia linguística: como construir discursivamente o português no século XXI. In: \_\_\_\_\_ (org.). **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola, 2013b. p. 18-52.

MORAES, A. C. Brasil é terceiro país com maior número de línguas em risco de extinção. **BBC Brasil**, São Paulo, 19 fev. 2009. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/02/090219\\_atlas\\_linguas\\_aw](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/02/090219_atlas_linguas_aw)>. Acesso em: 10 jul. 2019.

MORONI, A. S. **Português como língua de herança na Catalunha**: representações sobre identificação, proficiência e afetividade. 2017. 286f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2017. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/325381>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

MORTE de índia extingue idioma e cultura de tribo amazônica. **IG**, São Paulo, 23 jan. 2013. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/2013-01-23/morte-de-india-extingue-idioma-e-cultura-de-tribo-amazonica.html>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

MULON, K. B. G. M. **Políticas linguísticas na educação bilíngue**: entre promessas, lacunas e expectativas. 2017. 165f. Dissertação (Mestrado em Letras) -- Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/53517>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

NORA, A. B. **“Igual ao biscoito recheado, aquele meio a meio, meio surda, meio ouvinte”**: línguas, identidades e representações em um curso superior bilíngue (LIBRAS/Língua Portuguesa). 2016. 251f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/320912>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

NOVO idioma faz toda diferença na colocação profissional; entenda. **G1**, Rio de Janeiro, 10 jul. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/especial-publicitario/educa-mais-brasil/estudar-para-transformar/noticia/2017/07/novo-idioma-faz-toda-diferenca-na-colocacao-do-profissional-entenda.html>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

OLIVEIRA, D. P. **Ideologias de linguagem acionadas por docentes indígenas em formação superior**: tensões no espaço da diferença colonial. 2018. 165f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8285>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

OTHEGUY, R.; GARCÍA, O.; REID, W. Clarifying translanguaging and deconstructing named languages: A perspective from linguistics. **Applied Linguistics Review**, v. 6, n. 3, p. 281–307, 2015.

PASSONI, T. P. **O Programa Inglês Sem Fronteiras como política linguística**: um estudo sobre as ideologias da língua inglesa no âmbito da internacionalização do ensino superior brasileiro. 2018. 279f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina (PR), 2018. Disponível em: <[http://btd.ibict.br/vufind/Record/UEL\\_fde6b89efb4ded021db8840cd8132b3a](http://btd.ibict.br/vufind/Record/UEL_fde6b89efb4ded021db8840cd8132b3a)>. Acesso em: 13 mar. 2019.

PASSONI, T. P. Language Without Borders (English) Program: A Study on English Language Ideologies. **Rev. bras. linguist. apl.**, v. 19, n. 2, p. 329-360, maio 2019.

PENNYCOOK, A. Mobile times, mobile terms: The trans-super-poly-metro movement. In: COUPLAND, N. (org.). **Sociolinguistics**: Theoretical debates. Cambridge: Cambridge University, 2016. cap. 9, p. 201-216.

PERU. **Decreto Supremo n° 005-2017-MC**. Decreto Supremo que aprueba la Política Nacional de Lenguas Originarias, Tradición Oral e Interculturalidad. Disponível em: <[http://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4\\_uibd.nsf/A77500457ECBFB480525817800599C3D/\\$FILE/1553001-6.pdf](http://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/A77500457ECBFB480525817800599C3D/$FILE/1553001-6.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2019.

PINTO, J. P. contradições e hierarquias nas ideologias linguísticas do Conselho Nacional de Imigração. **Domínios de Lingu@gem**, v. 8, n. 3, p. 108-134, set. 2014.

PONSONNET, M. Indigenous languages matter – but all is not lost when they change or even disappear. **The Conversation**, Boston, 27 jan. 2020. Disponível em: <<https://theconversation.com/indigenous-languages-matter-but-all-is-not-lost-when-they-change-or-even-disappear-127519>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

PORTUGUÊS reforça a empregabilidade dos jovens timorenses. **Blogue do IILP**, Cidade da Praia, 10 out. 2018. Disponível em: <<https://iilp.wordpress.com/2018/10/10/portugues-reforca-empregabilidade-dos-jovens-timorenses/>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

POTTER, J.; HEPBURN, A. Eight challenges for interview researchers. In: GUBRIUM, J. F.; HOLSTEIN, J. A. (orgs.). **Handbook of interview research**. 2a ed. Londres: SAGE, 2012. cap. 38, p. 555-570.

RAMPTON, B. **Language in late modernity**: interaction in an urban school. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

RAWLINGS, A. O homem que está ressuscitando idiomas extintos. **BBC Brasil**, São Paulo, 24 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-47992648>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

RICHARDS, L. **Handling qualitative data**: a practical guide. Londres: SAGE, 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer. **Assembleia de criação do Colegiado Setorial da Diversidade Linguística ocorrerá em março**. Porto Alegre, 23 abr. 2018a. Disponível em: <<http://sedactel.rs.gov.br/assembleia-de-criacao-do-colegiado-setorial-da-diversidade-linguistica-ocorrera-em-marco>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Colegiado da Diversidade Linguística tem sua primeira reunião ordinária**. Porto Alegre, 7 jun. 2018b. Disponível em: <<https://cultura.rs.gov.br/colegiado-da-diversidade-linguistica-tem-sua-primeira-reuniao-ordinaria>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

ROSA, V. M. C. **Políticas linguísticas e multilinguismo em uma escola no interior do Paraná**. 2017. 176f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa (PR), 2017. Disponível em: <<https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2386>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

ROSALDO, R. Imperialist Nostalgia. **Representations**, n. 26, p. 107-122, 1989.

SANTANA, A. N. **A variação linguística no livro didático e na prática docente de língua portuguesa**: políticas e ideologias linguísticas. 2017. 183f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa (PR), 2017. Disponível em: <<https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2411>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

SCHIEFFELIN, B. B.; WOOLARD, K. A.; KROSKRITY, P. V. (orgs.). **Language ideologies**: practice and theory. Nova York: Oxford University Press, 1998.

SCHLATTER, M.; GARCEZ, P. M. Portuguese as a additional language: global trends in local actions. In: CAVALCANTI, M. C.; MAHER, T. M. (orgs.). **Multilingual Brazil**: Language resources, identities and ideologies in a globalized world. Londres: Routledge, 2018. cap. 13, p. 211-224.

SEGUNDO a Unesco, quase metade dos idiomas irá desaparecer. **Veja**, São Paulo, 22 fev. 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/educacao/segundo-a-unesco-quase-metade-dos-idiomias-ira-desaparecer/>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SEMECHECHEM, J. A. **O multilinguismo na escola**: práticas linguísticas em uma comunidade de imigração ucraniana no Paraná. 2016. 271f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá (PR), 2016. Disponível em: <[http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/jasemechechem\\_do.pdf](http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/jasemechechem_do.pdf)>. Acesso em: 13 mar. 2019.

SEVERO, C. G. Políticas patrimoniais e projetos nacionalistas: Línguas e brasilidade em tela. In: FREITAG, R. M. K.; SEVERO, C. G.; GÖRSKI, E. M. (orgs.). **Sociolinguística e Política Linguística**: Olhares contemporâneos. São Paulo: Blucher, 2016. cap. 9, p. 189-203.

SILVA, J. I. Práticas transidiomáticas e ideologias linguísticas no rap guarani-kaiowá – Brô Mc's: a mistura guarani-português como estratégia de negociação social e de luta política. **Domínios de Lingu@gem**, v. 10, n. 4, p. 1424-1448, nov. 2016.

SILVA, R. C. M. Diverse migration trajectories, diverse linguistic repertoires, local and transnational ties: Arabic speakers in Foz do Iguaçu. In: CAVALCANTI, M. C.; MAHER, T. M. (orgs.). **Multilingual Brazil**: Language resources, identities and ideologies in a globalized world. Londres: Routledge, 2018. cap. 10, p. 157-168.

SHUTE, N. Speaking more than one language could prevent Alzheimer's. **NPR**, Washington, D. C., 10 jan. 2013. Disponível em: <<https://www.npr.org/sections/health-shots/2013/01/10/169066535/speaking-more-than-one-language-could-prevent-alzheimers>>. Acesso em 25 jul. 2019.

SPEAKING a second language shows benefits in Alzheimer's. **Alzheimer's Research UK**, Cambridge, 30 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.alzheimersresearchuk.org/speaking-second-language-shows-benefits-alzheimers/>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

THE BILINGUAL advantage in the global workplace. **Language Magazine**, Malibu, 7 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.languagemagazine.com/2018/06/07/the-bilingual-advantage-in-the-global-workplace/>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

UNESCO. **UNESCO Project**: "Atlas of the world's languages in danger". Paris: UNESCO, 2011. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/endangered-languages/atlas-of-languages-in-danger/>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

UNITED Nations General Assembly proclaims 2019 as the International Year of indigenous Languages and invites UNESCO to take the lead. **UNESCO**, Genebra, 8 dez. 2016. Disponível em: <[http://www.unesco.org/new/en/unesco-liaison-office-in-new-york/about-this-office/single-view/news/united\\_nations\\_general\\_assembly\\_proclaims\\_2019\\_as\\_the\\_intern/](http://www.unesco.org/new/en/unesco-liaison-office-in-new-york/about-this-office/single-view/news/united_nations_general_assembly_proclaims_2019_as_the_intern/)>. Acesso em: 24 jul. 2018.

UFPR abre inscrições para vestibular exclusivo para refugiados. **G1 PR**, Curitiba, 03 dez. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/educacao/vestiba/2018/noticia/2018/12/03/ufpr-abre-inscricoes-para-vestibular-exclusivo-para-refugiados.ghtml>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

UFSCAR tem inscrições em 61 cursos para o vestibular de refugiados 2015. **G1**, São Carlos e Araraquara, 08 jul. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2014/07/ufscar-tem-inscricoes-em-61-cursos-para-o-vestibular-de-refugiados-2015-saocarlos-sp.html>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

URCIUOLI, B. The compromised pragmatics of diversity. **Language & Communication**, v. 51, p.30-39. 2016.

VERTOVEC, S. Super-diversity and its implications. **Ethnic and Racial Studies**, v. 30, n. 6, p. 1024-1054, 2007.

VIEIRA, M. C. Escolas bilíngues se espalham pelo país. Isso é bom – e custa caro. **Veja**, São Paulo, 23 ago. 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/educacao/escolas-bilingues-se-espalham-pelo-pais-isso-e-bom-e-custa-caro/>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

VOCÊ fala mais de um idioma? Está mais protegido do Alzheimer. **Veja**, São Paulo, 1 fev. 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/saude/voce-fala-mais-de-um-idioma-esta-mais-protegido-do-alzheimer/>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

WEBER, J.; HORNER, K. **Introducing multilingualism: a social approach**. Londres: Routledge, 2012.

WEI, L. Community languages in late modernity. In: TOLLEFSON, J. W.; PÉREZ-MILANS, M. (orgs.). **The Oxford handbook of language policy and planning**. Nova York: Oxford University Press, 2018. cap. 29, p. 591-609.

WOOLARD, K. A. Language ideology: issues and approaches. **Pragmatics**, v. 2, n. 3, p. 235-249, 1992.

WOOLARD, K. A. Introduction: Language ideology as a field of inquiry. In: SCHIEFFELIN, B. B.; WOOLARD, K. A.; KROSKRITY, P. V. (orgs.). **Language ideologies: Practice and theory**. Nova York: Oxford University Press, 1998. cap. 1, p. 3-47.

**APÊNDICE A LISTA DE DISSERTAÇÕES E TESES PERTINENTES AO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO EM IDEOLOGIAS DE LINGUAGEM DEFENDIDAS EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIROS DESDE 2014**

<b>DISSERTAÇÕES</b>				
<b>ANO</b>	<b>IES</b>	<b>AUTORA ou AUTOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>PALAVRAS-CHAVE</b>
<b>2014</b>	<b>UFF</b>	Thábata Christina Gomes de Lima	<i>Spanglish</i> : representações, ideologias e políticas linguísticas	Spanglish; línguas em contato; inglês/espanhol; representações e ideologias linguísticas; políticas linguísticas
<b>2015</b>	<b>UFF</b>	Claudia Cecilia Martínez Rivas	Ideologias linguísticas e políticas de línguas indígenas: estudo comparativo no Brasil e no México a partir de 1988	línguas indígenas; políticas linguísticas; ideologias linguísticas
<b>2016</b>	<b>Unicamp</b>	Tatiana Martins Gabas	O valor das línguas no mercado linguístico familiar: políticas e ideologias linguísticas em famílias sul-coreanas transplantadas	política linguística familiar; ideologia linguística; migração transnacional sul-coreana
<b>2016</b>	<b>UFG</b>	Daniella do Amaral	Ideologias linguísticas em contexto de migração qualificada no Brasil: o caso do Programa Mais Médicos	ideologias linguísticas; metapragmática; categorias de diferença; Programa Mais Médicos; migração
<b>2016</b>	<b>UEPG</b>	Alejandro Néstor Lorenzetti	O Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF) como política linguística educacional: estudo na fronteira das cidades de São Borja (BR) e Santo Tomé (AR)	Programa Escolas Interculturais de Fronteira; políticas linguísticas; fronteiras; ideologias linguísticas; hibridismos
<b>2017</b>	<b>UFPeI</b>	Júlia Costa Mendes	Ideologias linguísticas e bilinguismo: o que é ser bilíngue para monolíngues, para bilíngues leigos e para profissionais bilíngues da área de Letras	bilinguismo; ideologia linguística; aprendizagem de língua estrangeira
<b>2017</b>	<b>UEPG</b>	Vanessa Makohin Costa Rosa	Políticas linguísticas e multilinguismo em uma escola no interior do Paraná	ideologias linguísticas; políticas linguísticas; multilinguismo; letramentos; escola multisseriada

2017	UFF	Roberta Bohrer da Conceição	Normas linguísticas do português do Brasil: a ideologia da norma-padrão	normas linguísticas; ideologia linguística; norma-padrão
2017	UFPR	Ester Machna de Mendonça	Língua, texto e escrita: as ideologias linguísticas no Exame Nacional do Ensino Médio e as políticas linguísticas para o português no Brasil	políticas linguísticas; ideologias linguísticas; ENEM
2017	UFPR	Katia Barbara Gottardi Mulon	Políticas linguísticas na educação bilíngue: entre promessas, lacunas e expectativas	letras; linguística; educação bilíngue; planejamento linguístico
2017	UEPG	Alexandra Nunes Santana	A variação linguística no livro didático e na prática docente de língua portuguesa: políticas e ideologias linguísticas	livro didático; ensino/aprendizagem; língua portuguesa; ideologias linguísticas; políticas linguísticas
2017	UFRJ	Jéssica Martins Carvalho	Ideologias linguísticas sobre o “falante nativo” em um livro didático global de inglês: recontextualizações do inglês na contemporaneidade nas fricções entre o material didático e uma voz docente	ideologias linguísticas; entextualização; “falante nativo”; livro didático global de inglês; ensino de inglês
2018	UFPeI	Thaís Rejes Marques	O <i>portuñol</i> no ir e vir dos sujeitos <i>fronterizos</i> de Aceguá BR/UY: línguas e identidades sob o viés de uma Linguística Aplicada Indisciplinar	fronteira; portuñol; identidades; narrativas
2018	UFG	Diego Goulart Machado Silva	“Qualidade é insubstituível!” Ideologias linguísticas em manuais de <i>legenders</i> independentes de equipes de <i>fansub-bing</i>	ideologias linguísticas; metapragmáticas; etnografia digital; fansubbing; designs computacionais
2018	UFG	Denise Pimenta de Oliveira	Ideologias de linguagem acionadas por docentes indígenas em formação superior: tensões no espaço da diferença colonial	ideologias de linguagem; metadiscursos; educação superior indígena; decolonialidade
2018	UFV	Carla Rejane de Paula Barros Caetano	A interação a partir de entrevistas em Libras: um olhar etnometodológico na conversa institucional	libras; interação; ideologias linguísticas; reparo
2018	UFRJ	Paula Angélica Campos Kleiman	A produção de um projeto didático de gênero como espaço de desestabilização	ensino-aprendizagem; formação reflexiva; gêneros do discurso/textual.

<b>T E S E S</b>				
<b>ANO</b>	<b>IES</b>	<b>AUTORA ou AUTOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>PALAVRAS-CHAVE</b>
<b>2016</b>	<b>UEM</b>	Jakeline Aparecida Semechechem	O multilinguismo na escola: práticas linguísticas em uma comunidade de imigração ucraniana no Paraná	multilinguismo; língua ucraniana; Prudentópolis; práticas linguísticas; políticas linguísticas
<b>2016</b>	<b>Unicamp</b>	Eli Gomes Castanho	Entre a tradição e a tradução: representações sobre identidades e línguas da fronteira Brasil/Paraguai	fronteira; identidade; políticas linguística; representação
<b>2016</b>	<b>UFRJ</b>	Evaldo Carneiro de Mello Sobrinho	Análise semiótico-discursiva de games ambientais: ideologias, consumo e despolitização em questão	games ambientais; ideologia linguística; identidades; interseccionalidade
<b>2016</b>	<b>Unicamp</b>	Andreza Barboza Nora	<i>“Igual ao biscoito recheado, aquele meio a meio, meio surda, meio ouvinte”</i> : línguas, identidades e representações em um curso superior bilíngue (LIBRAS/língua portuguesa)	educação de surdos; curso superior bilíngue; identidade; representação
<b>2017</b>	<b>Unicamp</b>	Andréia Sanchez Moroni	Português como língua de herança na Catalunha: representações sobre identificação, proficiência e afetividade	linguística aplicada; sociolinguística; Catalunha; língua de herança; políticas linguística familiares; português como língua de herança; Associação de Pais de Brasileirinhos na Catalunha
<b>2018</b>	<b>UEL</b>	Taisa Pinetti Passoni	O Programa Inglês Sem Fronteiras como política linguística: um estudo sobre as ideologias da língua inglesa no âmbito da internacionalização do ensino superior brasileiro	Inglês Sem Fronteiras; política linguística; internacionalização; ideologia linguística; língua inglesa
<b>2018</b>	<b>UFSC</b>	Alexandre Cohn da Silveira	Discursos sobre a língua (portuguesa) em Timor-Leste: entre colonialismos e resistências	políticas linguísticas; Timor-Leste; dispositivo; língua portuguesa

<b>2018</b>	<b>UFF</b>	Thábata Christina Gomes de Lima	O <i>Spanglish</i> e os <i>Nuyoricans</i> : identidades em (re)construção	Spanglish; Nuyoricans; identidades em (re)construção; línguas em contato; representações e ideologias linguísticas
-------------	------------	---------------------------------------	--	--

Quadro produzido por Alana Fries (2019) com base em informações recuperadas em março de 2019 no catálogo de teses e dissertações da Capes.

## APÊNDICE B ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

### 1. APRESENTAÇÃO / HISTÓRIA DE VIDA

Pedir para o participante se apresentar:

Conte um pouco sobre os lugares onde você cresceu, sobre as línguas que você cresceu ouvindo em casa ou nas suas comunidades.

Quais diferenças são mais marcantes em relação ao lugar onde mora hoje?

PERFIL B\* > Como foi a mudança para o Brasil?

### 2. REPERTÓRIO LINGUÍSTICO

Você se considera falante de quais línguas?

Quando você era criança, a sua família incentivava você a aprender outras línguas?

Como foi a sua experiência com línguas na escola?

PERFIL B > Você já sabia português quando chegou ao Brasil? Como aprendeu?

### 3. ATITUDES, PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS

Hoje em dia onde você fala \_\_\_\_?

Como é a comunicação em casa ou com a sua família?

Tem coisas que você só pode falar em uma língua ou outra?

Na universidade e no trabalho, você tem oportunidade de usar as línguas que conhece?

Você pode me dar um exemplo de alguma situação cotidiana em que é bom demonstrar seu conhecimento de outras línguas?

Numa entrevista de emprego ou acadêmica, mencionar o fato de ser falante de \_\_\_\_ pode ser um diferencial?

Já ouvir falar de alguém que foi constrangido por ser falante de \_\_\_\_?

Na universidade, as pessoas ao seu redor falam que línguas?

Tem algum lugar onde as pessoas falam mais em outras línguas do que em português?

Você acha que no Brasil as pessoas são incentivadas a usar outras línguas?

PERFIL B > Quando você visita (lugar de origem) ou quando/se você voltar para (lugar de origem) a sua experiência com o português no Brasil vai servir para alguma coisa?

Você tem a expectativa de aprender mais línguas no futuro?

*\*As perguntas indicadas como "PERFIL B" não se aplicam aos participantes do perfil A.*

## APÊNDICE C TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa *Ideologias de linguagem na modernidade recente: o que dizem estudantes multilíngues de uma universidade no Sul do Brasil*, que tem como objetivo primário compilar autorrelatos de práticas de linguagem de pessoas com repertórios linguísticos multilíngues na contemporaneidade visando à produção de compreensões sobre ideologias de linguagem de cidadãos multilíngues. Esta pesquisa está sendo desenvolvida por Alana Fries como parte das atividades do curso de mestrado em Letras sob a supervisão do Prof. Pedro de Moraes Garcez.

Se você concordar em participar, a pesquisadora realizará com você uma entrevista, que terá duração aproximada de uma hora e será registrada em áudio. Ela também fará observações durante os contatos com você, que serão registradas em diário de campo.

Sua participação nesta pesquisa é voluntária e você não vai ter qualquer tipo de prejuízo caso não aceite participar. Você pode retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. Você não será remunerado nem terá benefícios diretos pela participação na pesquisa; contudo, estará contribuindo para a produção de conhecimento no campo de sociolinguística do multilinguismo.

A sua privacidade será preservada, bem como a confidencialidade de suas informações pessoais. Você receberá um pseudônimo, pelo qual será referido(a) em todos os produtos da pesquisa, desde a armazenagem e transcrição dos dados até os relatórios. Outras informações que poderiam levar a sua identificação ou a de outras pessoas que porventura sejam mencionadas também serão omitidas ou desidentificadas. Os dados gerados nesta pesquisa serão armazenados pelo pesquisador responsável por um período de cinco anos.

Os resultados da pesquisa estarão relatados na dissertação de mestrado da estudante/pesquisadora e deverão também gerar outras produções acadêmicas, como, por exemplo, artigos e apresentações em eventos.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais: uma delas é sua, e a outra será armazenada pelo pesquisador responsável.

► Se você tiver dúvidas, precisar de outras informações ou acreditar que sua participação tenha causado algum prejuízo, poderá entrar em contato com o pesquisador responsável:

PEDRO DE MORAES GARCEZ

Telefone: (51) 3316-7080 - E-mail: pedrom.garcez@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Av. Bento Gonçalves, 9500 - Porto Alegre (RS) - Instituto de Letras - Sala 203

► O projeto desta pesquisa foi examinado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em caso de dúvidas ou necessidade de esclarecimentos com relação a seus direitos e sua participação nesta pesquisa, você também pode contatá-lo:

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA/UFRGS

Telefone: (51) 3308-3738 - E-mail: etica@propesq.ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Av. Paulo Gama, 110 - Porto Alegre (RS) - Prédio da Reitoria - 2º andar

Eu, \_\_\_\_\_  
, fui informado(a) dos objetivos da presente pesquisa de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Estou ciente de que a qualquer momento posso solicitar novas informações e também modificar minha decisão de participar. Recebi uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e tive a oportunidade de ler o documento e esclarecer minhas dúvidas. Declaro que concordo em participar desta pesquisa.

Porto Alegre, de \_\_\_\_\_ de 201 .

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) participante

\_\_\_\_\_  
ALANA FRIES, estudante de mestrado em Letras

\_\_\_\_\_  
PEDRO DE MORAES GARCEZ, pesquisador responsável